

**Mário Alberto Nunes Costa:
a acção arquivística e bibliotecária**

Diogo António Correia Vivas

**Dissertação de Mestrado em
Ciências da Informação e da Documentação**

Outubro – 2012

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em (Ciências da Informação e da Documentação – variante Arquivo), realizada sob a orientação científica da Prof.^a Doutora Maria de Lurdes Rosa e do Mestre Pedro Penteadó

À Lídia

Agradecimentos

A realização de um trabalho desta natureza envolveu, necessariamente, o apoio de diversas pessoas cuja enumeração seria, certamente, fastidiosa. Contudo, não podemos deixar de destacar algumas pessoas e instituições que se revelaram imprescindíveis.

Em primeiro lugar, o agradecimento à nossa Orientadora Científica, Prof.^a Doutora Maria de Lurdes Rosa e ao nosso Co-Orientador, Mestre Pedro Penteadó pela orientação e disponibilidade demonstrados para a prossecução do trabalho, orientando e corrigindo todas as questões colocadas.

À Biblioteca e Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas, uma palavra de profundo reconhecimento pelas inúmeras facilidades concedidas, particularmente à sua Directora, Dr.^a. Paula Ucha, na consulta da documentação, nomeadamente na respeitante ao Dr. Mário Alberto Nunes Costa.

Uma palavra de agradecimento dirigida ao Arquivo da Universidade de Coimbra, na pessoa do seu Subdirector, Dr. Júlio Ramos e à Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, nomeadamente à Dr.^a. Paula Fernandes Martins, responsável pela Área de Tratamento Técnico Biblioteconómico pelo entusiasmo demonstrado neste trabalho, pelo apoio concedido na pesquisa bibliográfica e de arquivo e pelas inúmeras facilidades de consulta com que nos distinguiram. Ainda na *Alma Mater* gostaria de deixar também uma palavra de reconhecimento à Biblioteca Central da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, nomeadamente à sua Directora pela consulta e reprodução de alguns trabalhos de difícil acesso.

À Senhora Presidente da Academia Portuguesa da História, Prof.^a Doutora Manuela Mendonça, agradecemos a autorização concedida para consulta do processo Académico do Dr. Mário Alberto Nunes Costa.

Ao Arquivo Histórico da Secretaria Geral do Ministério da Educação, na pessoa da Dr.^a. Françoise Le Cunff gostaríamos de exprimir a nossa consideração pelo auxílio prestado em todos os pedidos de pesquisa e de consulta de documentação.

Uma referência ao competente apoio prestado pelo Arquivo Central do Ministério da Economia, na pessoa do responsável, Dr. Miguel Infante assim como

pelos Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças e pelo Arquivo do Instituto Camões, pela competência dos seus Técnicos, Dr. João Sabino e Dr.^a. Sandra Boavida, respectivamente.

Uma palavra de agradecimento à Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas assim como ao Senhor Director do Museu da Presidência da República, Dr. Diogo Gaspar pelas facilidades concedidas.

Aos Senhores Professores Maria Luísa Cabral, Silvana Roque de Oliveira, João Vieira e Paulo Jorge Fernandes e aos Dr.^{es} Joaquim Torrinha e João Ruas um agradecimento muito sincero pelas indicações prestadas. Uma palavra de reconhecimento também para a Dr.^a Carla Martins e para o Eng.^o Vasco Patrício.

À Lídia a quem dedicamos este trabalho, um agradecimento muito sincero por todo o apoio prestado e pela compreensão de algumas hesitações as quais através do seu carinho soubemos ultrapassar para uma boa prossecução do trabalho.

A todos, ainda que não tenham sido referidos, deixamos registado o nosso agradecimento.

MÁRIO ALBERTO NUNES COSTA: A ACÇÃO ARQUIVÍSTICA E BIBLIOTECÁRIA

DIOGO ANTÓNIO CORREIA VIVAS

Resumo

Introdução: Este trabalho pretende analisar a actividade de Mário Alberto Nunes Costa (1920-2010) nos campos da Arquivística e da Biblioteconomia, em Portugal entre 1950 (início da carreira profissional como Terceiro Conservador no Arquivo Nacional da Torre do Tombo) e 1982 (aposentação como Chefe de Divisão de Documentação da Secretaria Geral do Ministério da Habitação e Obras Públicas). Um estudo centrado em torno de uma personalidade, que teve um papel fundamental no contexto da direcção e organização da Biblioteca e Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas, nas funções de Vogal da 3.^a Secção (Bibliotecas e Arquivos) da Junta Nacional de Educação e como Presidente da Comissão Técnica Portuguesa de Normalização da Documentação.

Metodologia e análise: Num primeiro momento, realizou-se uma revisão bibliográfica sobre o tema e, seguidamente, a pesquisa em bibliografia temática e na obra publicada e inédita de Mário Costa, nomeadamente livros e/ ou artigos científicos publicados em revistas e actas de colóquios/ congressos através de pesquisas nos catálogos de bibliotecas nacionais e em bases de dados. Num segundo momento, o estudo da documentação do Arquivo Privado Mário Costa e de diversos arquivos públicos. Após a recolha e organização do material, procedeu-se à elaboração de uma biografia científica, seguindo os parâmetros correntes deste tipo de abordagem, enquadrada nos contextos de formação e de desempenho profissional do sector, nomeadamente o conhecimento geral do seu percurso de vida; o estudo da formação académica; a análise da carreira profissional e a actividade desenvolvida nos vários cargos que ocupou, como via de caracterização do campo disciplinar e profissional da arquivística portuguesa da segunda metade do século XX.

Resultados: Mário Costa destacou-se como grande impulsionador dos arquivos dos ministérios, cujo melhor exemplo foi a revolução operada sob a sua égide na direcção e organização da Biblioteca e Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas. Um trabalho notável que a transformou num serviço modelo para época, seguindo as directrizes do que de mais inovador então se praticava e iniciando uma fase de grande actividade com a publicação de diversos instrumentos de pesquisa (inventários preliminares). A projecção que granjeou no seio na comunidade científica levou à sua nomeação para o desempenho de cargos de grande relevo no sector arquivístico e bibliotecário nacional e que se estendeu também ao associativismo, onde deixou ficar bem patente o seu profissionalismo e acção empreendedora.

Conclusões: Apesar de formado segundo um paradigma custodial e tecnicista, que ao longo do século XX dominou em Portugal, foi um profundo conhecedor das tendências do seu tempo. Um pensador que nos deixou alguns estudos técnico-científicos mas, sobretudo, alguém orientado para a acção, sendo a obra que nos legou o melhor exemplo disso.

PALAVRAS-CHAVE: Mário Alberto Nunes Costa, Biografia Científica, Arquivística

Abstract

Introduction: This project aims to analyze the work of Mário Alberto Nunes Costa (1920-2010) in the fields of Archivology and Bibliothecology in Portugal between 1950 (the beginning of his professional career as Third Curator at the National Archive of Torre do Tombo) and 1982 (retirement from his position as Head of Division and Documentation of Secretaria Geral of the Ministério da Habitação and Obras Públicas). A research centered around a personality that had a fundamental role in the management and organization of Biblioteca e Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas (Library and Historical Archive of the Ministry of Public Works), in the position of Member of the 3rd Section (Libraries and Archives) of Junta Nacional de Educação and as President of Comissão Técnica Portuguesa de Normalização da Documentação (Portuguese Technical Committee for the Standardisation of the Documentation).

Methodology and analysis: Firstly, it was carried out a thorough reading of the bibliography on the theme of the project and, afterwards, a research about the themata and the published and unpublished works of Mário Costa, namely books and/or scientific articles published in reviews and official reports of conferences, through research of the catalogues of national libraries and in databases. Secondly, it was carried out the study of the documentation of the Private Archive of Mário Costa and several public archives. After the gathering and organization of the materials, it was designed a scientific biography, following the standard parameters of this type of approach, conformed within the contexts of training and professional performance in this field, namely the general knowledge of the course of his life, the study of his academical training, the analysis of his career and the work he undertook in the several positions he held, as means of characterizing the disciplinary and professional field of the portuguese archivology in the second half of the 20th century.

Outcomes: Mario Costa distinguished himself as a great stimulator of the archives of the ministries, of which the best example was the revolution that he has undergone in the direction and organization of the Biblioteca e Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas (Library and Historical Archive of the Ministry of Public Works). That remarkable work has transformed it in a role model service for its time, following the guidelines of the most innovating things of that time, and initiating a period of great activity with the publishing of several research instruments (preliminary inventories). The importance that he obtained within the scientific community led to his appointment for positions of great importance in the field of archivology and as national librarian, importance that has spread out also to the associativism, where he participated as an active member of the Portuguese archivology and bibliothecology regenerating movement, that had begun in the sixties, where he left the mark of his professionalism and entrepreneurship.

Conclusions: Despite his training following a custodial and of technical nature paradigm that prevailed in Portugal throughout the 20th century, he was a deep connoisseur of the trends of his time. A thinker that has left us some technical-scientific studies but, above all, someone who was guided towards the action, being the legacy of his work, the best example of this.

KEYWORDS: Mário Alberto Nunes Costa, Scientific Biography, Archivology

Índice

Introdução	1
1. Enquadramento: problemática e metodologia	3
1.1. As biografias científicas: estado da arte.....	3
1.2. Metodologia de recolha e análise da informação.	9
2. O Homem e o seu tempo: para uma visão global	15
3. A formação em Arquivística e Biblioteconomia	27
4. Os primeiros contactos com a prática arquivística e biblioteconómica	31
5. Terceiro Conservador do Arquivo Nacional da Torre do Tombo (1950-1958)	35
6. A direcção da Biblioteca e Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas (1958-1982)	43
7. A presidência da Comissão Técnica Portuguesa de Normalização da Documentação (1964-1971).....	57
8. O desempenho do cargo de Vogal da 3. ^a Secção da Junta Nacional de Educação (1966-1975).....	63
9. Para um balanço: o percurso de um homem na formação de um campo disciplinar	69
Conclusão.....	71
Fontes e Referências Bibliográficas	75
Anexos	93
Anexo 1: Fotografias de Mário Alberto Nunes Costa.....	i
Anexo 2: Quadro síntese da formação frequentada.....	iii
Anexo 3: Curriculum Vitae.....	v
Anexo 4: Obra publicada e inédita	xvii
Anexo 5: Quadro síntese da actividade docente	xxxii
Anexo 6: Curso de Técnica Bibliográfica de Luanda – Programa de Normalização	xxxiii
Anexo 7: Comunicações apresentadas à Academia Portuguesa da História	xlix

Anexo 8: Prémios alcançados enquanto académico da Academia Portuguesa da História	li
Anexo 9: Aspecto do Instrumento de Descrição referente ao espólio de José Luciano de Castro, elaborado por Mário Costa	liii
Anexo 10: Exemplo de verbete da documentação da Ordem de Avis elaborado por Mário Costa	lv
Anexo 11: Quadro síntese de participação em congressos	lvii
Anexo 12: Remodelação das instalações da BAHMOP, em 1958	lxi
Anexo 13: Ficheiro Manual.....	lxv
Anexo 14: Quadro síntese da actividade da Comissão Técnica Portuguesa de Normalização da Documentação.....	lxvii
Anexo 15: Quadro síntese da actividade desenvolvida no âmbito da Terceira Secção da JNE.....	lxxv

Lista de Abreviaturas

ACME – Arquivo Central do Ministério da Economia

ACMF – Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças

AHBN – Arquivo Histórico da Biblioteca Nacional

AHSGME – Arquivo Histórico da Secretaria Geral do Ministério da Educação

ANTT – Arquivo Nacional/ Torre do Tombo

APH – Academia Portuguesa da História

APMC – Arquivo Privado Mário Costa

AUC – Arquivo da Universidade de Coimbra

BAD – Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas

BAHMOP – Biblioteca e Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas

BCFLUC – Biblioteca Central da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

BGUC – Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra

BNP – Biblioteca Nacional de Portugal

IC – Instituto Camões

ISBA - Inspeção Superior das Bibliotecas e Arquivos

FLUC – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

LNEC – Laboratório Nacional de Engenharia Civil

Introdução

O presente estudo tem por objectivo analisar a actividade de Mário Alberto Nunes Costa enquanto bibliotecário e arquivista, em Portugal, no período que medeia a sua entrada como Terceiro Conservador no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), em 1950, e a sua aposentação como Chefe de Divisão de Documentação da Secretaria Geral do Ministério da Habitação e Obras Públicas, em 1982.

A investigação centra-se em torno de uma personalidade marcante da arquivística e da biblioteconomia portuguesas, que teve um papel fundamental no contexto da direcção e organização da Biblioteca e Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas (BAHMOP), no desempenho das funções de vogal da 3.^a Secção (Bibliotecas e Arquivos) da Junta Nacional de Educação (JNE) e de Presidente da Comissão Técnica Portuguesa de Normalização da Documentação (CTPND). Estudar o percurso de um homem, que embora formado segundo um paradigma custodial e tecnicista (modelo cujos traços essenciais se caracterizam pela valorização da custódia, conservação e restauro do suporte como função base da actividade do arquivista e do bibliotecário), que dominou em Portugal durante o século XX, foi um conhecedor das tendências em voga no seu tempo e alguém orientado para a acção, procurando aplicar na prática o resultado da investigação sobre os diversos temas a que se dedicou ao longo da vida.

Nestas circunstâncias, apresentar uma biografia científica de Mário Alberto Nunes Costa, seguindo os parâmetros correntes deste tipo de abordagem, enquadrada nos contextos de formação e de desempenho profissional do sector, nomeadamente: conhecer, de forma geral, o percurso de vida; estudar a formação académica; analisar a carreira profissional enquanto bibliotecário e arquivista bem como a actividade desenvolvida nos vários cargos que ocupou. Com esta abordagem procurar-se-á utilizar o estudo de Mário Alberto Nunes Costa enquanto bibliotecário e arquivista como via de caracterização do campo disciplinar e profissional da Biblioteconomia e da Arquivística portuguesas da segunda metade do século XX.

1.Enquadramento: problemática e metodologia

1.1. As biografias científicas: estado da arte

O assunto sobre o qual versa a presente dissertação constituiu, pela primeira vez, motivo de interesse, na sequência de um pequeno estudo sobre o *Estágio de Arquivistas de 1913* desenvolvido no âmbito seminário de Teoria e Metodologia de Investigação em Ciências da Informação e da Documentação, ministrado pela Prof.^a Silvana Roque de Oliveira. O interesse pela temática da formação profissional de arquivistas e bibliotecários, em Portugal e da forma como ela contribuiu para a valoração social da profissão, permitiu um estudo mais cuidado sobre os modelos de formação existentes até então e das alterações que foram sofrendo ao longo dos anos.

Um contacto apurado com a evolução do campo disciplinar em Portugal, ao longo do século XX e a descoberta de um conjunto de personalidades marcantes para a História da Arquivística e da Biblioteconomia portuguesas, mas que invariavelmente tem sido esquecidas ou ignoradas. Entre elas encontra-se Mário Alberto Nunes Costa, arquivista e bibliotecário português que marcou significativamente a Arquivística e a Biblioteconomia em Portugal, na segunda metade do século XX. A actividade que desenvolveu ao longo de cerca de quarenta anos, primeiro como Terceiro Conservador do ANTT, entre 1950 e 1958 e, a partir dessa data até 1982, como bibliotecário arquivista do Ministério das Obras Públicas – a que deu a primeira organização funcional e a publicação dos primeiros inventários preliminares – mas também como Vogal da 3.^a Secção da JNE e como Presidente da CTPND são disso bons exemplos.

Por outro lado, os inúmeros estudos e reflexões sobre assuntos de natureza técnica que legados são bons exemplos do percurso de um homem, que embora formado segundo um paradigma custodial e tecnicista, estava a par das tendências do seu tempo no campo da arquivística e da biblioteconomia. As ideias e as propostas legadas, particularmente no período em que integrou a 3.^a Secção da JNE, dedicada aos Arquivos e às Bibliotecas e presidiu à CTPND revelam alguém que procurava aplicar na prática o resultado da sua investigação. Não obstante, a sua acção permanece no desconhecimento da comunidade científica em geral e, de um modo particular, dos profissionais da área, sendo a sua produção historiográfica a faceta mais conhecida, nomeadamente os trabalhos produzidos no âmbito da história local sobre Estremoz ou enquanto membro da Academia Portuguesa da História (APH).

Um dos aspectos que pode justificar esse desconhecimento prende-se com a inexistência de qualquer estudo de natureza biográfica sobre a sua acção no campo da arquivística e da biblioteconomia e, até mesmo, no campo historiográfico. Os trabalhos publicados sobre Mário Alberto Nunes Costa resumem-se aos verbetes publicados na *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*¹ e as respectivas actualizações de 1982 e 1998², o verbete da autoria de Alberto Banha de Andrade, publicado na *Enciclopédia Verbo Luso Brasileira de Cultura*³, os currículos que o próprio elaborou e que se encontram no Instituto Camões (IC)⁴ e na APH⁵, apensos aos respectivos processos e a reposta ao Elogio do Dr. Alberto Iria feita por Mário Alberto Nunes Costa, da autoria de Justino Mendes de Almeida⁶.

Como paradigma do que pode ser uma biografia de um bibliotecário e/ou arquivista português é o estudo de Fernanda Ribeiro: *Para o estudo do paradigma patrimonialista e custodial. A Inspeção das Bibliotecas e Arquivos e o contributo de António Ferrão (1887-1965)*⁷. Um estudo que constituiu um importante contributo para a história da bibliotecas e arquivos em Portugal, num longo período que medeia a criação da Inspeção Superior das Bibliotecas e Arquivos, em 1887 (Monarquia Constitucional), atravessa a Primeira República e se prolonga pelo Estado Novo até 1965⁸. Um trabalho consagrado, numa primeira parte, à Inspeção Superior das

¹ Mário Alberto Nunes Costa. In *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira. Apêndice*. Vol. XXXIX. Lisboa: Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia: [s. d.], p. 404.

² Mário Alberto Nunes Costa. In *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira. Actualização*. Vol. III. Lisboa: Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, 1982, p. 518-520; Mário Alberto Nunes Costa. In *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira. Actualização*. Vol. II. Lisboa: Edições Zairol, 1998, p. 294.

³ ANDRADE, Alberto Banha de – Mário Alberto Nunes Costa. In *Enciclopédia Verbo Luso Brasileira de Cultura*. Vol. 8, Lisboa: São Paulo: Editorial Verbo, 1999, colns. 292-293.

⁴ Lisboa, IC, *Processo de Bolseiro de Mário Alberto Nunes Costa*. Processo n.º 0146/9.

⁵ Lisboa, APH, *Processo do Prof. Dr. Mário Alberto Nunes Costa*. Processo n.º 283.

⁶ PORTUGAL. Academia Portuguesa da História. *Elogio do Dr. Alberto Iria*. ISBN: 972-624-098-0. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1994, p. 83-94.

⁷ RIBEIRO, Fernanda – *Para o Estudo do Paradigma Patrimonialista e Custodial. A Inspeção das Bibliotecas e Arquivos e o contributo de António Ferrão (1887-1965)*. Porto: CETAC: Edições Afrontamento, 2008.

⁸ Neste âmbito, devem-se referir também a tese de doutoramento de RIBEIRO, Fernanda – *O Acesso à Informação nos Arquivos* [Em linha]. Vols. I e II. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian: Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2003. [Consultado a 2 Out. 2012]. Disponível na Internet <URL: [vol. 1] <URL: <http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/7058/3/fribeirovol01000061435.pdf>> e [vol. 2] <URL: <http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/7058/4/fribeirovol02000061437.pdf>> assim como os estudos produzidos pela grupo de investigação em que insere uma vez que permitiram “um salto qualitativo de monta na abordagem dos contextos históricos dos sistemas de informação arquivística em Portugal”. In ROSA, Maria de Lurdes – Problemáticas históricas e arquivísticas actuais para o estudo dos arquivos de família portugueses (Épocas Medieval e Modernas). *Revista de História da Sociedade e da Cultura* [Em linha]. N.º 9 (2009), p. 23. [Consultado a 2 Out. 2012]. Disponível na Internet <URL: http://www.uc.pt/en/chsc/rhsc/rhsc_9/rhsc9_9-42_mlr.pdf>.

Bibliotecas e Arquivos e, num segundo momento, dedicado ao trabalho biográfico sobre António Ferrão, nomeadamente a sua acção arquivística e bibliotecária.

A biografia que, ao longo dos séculos, se difundiu em todas as regiões do mundo dominadas pela escrita, desde os séculos XVI, XVII e XVIII era cultivada em Portugal “para satisfação de necessidades de natureza genealógica das casas senhoriais e da casa real”⁹. Alargada nos séculos XIX e XX, a diversos sectores da sociedade, nomeadamente aos negócios, às artes e às letras, o género biográfico foi sendo conjugado com a publicação de memórias e autobiografias¹⁰.

Nos últimos tempos, como referiu António Manuel Hespanha, a “biografia ficou de moda em Portugal”¹¹. De facto, a curiosidade que o tema tem suscitado junto do público em geral levou a uma multiplicação deste tipo de trabalhos. Estudos de natureza académica¹² ou numa perspectiva convergente entre o trabalho académico e o trabalho de divulgação, como são o caso das biografias dos Reis e das Rainhas de Portugal¹³, tanto as publicadas sob a égide do Círculo de Leitores, como as que foram promovidas pela Academia Portuguesa da História¹⁴ e dadas à estampa pela *QuidNovi* têm sido uma constante.

A nível metodológico, ao invés do que se tem verificado a nível internacional, onde tem proliferado a publicação de diversos trabalhos¹⁵, em Portugal esta

⁹ BETHENCOURT, Francisco – Prefácio. In *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian. Biographies*. Vol. XXXIX. Lisboa: Paris: C.C.C.G. 2000, p. VII.

¹⁰ Idem, *Ibidem*, p. IX.

¹¹ HESPANHA, António Manuel – Um género biográfico em curso. In *História*. Ano XXIV, III.ª Série, n.º 41 (Jan. 2002), p. 16.

¹² Entre outras destacam-se NUNES, Teresa - *Carlos Malheiro Dias: Um monárquico entre dois regimes*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2009; SIMÕES, Ana; DIOGO, Maria Paula e CARNEIRO, Ana - *Cidadão do Mundo. Uma biografia científica do Abade Correia da Serra*. Porto: Porto Editora, 2006. FERNANDES, Paulo Jorge – *Mouzinho de Albuquerque: um soldado ao serviço do Império*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2010; PINTO, Rui Miguel da Costa - *Gago Coutinho (1869-1959), geógrafo e historiador: uma biografia científica*. Dissertação de doutoramento em História da Expansão e dos Descobrimentos Portugueses), apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa: Universidade, 2012.

¹³ Sob a chancela do chancela do Círculo de Leitores foram publicadas biografias de todos os Reis de Portugal, numa colecção dirigida por Roberto Carneiro e sob a coordenação científica de Artur Teodoro de Matos e de João Paulo Oliveira e Costa, num total de 34 volumes. De igual modo, também sob a chancela do Círculo de Leitores têm vindo a ser publicadas biografias das Rainhas de Portugal, sob a coordenação de Isabel dos Guimarães Sá, Manuel Santos Silva e Ana Maria Rodrigues, num total de 32 reunidas em 18 volumes.

¹⁴ À semelhança do Círculo de Leitores, também A Academia Portuguesa da História publicou biografias de todos os Reis (34 volumes) e Rainhas de Portugal (32 volumes), sob a chancela do QuidNovi.

¹⁵ KRAGH, Helge – *Dirac: A Scientific Biography*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990; *New Dictionary of Scientific Biography*. 8 vols. Ed. Noretta Koertge. Charles Scribners & Sons: 2007; CAINE, Barbara – *Biography and History*. ISBN: 978-1-4039-8725-9. New York: Palgrave Macmillan, 2010;

problemática tem sido muito pouco abordada. Desde os trabalhos de José Amado Mendes¹⁶, José Mattoso¹⁷, Fernando Martins¹⁸ ou Fátima Bonifácio¹⁹ de pequenas reflexões como a crónica anteriormente referida da autoria de António Manuel Hespanha destaca-se, como trabalho mais recente neste âmbito, o *paper* apresentado por Henrique Leitão à Secção Autónoma de História e da Filosofia da Ciência (Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa), em 16 de Março de 2011 sobre “O que se escreve quando se escreve uma biografia científica”. Apesar de não ter sido objectivo de desenvolvimento num posterior artigo, foi possível revelar os aspectos fundamentais da sua intervenção na tese de doutoramento de José Carlos Tiago de Oliveira²⁰. Como tal, Henrique Leitão afirma que a biografia se apresenta num equilíbrio entre “uma história narrada, mista de memória e documentos e o conteúdo científico”, sendo o discurso do biógrafo “denso em matérias de investigação”, mas “comumente aligeirado com *intermezzos* de contextualização”²¹.

No caso concreto dos trabalhos biográficos sobre arquivistas e bibliotecários portugueses, além do anteriormente citado trabalho de Fernanda Ribeiro, que nos serviu de referência metodológica à presente dissertação, é de referir o trabalho biográfico sobre José Pereira da Costa (1922-2010)²² que, não obstante se tratar de uma extensa entrevista, não deixa de constituir um valioso contributo para o conhecimento deste

SÖDERQVIST, Thomas – *A New Look at the Genre of Scientific Biography*. [Em linha]. [Consultado a 3 Out. 2012]. Disponível na Internet <URL: http://www.ashgate.com/pdf/samplepages/history_and_poetics_of_scientific_biography_intro.pdf >; LEVI, Giovanni – Les usages de la biographie. In *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*. [Em linha]. Ano 44, n.º 6 (1989), p. 1325-1336. [Consultado a 3 Out. 2012]. Disponível na Internet <URL: http://amartignoni.fr/ICP/Methodologie_files/LEVI-Usages%20biographie.pdf >; BOURDIEU, Pierre – L’illusion Biographique. In *Actes de la recherche en sciences sociales*. [Em linha]. Vol. 62-63 (Jun 1986), p. 69-72. [Consultado a 3 Out. 2012]. Disponível na Internet <URL: http://amartignoni.fr/ICP/Methodologie_files/Bourdieu,%20Illusion%20biographique.pdf >.

¹⁶ MENDES, José Amado – A biografia na História. In ENCONTRO DE PROFESSORES DE HISTÓRIA, 9, Caldas da Rainha, 1991. *Actas*. Caldas da Rainha: Gráfica da Ponte, 1995, p. 9-19.

¹⁷ MATTOSO, José – Breves reflexões sobre o individual e o colectivo em História. In *A Escrita da História: teoria e métodos*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997, p. 57-64.

¹⁸ MARTINS, Fernando – Historiografia, biografia e ética. *Análise Social* [Em linha]. Vol. XXXIX, n.º 171 (Jul. 2004), p. 391-408. [Consultado a 2 Out. 2012]. Disponível na Internet <URL: <http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/pdf/aso/n171/n171a06.pdf> >.

¹⁹ BONIFÁCIO, Maria de Fátima – Biografia e conhecimento histórico. In *Estudos de História Contemporânea de Portugal*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2007, p. 241-253.

²⁰ OLIVEIRA, José Carlos Brandão Tiago de – *A personalidade científica de António Gião* [Em linha]. Dissertação de doutoramento apresentada à Universidade de Évora para a obtenção do grau de Doutor em História e Filosofia da Ciência. Évora: Universidade, 2012, p. 18. [Consultado a 3 Out. 2012]. Disponível na Internet <URL: http://cfc.ul.fc.ul.pt/equipa/3_cfcul_elegiveis/JoseCarlosTiagoOliveira/Tese_1.pdf >.

²¹ Idem, *ibidem*, p. 18.

²² COSTA, José Pereira da e GOMES, Francisco Manuel – *José Pereira da Costa: um homem das ilhas*. Funchal: Direcção Regional dos Assuntos Culturais, 2008.

arquivista português. Com exceção destes trabalhos, a ausência de qualquer outro estudo de natureza biográfica é bastante significativa. Aliás, a inexistência de verbetes com pequenas notas biográficas em qualquer Dicionário ou Enciclopédia é disso outro exemplo.

A nível internacional, destaca-se o trabalho de Terry Cook²³ sobre a história do pensamento arquivístico desde a publicação do Manual dos Arquivistas Holandeses (1898). Um ensaio circunscrito à tradição europeia ocidental do último século, utiliza uma metodologia de grande utilidade para o trabalho em causa. Na linha deste estudo, encontram-se alguns trabalhos sobre a história da arquivística e do campo disciplinar²⁴ e estudos de caso publicados em diversas revistas científicas²⁵.

²³ COOK, Terry - What is Past is Prologue: A History of Archival Ideas Since 1898 and the Future Paradigm Shift. *Archivaria* [Em linha]. Vol. 43 (Verão 1997), p. 17-63. [Consultado a 3 Out. 2012]. [Disponível na Internet <URL: <http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/article/view/12175/13184> >].

²⁴ RIDENER, John - *From Polders to Postmodernism: a concise history of archival theory*. Duluth: Litwin Books, 2009; CRAVEN, Louise (ed.) – From the Archivist's Cardigan to the Very Dead Shep: What are Archives? What are Archivists? What do They Do?. In *What are archives?: cultural and theoretical perspectives: a reader*. ISBN: 978-0-7546-7310-1 Farnham: Ashgate, 2008, p. 7-30; SILVA, Armando Malheiro da et al. - *Arquivística. Teoria e prática de uma Ciência da Informação*. 3.ª ed., Porto: Afrontamento, 2009; GENERELO, Juan Jose e MORENO LÓPEZ, Ángeles (Coord.) *Historia de los archivos y de la archivística en España*. ISBN: 84-7762-848-3. Valladolid: Secretariado de Publicaciones e Intercambio Editorial, Universidad de Valladolid, 1998, 272p.

²⁵ AERTS, Erik ; MECHELEER, Lieve de e WELLENS, Robert – L'âge de Gachard. L'archivistique et l'historiographie en Belgique (1830-1885). In *Archivi e storia nell'Europa del XIX secolo*. [Em linha]. Vol. 2, Roma: Ministero per i Beni Culturali, 2006, p. 571-600 Consultado a 7 Out. 2012]. [Disponível na Internet <URL: http://www.archiviodistato.firenze.it/nuovosito/fileadmin/template/allegati_media/libri/150_Archivi_Storia/150_Aerts.pdf >]; NESMITH, Tom - Hugh Taylor's Contextual Idea for Archives and the Foundation of Graduate Education in Archival Studies. In Barbara Craig (ed.), *The Archival Imagination: Essays in Honour of Hugh A. Taylor*. Ottawa: Association of Canadian Archivists, 1992, p. 13-37; COOK, Terry – An Archival Revolution: W. Kaye Lamb and the Transformation of the Archival Profession. *Archivaria*, (First International Conference on the History of Records and Archives). [Em linha] vol. 60 (2005), p. 185-234. [Consultado a 4 Out. 2012]. [Disponível na Internet <URL: <http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/article/view/12521/13656> >]; COX, Richard - Lester J. Cappon and the Relationship of History, Archives, and Scholarship in the Golden Age of Archival Theory. *The American Archivist*. [Em linha]. Vol. 68, n.º 1 (Spring-Summer 2005), p. 74-112 [Consultado a 4 Out. 2012]. [Disponível na Internet <URL: <http://archivists.metapress.com/content/a10ju1xvu150626h/fulltext.pdf> >]; GALLOWAY, Patricia - Archives, Power, and History: Dunbar Rowland and the Beginning of the State Archives of Mississippi (1902-1936). *American Archivist*. [Em linha]. Vol. 69, n.º 1 (Spring-Summer 2006), p. 79-116. [Consultado a 4 Out. 2012]. [Disponível na Internet <URL: <http://archivists.metapress.com/content/m462n0564g87jqm0/fulltext.pdf> >]; PALMER, Susan – Sir John Soane and the Design of the New State Paper Office, 1829-1834. *Archivaria* (First International Conference on the History of Records and Archives). [Em linha] vol. 60 (2005) p. 39-70. [Consultado a 4 Out. 2012]. [Disponível na Internet <URL: <http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/article/view/12514/13642> >]; ECKERT, Astrid – *Managing their own past*. German archivists between national socialism and democracy. *Archival Science*. [Em linha]. Vol. 7, n.º 3 (2007), p. 223-244. [Consultado a 4 Out. 2012]. [Disponível na Internet <URL: <http://www.springerlink.com/content/h050101026m73503/fulltext.pdf> >]; BAS MARTIN, Nicolás

Por outro lado, também em obituários publicados nas referidas revistas científicas encontram-se pequenas biografias de profissionais. Ainda que não acompanhadas de um maior desenvolvimento e reflexão, não deixam de constituir importantes elementos de trabalho.

O aspecto marcante do método biográfico é o seu objecto de estudo, isto é, o indivíduo na sua singularidade, destacando-se se pelo discurso objectivo, construído pelo investigador a partir da informação disponível²⁶. Uma utilização necessariamente acompanhada do contexto social e histórico em que o indivíduo está inserido dado que ele é uma expressão da sua época, do lugar e do grupo onde se insere, condicionado pelo contexto em que se insere²⁷.

Como tal, um trabalho com estas características, baseado num estudo de caso, permite caracterizar com relativo grau de detalhe um único sujeito, compreendendo o modo como a sua trajectória pessoal e profissional se insere e pode ser influenciada pelo contexto histórico, político e cultural e, nesse sentido, a compreender melhor os limites impostos ao desenvolvimento do seu trabalho²⁸.

No caso concreto de um estudo biográfico sobre um arquivista ou bibliotecário, parecem, de todo, pertinentes as palavras de Antonia Heredia Herrera²⁹ sobre a dificuldade em separar o perfil do arquivista e do modelo de arquivo da evolução da própria disciplina, isto é, não se pode falar de arquivistas e de Arquivos sem referir as mudanças no seio da Arquivística. Uma aproximação ao seu estudo terá

– *Juan Bautista Muñoz (1754-1799) y la fundación del Archivo General de Indias*. Valencia: Generalitat Valenciana, Conselleria de Cultura, Educación i Ciència; Dirección General del Libro i Coordinación Bibliotecaria, 2000; CORTÉS ALONSO, Vicenta *et al.* – *Olga Gallego, arquivista: unha homenaxe*. [Santiago de Compostela]: Xunta de Galicia, 2005; ESTRADA NÉRIDA, Júlio – *Páginas de una biografía: Manuel Murgia, director del Archivo de Simancas: 1868-1870*. Sada/ A Coruña: edicións do Castro, 1983; OPORTO, Luis – *Gunnar Mendonza y la Construcción de la archivística boliviana (1914-1994)*. La Paz: La Pesada Ediciones, 2004; WEBER, Francis J. – *Maynard Geiger: archivist-historian*. Monterey: Hillary & Petko, 1982.

De referir o interessante trabalho biográfico da autoria de Pedro López Gómez, embora não especificamente sobre um arquivista: LÓPEZ GÓMEZ, Pedro – *Jose Cornide: El Coruñés Ilustrado*. [Em linha]. La Coruña: Ayuntamiento de La Coruña. 1997. [Consultado a 3 Out. 2012]. Disponível na Internet <URL: <http://hum236.cdf.udc.es/ahdi/downloads/cornide.pdf> >.

²⁶ PUJADAS MUÑOZ, Juan Jose – *El método biográfico: El uso de las historias de vida en ciencias sociales*. ISBN: 978-84-7476-174-0. 2.ª ed., Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, 2002 p. 49-50.

²⁷ Idem, *ibidem*, p. 49-50.

²⁸ Idem, *ibidem*, p. 49-50.

²⁹ HEREDIA HERRERA, Antonia – Archivos y archiveros entre la Guerra Civil y las Españas de las Autonomías. In GENERELO, Juan Jose e MORENO LÓPEZ, Ángeles (Coord.) *Historia de los archivos y de la archivística en España*. ISBN: 84-7762-848-3. Valladolid: Secretariado de Publicaciones e Intercambio Editorial, Universidad de Valladolid, 1998, p. 175.

obrigatoriamente de partir do conceito de arquivo no período em análise e da metodologia de trabalho aplicada pelo arquivista. Os arquivos serão aquilo que se exige aos arquivistas e estes, por sua vez, irão concebê-lo segundo características muito próprias, produzindo-se uma relação muito próxima entre si e a partir da qual, através de um conhecimento do arquivo, se pode definir o profissional que se ocupa dele³⁰.

1.2. Metodologia de recolha e análise da informação

A realização da dissertação teve por base fontes documentais e legislativas. As primeiras, de natureza diversa, foram recolhidas em vários arquivos, enquanto as fontes legislativas foram compiladas através do Diário da República Electrónico ou em versão papel na BNP ou na Biblioteca do Ministério da Educação. Na prossecução do trabalho também foram utilizadas revistas científicas especializadas, actas de congressos, livros temáticos, essencialmente sobre história da arquivista.

O percurso efectuado na recolha de informação decorreu em diversos momentos desde Março até Junho de 2012 e teve como suporte várias fontes de informação.

A recolha de elementos biográficos sobre Mário Alberto Nunes Costa teve início com a consulta da *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* e respectivas actualizações e na *Enciclopédia Verbo Edição Século XXI*, onde foi possível aceder aos verbetes sobre o autor. A leitura de ambos, com particular incidência para os publicados na primeira das obras citadas, permitiu-nos ter uma noção bastante alargada sobre o seu percurso académico e profissional bem como da obra publicada, essenciais na definição de um conjunto de linhas de actuação futuras. Seguidamente, o levantamento exaustivo dos trabalhos inéditos e publicados, recorrendo à consulta do *Boletim da Academia Portuguesa da História*³¹, onde se encontra identificada, com particular minúcia, a sua

³⁰ Idem, *ibidem*, p. 175.

³¹ Mário Alberto Nunes Costa foi Académico Correspondente (desde 14 de Dezembro de 1979), de Número (desde 24 de Junho de 1988) e de Mérito (desde 3 de Dezembro de 2003) da Academia Portuguesa da História. Nessa qualidade consta do *Boletim* um pequeno *Curriculum Vitae* publicado no momento da sua eleição para Académico Correspondente bem como a indicação de todos os trabalhos publicados, sucessivamente actualizados ao longo dos seguintes números do *Boletim da Academia Portuguesa da História*: vol. 43, 1979, p. 61; vol. 49, 1985, p. 92-95; vol. 50, 1986, p. 76; vol. 53, 1992-1993, p. 105-106; vol. 54, 1993-1994, p. 86-87; vol. 55, 1995, p. 101; vol. 57, 1997, p. 116; vol. 58, 1998, 115; vol. 59, 1999, p. 135; vol. 60, 2000, p. 111-112; vol. 61, 2001, p. 107; vol. 62, 2002, p. 145-146; vol. 64, 2004, 125 e vol. 65, 2005, p. 124-125.

produção bibliográfica assim como com recurso à pesquisa por “autor”³² nas bases de dados da Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (BGUC) e BAHMOP³³.

No que se refere à informação recolhida em arquivos foram dirigidos pedidos de consulta aos seguintes arquivos: Arquivo Central do Ministério da Economia (ACME), BAHMOP, APH, Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças (ACMF), ANTT, IC e Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC).

Na BAHMOP, no ACMF, no ACME, no AHSGME, no LNEC e no ANTT foram solicitados pedidos de consultada aos processos individuais de funcionário. Trata-se uma fonte de informação muito importante que nos permitiu conhecer, com algum pormenor, o seu percurso profissional desde que ingressou no funcionalismo público até ao momento da aposentação.

No IC e na APH foi consultado o processo de bolsheiro do Instituto para a Alta Cultura e o processo de Académico, respectivamente com a particularidade de conterem um *Curriculum Vitae*: no primeiro dos casos, datado de Dezembro de 1962 e, no caso do processo de Académico, de Maio de 1979 com uma actualização de Abril de 1992. Ambos os casos permitiram colmatar diversas lacunas na identificação da obra e no percurso profissional, que os verbetes da Enciclopédia e a consulta dos processos individuais deixaram por esclarecer.

No AUC encontrou-se toda a informação de natureza institucional relativa à frequência curso de Bibliotecário-Arquivista e na BCFLUC foi possível recuperar os trabalhos apresentados no âmbito do Curso de Bibliotecário – Arquivista.

No que confere ao essencial da sua produção enquanto arquivista e bibliotecário foi consultado a BAHMOP. Deve-se salientar a Biblioteca e Arquivo propriamente ditos assim como o Arquivo Privado Mário Costa (APMC), composto por três caixas de documentação de natureza pessoal e profissional, que acompanhou a doação da sua biblioteca particular à referida instituição.

³² O seu nome não se encontra normalizado surgindo várias designação tais como: Mário Alberto Nunes Costa, Mário A. Nunes Costa, Mário A. N. Costa, Mário Nunes Costa, Mário N. Costa ou Mário Costa. Os seus trabalhos também aparecem identificados pelo pseudónimo *Marcus Caesar* (LAPA, Albino – *Dicionário de Pseudónimos*. Compilado por Maria Teresa Vidigal. Lisboa: INCM, 1980, p. 120).

³³ Mário Alberto Nunes Costa doou a sua biblioteca particular à Biblioteca e Arquivo Histórico do Ministério das obras Publicas, em Janeiro de 2010.

No AHSGME foi solicitado informação sobre a 3.^a Secção da Junta Nacional de Educação, sobre a Comissão de Estudos dos Assuntos Culturais e Investigação Científica do Ministério da Educação e Cultura e sobre o Grupo de Trabalho, encarregado de estudar a reestruturação do Estágio de Preparação Técnica de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (1975).

No campo da Biblioteconomia e da sua participação nos trabalhos de revisão do projecto das Regras de Catalogação Bibliográfica de Raúl Proença (1959) e no grupo de trabalho que preparou o projecto de “Regras Portuguesas de Catalogação Bibliográfica” (1968-1969) foi solicitada a consulta da documentação da ISBA, que embora não se encontre tratada foi possível consultar devido à excelente Guia de Remessa que possui, quando da incorporação em Dezembro de 2010. No que respeita ao segundo dos grupos de trabalho referidos, foi também dirigido um pedido de consulta ao arquivo Histórico da Biblioteca Nacional (AHBN) sobre os assuntos em causa.

Em relação à presidência da Comissão Técnica Portuguesa de Normalização da Documentação, entre 1964 e 1971 foram efectuadas pesquisas no ACME, no Instituto Português da Qualidade (herdeiro das competências da referida Repartição de Normalização) e no arquivo da actual Comissão Portuguesa de Normalização (CT7). De igual modo foram efectuadas pesquisas no Arquivo da Secretaria Geral do Ministério da Agricultura e no ANTT.

No campo do ensino a sua actividade também se desenvolveu em múltiplas cursos e acções de formação. Foram efectuados contactos junto do Dr. Francisco Piedade Jacinto, que conviveu de perto com Mário Alberto Nunes Costa na Universidade Autónoma de Lisboa. No que respeita à Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília também foram efectuadas diligências com vista a documentar a sua acção nesta instituição.

No que confere ao associativismo foram efectuados pedidos de consulta aos arquivos do CIA e da BAD para uma melhor compreensão sobre as suas funções enquanto colaborador do Grupo os Cadernos e de sócio do CIA e da BAD.

Com efeito, procurando documentar e compreender da melhor forma possível todos os aspectos da sua vida, foram efectuadas pesquisas no AHSGME referente à sua actividade enquanto docente do ensino particular (desde 1947) e do curso comercial particular (década de 50); no AHSGME, relativa à Comissão Executiva do V

Centenário da Morte do Infante D. Henrique (1956-1958); no Arquivo da Secretaria Geral do Ministério da Justiça, relativo à sua participação na Comissão de Divulgação do Código Civil do Ministério da Justiça (1966-9167); no ANTT referente à Mocidade Portuguesa (delegação de Évora) e à PIDE e nos arquivos das Escolas Secundárias André de Gouveia e Pedro Nunes, onde concluiu o sexto e o sétimo ano, respectivamente.

Com vista aceder a outra documentação que tenha permanecido na posse da família e por forma a conhecer um pouco melhor o lado humano do biografado, outro dos elementos tidos em consideração foi o contacto com a família, nomeadamente com o filho.

Tal como referido anteriormente, ao nível do levantamento bibliográfico, a efectuamos pesquisas nos catálogos da BNP e na BGUC com vista à identificação da obra publicada. O catálogo da BGUC permitiu-nos também identificar a produção científica que se encontrava inédita.

Foram realizadas pesquisas em bibliotecas nacionais, tais como a BNP, a Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e a Biblioteca da BAD. Nas duas primeiras bibliotecas foi possível consultar os *Cadernos BAD*, a *Notícia: boletim informativo interno da BAD*, a revista *Archivum*, de particular interesse para o estudo e onde efectuamos recolhas sistemáticas de informação. Na última das bibliotecas citadas, consultamos as actas dos Encontros de Bibliotecários e Arquivistas.

De igual modo foram consultadas revistas científicas e efectuadas pesquisas em diversas bases de dados: B-On – Biblioteca do Conhecimento Online; Scielo – Scientific Electronic Library Online; Dialnet; TEL – Le Serveur de Thèses Multidisciplinaire; Repositório aberto da Universidade do Porto; RUN – repositório da Universidade nova; RCAAP – Repositório Científico de Acesso Aberto; DART – Europe E-Theses Portal.

Além das fontes de informação citadas foram utilizadas as próprias obras consultadas como meio para referenciar outros estudos com interesse para o trabalho.

Após a recolha e organização do material, procederemos à elaboração de uma biografia científica de Mário Alberto Nunes Costa, seguindo os parâmetros correntes deste tipo de abordagem. A informação será organizada primeiramente numa visão

global sobre o percurso de MANC, seguida de uma abordagem sobre a sua formação e, nos pontos seguintes, uma análise no que respeita à sua acção no campo da Arquivística e da Biblioteconomia em que profissionalmente desempenhou a sua actividade e ocupou cargos e funções diversas.

A biografia será enquadrada nos contextos de formação e de desempenho profissional do sector, procurando utilizar o estudo de Mário Alberto Nunes Costa enquanto arquivista como via de caracterização do campo disciplinar e profissional da Biblioteconomia e da Arquivística portuguesas da segunda metade do século XX.

2. O Homem e o seu tempo: para uma visão global

Mário Alberto Nunes Costa³⁴, filho de Francisco Martinho Costa, empregado no comércio e de Emília Augusta Nunes Costa, doméstica, nasceu na freguesia de Santo André, em Estremoz, a 15 de Agosto de 1920³⁵. Nascido no seio de uma família de pequenos comerciantes, Mário Costa era neto de dois velhos republicanos do período da propaganda: Joaquim Maria Costa (1855 – 1931), pela parte paterna e António José Nunes (1843 – 1937), pela parte materna.

A infância e a adolescência foram passadas entre Estremoz e Évora no contexto político e socioeconómico, que medeia entre o final da Primeira República e a instauração e consolidação do Estado Novo. Na sua cidade natal frequentou o ensino primário no Colégio do Capitão Grincho, onde concluiu os primeiros estudos. Já em Évora, no Liceu Nacional André de Gouveia³⁶, frequentou o 6.º ano, que concluiu em 24 de Julho de 1937 com a realização do exame do segundo ciclo, tendo-lhe sido atribuída a classificação final de 12 valores³⁷. Dois anos mais tarde, em 27 de Março de 1939, com 18 anos e concluído o 7.º ano, no Liceu Pedro Nunes³⁸, em Lisboa, é-lhe outorgada a emancipação, por concessão de seu pai, Francisco Martinho Costa para que pudesse encontrar trabalho. Neste contexto, concorreu a um lugar de escriturário de 2.ª classe para o quadro do pessoal administrativo da Direcção Geral da Indústria, tendo sido colocado na Segunda Circunscrição Industrial, em Coimbra onde tomou posse, em 22 de Agosto de 1940.

Posteriormente, em 1942, já promovido a escriturário de 1.ª classe, matriculou-se como aluno ordinário na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (FLUC), onde frequentou a licenciatura em Ciências Históricas e Filosóficas, em simultâneo com a actividade profissional, que lhe garantia o sustento e lhe dava condições para a frequência do curso. À formação em Ciências Históricas e Filosóficas, concluída em 1946 com a classificação final de 13 valores, juntou o Curso de Ciências Pedagógicas,

³⁴ Anexo 1.

³⁵ Conservatória do Registo Civil, Predial e Comercial de Estremoz, *Livro de Registo de Nascimentos de Estremoz*. Ano de 1920, Assento n.º 428, fl. 153v.

³⁶ Sobre o Liceu André de Gouveia Cf. RASGA, Raul – Liceu André de Gouveia. Évora. In *Liceu de Portugal. Histórias. Arquivos. Memórias*. NÓVOA, António e SANTA-CLARA, Ana Teresa (Coord.). Porto: Edições Asa, 2003, p. 261-279.

³⁷ Exames. In *Brados do Alentejo*. Estremoz, Ano VII, n.º 341 (1 de Agosto de 1937), p. 2 [3].

³⁸ Sobre o Liceu Pedro Nunes cf. GOMES, Fernanda Maria Veiga – Liceu Pedro Nunes. Lisboa. In *Liceu de Portugal. Histórias. Arquivos. Memórias*. NÓVOA, António e SANTA-CLARA, Ana Teresa (Coord.). Porto: Edições Asa, 2003, p. 535-557.

em 1948 classificado com 12 valores e, um ano mais tarde, o Curso de Bibliotecário Arquivista, com 15 valores, após seis meses de estágio no Arquivo e Museu de Arte da Universidade de Coimbra³⁹.

No âmbito da Direcção Geral dos Serviços Industriais, à qual permaneceu ligado até ao final da década de quarenta, além do serviço administrativo, desenvolveu pela primeira vez, actividades no âmbito da Biblioteconomia e da Arquivística⁴⁰. Neste contexto passou também a exercer, a partir de Julho de 1947, após autorização concedida pelo Ministério da Educação Nacional e, em simultâneo com a sua actividade profissional, o ensino de História e Filosofia no Ensino Liceal Particular⁴¹. Esta actividade a par da docência no Curso Comercial Particular de Lisboa, na década de 50 foi um dos aspectos marcantes na sua carreira docente.

Contudo, os seus objectivos futuros não se limitaram ao trabalho administrativo de 3.º Oficial da Direcção Geral dos Serviços Industriais do qual havia tomado posse em 10 de Dezembro de 1946⁴². A aposta na formação superior que obteve, em Coimbra em paralelo com a actividade profissional desenvolvida naquela cidade bem como a candidatura a diversos concursos públicos é disso um bom exemplo. Como tal, foi nomeado, após concurso público, para desempenhar interinamente o cargo de Segundo Conservador dos Palácios e Monumentos Nacionais, do qual tomou posse a 2 de Dezembro de 1948⁴³. Colocado na Zona de Monumentos Nacionais de Leiria, então recentemente criada e que abrangia todo o distrito ficou “encarregado de ordenar o arranjo e conservação dos monumentos do distrito”⁴⁴. A convite do Conselho de Administração da Fundação da Casa de Bragança realizou, em 1948 uma viagem de estudo ao património artístico e cultural de Vila Viçosa e à sua Biblioteca e Museu.

³⁹ Anexo 2.

⁴⁰ Lisboa, BAHMOP, *Processo pessoal de funcionário – Mário Alberto Nunes Costa*. Processo n.º 5885.

⁴¹ Lisboa, ACMF, *Processo individual de funcionário – Mário Alberto Nunes Costa*. Processo n.º 127. Diploma n.º 12995 passado pelo Ministério da Educação Nacional, a 10 de Julho de 1947.

⁴² Lisboa, ACME, *Processo individual de funcionário – Mário Alberto Nunes Costa*. Processo n.º 746.

⁴³ Lisboa, ACMF, *Processo individual de funcionário – Mário Alberto Nunes Costa*. Processo n.º 127.

⁴⁴ Lisboa, ACMF, *Processo individual de funcionário – Mário Alberto Nunes Costa*. Processo n.º 127.

Da sua actividade que se prolongou apenas durante a comissão de serviço de Fernando Pais de Almeida e Silva, no Instituto Maternal de Coimbra estava estipulado o envio à Repartição do Património de um relatório mensal da actividade desenvolvida. Todavia, não foi possível recuperar esses relatórios tanto no ACMF como no ANTT onde se encontra documentação relativa às direcções distritais de Finanças e perceber, com algum detalhe, o seu percurso neste cargo.

A sua passagem pelos Palácios e Monumentos Nacionais foi bastante efémera uma vez que a 28 de Setembro de 1949 foi exonerado do cargo⁴⁵, embora tenha permanecido em funções até 31 de Outubro, data a partir da qual Fernando Pais de Almeida e Silva deu entrada no serviço⁴⁶. Numa missiva dirigida ao Director Geral de Finanças, António Luís Gomes e datada de 26 de Setembro⁴⁷, isto é, dois dias antes do despacho ministerial que ditou a sua exoneração do cargo, Mário Alberto Nunes Costa fez saber que “extra oficialmente” tinha recolhido informação de que o Conservador Fernando Pais de Almeida e Silva tencionava ocupar o seu lugar no fim do mês, embora até à data não lhe tivesse sido dado conhecimento oficial. Efectivamente, embora estive na condição de licença sem vencimento da Direcção Geral dos Serviços Industriais, na referida carta são notórias e, citando as suas palavras “as dificuldades com que a verificar-se esta hipótese eu terei naturalmente que haver na estabilização da situação”.

Na qualidade de Conservador dos Palácios Monumentos Nacionais, participou no XVI Congresso Internacional de História da Arte, que decorreu em Lisboa e no Porto, entre 18 e 24 de Abril de 1949⁴⁸. A sua participação apenas na qualidade de assistente, dado que não apresentou qualquer comunicação, vem de encontro às funções que, à época, desempenhava nos Palácios e Monumentos Nacionais e à necessidade de conhecer as recentes tendências da historiografia no âmbito da História da Arte, sendo, de acordo com o seu *Curriculum*, a primeira reunião científica em que participou⁴⁹.

Após a sua saída da Zona Monumental de Leiria, Mário Alberto Nunes Costa solicitou admissão ao concurso aberto para provimento do lugar de Terceiro Conservador do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. O seu ingresso na Torre do Tombo a 24 de Março de 1950⁵⁰ marca, por assim dizer, o início oficial da sua carreira profissional como bibliotecário e arquivista.

⁴⁵ PORTUGAL. Leis, decretos, etc. – Ministério das Finanças: Repartição do Património. Despacho Ministerial [28 Set. 1949]. *Diário do Governo*. 2.^a série. Lisboa. N.º 229 (1 Out. 1949), p. 5678.

⁴⁶ Lisboa, BAHMOP, *Processo pessoal de funcionário – Mário Alberto Nunes Costa*. Processo n.º 5885.

⁴⁷ Lisboa, ACMF, *Processo individual de funcionário – Mário Alberto Nunes Costa*. Processo n.º 127.

⁴⁸ *Congrès International de l’Histoire de l’Art. Rapport et communications*. Vol. I e II. Lisboa: Porto: Tip. Minerva, 1949; XVI^{ème} *Congrès International de l’Histoire de l’Art: Guide Officiel et Programmee*. Lisboa: Porto: Tipografia da Empresa Nacional de Publicidade, 1949, p. 43.

⁴⁹ Anexo 3.

⁵⁰ PORTUGAL. Leis, decretos, etc. – Ministério da Educação Nacional: Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes. Portaria [de 9 Abril. 1950]. *Diário do Governo*. 2.^a série. Lisboa. N.º 69 (24 Mar. 1950), p. 1465.

Nesta instituição permaneceu até Outubro de 1958, embora desde 1956 estivesse dispensado do serviço oficial e equiparado a bolseiro no País ao serviço do Instituto para a Alta Cultura como colaborador da Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, na preparação da *Monumenta Henricina* onde efectuou trabalhos de recolha, transcrição e revisão de textos para a referida obra⁵¹.

Como Conservador do ANTT iniciou uma fase de grande actividade intelectual⁵², da qual se destacam os primeiros trabalhos no âmbito da arquivística e da biblioteconomia, como as comunicações apresentadas no *Congrès International des Bibliothèques et des Centres de Documentation*, em Bruxelas (1955)⁵³ e no II Congresso da Indústria Portuguesa, em Lisboa (1957). Além da publicação dos trabalhos de natureza técnica iniciou a colaboração em diversos jornais e revistas⁵⁴ e deu os primeiros passos na participação em congressos a nível internacional, com a apresentação da comunicação em Bruxelas e a participação no III Congresso Internacional de Arquivos, em Florença, em 1956, de inegável importância para um conjunto de realizações futuras no MOP.

A sua participação em diversos colóquios, a publicação dos primeiros artigos de natureza técnica e toda a experiência adquirida ao longo de oito anos como Conservador do ANTT permitiram-lhe a formação de um *Curriculum* considerável, granjeando-lhe alguma projecção junto da comunidade científica de então, e que em muito contribuiu para a obtenção do primeiro lugar no concurso público para provimento do lugar de Bibliotecário Arquivista do quadro permanente da Secretaria-geral do MOP⁵⁵.

⁵¹ PORTUGAL. Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique. *Monumenta Henricina*. Vol. I, Coimbra: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960, p. XVIII.

⁵² Anexo 4.

⁵³ COSTA, Mário – Contribution à l'étude de la normalisation du catalogage des livres. *Arquivo de Bibliografia Portuguesa*. Ano I, n.º 3 (1955), p. 230-234.

⁵⁴ A partir de 1953, Mário Alberto Nunes Costa iniciou a colaboração com algumas revistas científicas e jornais onde publicou diversos artigos de natureza técnica sobre Arquivística e Biblioteconomia, como de História. Entre outras revistas podem citar-se: *A Cidade de Évora* (1953), *Olisipo* (1953-1954), *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa* (1953), *Arquivo de Bibliografia Portuguesa* (1955), *Revista Portuguesa de História*, *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra* (1955), *Brasília* (1955), *Arquivo do Distrito de Aveiro* (1958) e *Arquivo Histórico da Madeira* (1958) e em jornais como: *Diário Popular* (1953), *O Cronista* (1955) e *Brados do Alentejo* (1953), com o qual deu início a uma profícua colaboração com artigos sobre História local, com particular ênfase sobre a sua Estremoz natal.

⁵⁵ PORTUGAL. Leis, decretos, etc. – Ministério das Obras Públicas: Secretaria – Geral. Despacho [19. Set. 1958]. *Diário do Governo*. 2.ª série. Lisboa. N.º 223 (23 Set. 1958), p. 7723.

A entrada no MOP como bibliotecário arquivista onde tomou posse, em 8 de Outubro de 1958⁵⁶ e permaneceu até à aposentação, em 1982 tornou-se no local por excelência onde conseguiu colocar em prática muitas das suas ideias e propostas sobre Arquivos e Bibliotecas.

Os contactos internacionais permitiram-lhe tomar conhecimento das mais recentes práticas na área, as quais teve oportunidade de aplicar nas obras de remodelação das instalações da BAHMOP, que promoveu após a tomada de posse e de que resultou na reabertura das instalações em Junho de 1959⁵⁷.

Por outro lado, no ano seguinte, iniciou uma reorganização interna dos respectivos conteúdos documentais e o tratamento das espécies, introduzindo em Portugal as técnicas documentais do arquivista americano Theodore Roosevelt Schellenberg (1903-1970), segundo as quais iniciou a publicação dos primeiros inventários preliminares dos núcleos identificados e a que deu a primeira organização funcional⁵⁸. O trabalho prolongou-se pelas décadas seguintes, organizando e tornando acessível ao público, a documentação à guarda da BAHMOP.

A década de sessenta e a seguinte foram o ponto alto da sua carreira. Destacou-se o início da colaboração com a Verbo, na *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, dada ao prelo entre 1963 e 1976, onde publicou diversos artigos sobre Arquivística e Biblioteconomia⁵⁹ e no *Dicionário Geral Luso-Brasileiro da Língua Portuguesa*, onde se encontram as marcas da sua autoria em diversas entradas – não assinadas –, nas áreas

⁵⁶ PORTUGAL. Leis, decretos, etc. – Ministério das Obras Públicas: Secretaria – Geral. Despacho [25 Out. 1958]. *Diário do Governo*. 2.^a série. Lisboa. N.º 255 (30 Out. 1958), p. 8700.

⁵⁷ PORTUGAL. Ministério das Obras Públicas. *Biblioteca e Arquivo do Ministério das Obras Públicas: remodelação de instalações e reabertura ao público em Junho de 1959*. [Lisboa]: M. O. P., D. G. E. M. N., 1959.

⁵⁸ Mário Costa publicou os seguintes inventário preliminares: O Arquivo da Superintendência-Geral dos Contrabandos: 1771-1834: Inventário preliminar. *Revista Portuguesa de História*. Tomo IX (1960), p. 325-333; O Arquivo do Conselho de Minas: 1859-1868: Inventário preliminar. Lisboa: Edição do autor, 1961; Núcleos do Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas. *Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira*. Ano 4, n.º 1 (1963), p. 115-164 e O Arquivo da Montaria-Mor do Reino: 1583-1833: Inventário preliminar. *Revista Portuguesa de História*. tomo XI, vol. I, 1964, p. 151-176.

⁵⁹ Na Enciclopédia Verbo publicou os seguintes verbetes: Arquivo Histórico Ultramarino. *In Verbo: Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. Lisboa: Editorial Verbo, vol. 2, [Dep. Leg. 1996], colns. 1282-1283; Arquivos dos Ministérios. *In Verbo: Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. Lisboa: Editorial Verbo, vol. 2, [Dep. Leg. 1996], colns. 1283-1285; Arquivos Municipais. *In Verbo: Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. Lisboa: Editorial Verbo, vol. 2, [Dep. Leg. 1996], colns. 1288-1290; Arquivos das Províncias Ultramarinas. *In Verbo: Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. Lisboa: Editorial Verbo, vol. 2, [Dep. Leg. 1996], colns. 1293-1295 e, em colaboração com Maria Teresa Pinto Mendes, Bibliotecas Portuguesas. *In Verbo: Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. Lisboa: Editorial Verbo, vol. 3, [Dep. Leg. 1992]. coln. 1270-1278.

da Arqueologia, Arquivística, Biblioteconomia, Documentação, Diplomática, Paleografia, Bibliologia, entre outras⁶⁰.

Por outro lado, o conhecimento que adquiriu sobre a documentação da BAHMOP, fruto da publicação dos primeiros inventários, granjearam-lhe “rasgados elogios dos Professores Eduardo de Oliveira França, Manuel Nunes Dias e Frédéric Mauro, que pediram esclarecimentos sobre a documentação aí existente e do maior interesse para o [estudo] da economia brasileira e do atlântico”⁶¹, com a comunicação apresentada ao Congresso Internacional de História dos Descobrimentos, que decorreu em Lisboa, em 1960. Elogios, esses, também provenientes do Secretário-geral e do Ministro das Obras Públicas, Eng.º Arantes e Oliveira que manifestaram “o elevado apreço com que superiormente se tomou conhecimento da sua valiosa comunicação que muito veio prestigiar e pôr em destaque o Arquivo Histórico do Ministério”⁶².

O trabalho de investigação no âmbito da Arquivística e da Biblioteconomia prosseguiu com a apresentação de comunicações no I Encontro de Bibliotecários e Arquivistas, em Coimbra, em Abril de 1965 e no 66.º Congresso da Associação Sul Africana para o Progresso das Ciências, nomeadamente no simpósio dedicado à Informação Científica e Técnica, que decorreu em Lourenço Marques, em Julho de 1968. De igual modo, não deixou de participar no VI Congresso Internacional de Arquivos que decorreu em Madrid, entre 3 e 7 de Setembro de 1968.

A situação de prestígio que gozava entre os bibliotecários e arquivistas portugueses também foram motivo para lhe terem sido dirigidos alguns convites para ministrar formação em alguns cursos⁶³. Em Outubro de 1965 foi-lhe dirigido um convite para reger, nos dois semestres do ano seguinte, matérias à sua escolha no Curso de Biblioteconomia da Universidade de Brasília. Porém, a presidência da CTPND e o cargo de Vogal da 3.ª Secção da JNE impediram-no de aceitar tal convite⁶⁴. Entre outros podem-se ainda citar o Curso de Técnica Bibliográfica, em Luanda promovido pelo Instituto de Investigação Científica de Angola (1966)⁶⁵ e o Curso de Actualização de

⁶⁰ ZUQUETE, Afonso (Coord.). *Dicionário Geral Luso-Brasileiro da Língua Portuguesa*. 2 vols., Lisboa: Editorial Enciclopédia, 1962-1973.

⁶¹ Lisboa, BAHMOP, *Processo pessoal de funcionário – Mário Alberto Nunes Costa*. Processo n.º 5885.

⁶² Lisboa, BAHMOP, *Processo pessoal de funcionário – Mário Alberto Nunes Costa*. Processo n.º 5885.

⁶³ Anexo 5.

⁶⁴ Lisboa, APH, *Curriculum Vitae – Aditamento*, ponto 3.

⁶⁵ Anexo 6. Foi equiparado a Bolseiro do IAC e ministrou lições sobre Normalização documental, em Luanda entre 18 de Novembro e 5 de Dezembro de 1966.

Técnicas Biblioteconómicas e Documentais, em Coimbra onde proferiu lições sobre Normalização Documental (1968)⁶⁶.

No âmbito da sua actividade na BAHMOP foi ainda convidado pela Comissão de Divulgação do Código Civil, sob a dependência do Gabinete do Ministro da Justiça para colaborar na preparação da Exposição Bibliográfica do Código Civil de 1966, que decorreu nas instalações do Secretariado Nacional da Informação⁶⁷. De igual modo, no âmbito do seu Ministério integrou a Comissão encarregada de coordenar os trabalhos de preparação de uma brochura a distribuir por ocasião das comemorações do 125º aniversário do MOP, em 1977⁶⁸.

Paralelamente à sua actividade profissional como funcionário público e, em consonância com os seus interesses culturais e científicos, Mário Costa foi chamado a desempenhar alguns cargos, nomeadamente a presidência da CTPND assim como o cargo de Vogal da 3.ª Secção da JNE, dedicada às Bibliotecas e Arquivos.

De encontro aos seus interesses e mercê do entusiasmo e dedicação que sempre prestou às funções que lhe foram confiadas, presidiu à CTPND entre 1964 e 1971 onde desenvolveu um intenso trabalho de produção de várias normas no domínio da Documentação. Demonstrativo do seu interesse sobre a temática também desenvolveu alguns estudos no campo da normalização, os quais foram objecto de apresentação em diversos colóquios⁶⁹. Na qualidade de presidente da CTPND chefiou a delegação portuguesa que participou, entre 20 a 25 de Outubro de 1969, em Estocolmo nas

⁶⁶ Foi convidado por Álvaro Júlio da Costa Pimpão, Director da FLUC para ministrar lições de Normalização Documental, em sessões de sessenta minutos no curso a realizar na referida Universidade entre 9 e 14 de Dezembro de 1968.

⁶⁷ *Código Civil Português: Exposição Documental*. Lisboa: Ministério da Justiça, 1966, p. 21.

⁶⁸ PORTUGAL. Ministério das Obras Públicas. *1852-1977: Comunicações apresentadas às sessões técnicas realizadas no âmbito das comemorações do 125º aniversário do Ministério das Obras Públicas*. Lisboa: Ministério das Obras Públicas, 1980.

⁶⁹ COSTA, Mário Alberto Nunes – *Desenvolvimento da normalização da documentação em Portugal*. In ENCONTRO DOS BIBLIOTECÁRIOS E ARQUIVISTAS PORTUGUESES, 2, Lisboa, 1966 – *Actas*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Lisboa, 1968, p. 467-471; COSTA, Mário Alberto Nunes – *Realizações da Comissão Técnica de Normalização de Documentação: Novembro 1964 – Março 1965*. In ENCONTRO DOS BIBLIOTECÁRIOS E ARQUIVISTAS PORTUGUESES, 1, Coimbra, 1965 – *Actas*. Coimbra: Faculdade de Letras, 1966, p. 135-139; COSTA, Mário Alberto Nunes – Normalização e organização da documentação. *Boletim de Normalização: publicação mensal da Inspeção Geral dos Produtos Agrícolas e Industriais*. Vol. 18, n.º 2 (Mar. – Abril 1969), p. 57-62.

Sobre Normalização publicou também: COSTA, Mário Alberto Nunes – *Normalização da organização do trabalho intelectual e da documentação, no Brasil e em Portugal*. In COLÓQUIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS LUSO-BRASILEIROS, 5, Coimbra, 1963. 8.ª Secção – *Ciências Históricas e Filológicas* – *Actas*. Coimbra: Universidade de Coimbra, vol. V, 1968, p. 219-214.

reuniões do *Technical Committee* n.º 46 da *International Standard Organization* (ISO/TC 46).

No que respeita ao cargo de Vogal da 3.ª Secção da JNE, que desempenhou entre 1966 e 1975, Mário Alberto Nunes Costa integrou o Grupo de Trabalho que procedeu à elaboração das Regras de Catalogação Portuguesas (1967 – 1968), formado por Jorge Adalberto Ferreira Peixoto, Rosalina Branca da Silva Cunha e Joaquim Alberto Iria Júnior⁷⁰. Teve a seu cargo pareceres diversos, entre os quais se destacam os pareceres sobre medidas elementares contra risco de incêndios nos edifícios pertencentes às autarquias locais (1967)⁷¹; sobre a reprodução de documentos de Arquivo e Bibliotecas na posse do Estado (1968)⁷²; sobre a livre circulação de livros no mundo (1969)⁷³ e sobre as condições para o Depósito de Arquivos do Governos Civis (1971)⁷⁴.

Por outro lado, ainda no âmbito da sua actividade na JNE, é da sua autoria o Projecto de Directrizes do Catálogo Colectivo das Bibliotecas Portuguesas, apresentado à Biblioteca Nacional de Lisboa, em 1967 cuja coordenação e implementação esteve sob a sua alçada até 1969⁷⁵.

A notoriedade alcançada tanto no cargo de bibliotecário arquivista do MOP, como nas funções desempenhas na JNE e na presidência da CTPND foi razão para ter sido nomeado para integrar diversas comissões, grupos de trabalho e para a elaboração de estudos de natureza técnica. Entre outros destaca-se o trabalho sobre a *Organização e funcionamento do sistema arquivístico da Repartição dos Serviços Administrativos da*

⁷⁰ Lisboa, ANTT – *Terceira Secção da Junta Nacional de Educação*. Acta de 16-1-1967, fl. 7v-8. Sobre este assunto ver PEIXOTO, Jorge – Notícia Breve sobre as Regras Portuguesas de Catalogação. *Revista de Biblioteconomia de Brasília* [Em linha]. Vol. 3, n.º 2, (Jul.-Dez. 1975), p. 193-198. [Consultado a 8 Ago. 2012]. Disponível na Internet <<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000002950&dd1=d9f59>>.

⁷¹ Lisboa, ANTT – *Terceira Secção da Junta Nacional de Educação*. Acta de 16-1-1967, fls. 6v-7; Acta de 15-5-1967, fl. 14.

⁷² Lisboa, ANTT – *Terceira Secção da Junta Nacional de Educação*. Acta 21 de Outubro de 1968, fls. 32-32v.

⁷³ Lisboa, ANTT – *Terceira Secção da Junta Nacional de Educação*. Acta de 21 de Julho de 1969, fls. 38-38v.

⁷⁴ Lisboa, ANTT – *Terceira Secção da Junta Nacional de Educação*. Acta de 18-1-1971, fls. 54-54v.

⁷⁵ Lisboa, ANTT – *Terceira Secção da Junta Nacional de Educação*. Acta de 16-10-1967, fls. 18-19.

Direcção Geral das Construções Escolares, em colaboração com Maria Augusta P. de Aguilár Rodrigues e Bernardino Ribeiro⁷⁶.

Do seu *Curriculum* fazem ainda parte a nomeação para diversos Grupos de Trabalho, nomeadamente para a Comissão de Estudos dos Assuntos Culturais e Investigação Científica do Ministério de Educação e Cultura, para o estudo das condições de reestruturação e organização do Centro de Documentação Científica do IAC (1974); para o Grupo de trabalho criado pela Direcção Geral dos Assuntos Culturais para estudar a reestruturação do Estágio de Preparação Técnica de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, enquanto representante da BAD (1975) e a indicação pelo MOP, para integrar o Grupo de Trabalho *Ad Hoc* sob a dependência do Gabinete do Primeiro Ministro, com o objectivo de estudar a política a seguir na preservação e destruição de documentação e conservação da informação científica e técnica (1976)⁷⁷.

Destaca-se ainda, em 1974, a nomeação para membro do Júri do Concurso para Técnicos Especialistas em Documentação do quadro do Secretariado Técnico da Secretaria de Estado do Planeamento, em matéria de documentação e informação económicas e, no âmbito do seu Ministério, a representação da Secretaria-geral, na qualidade de Vogal efectivo na Comissão Consultiva de Estatística, entre 1977 e 1980.

A colaboração em grupos de trabalho ou na elaboração de estudos de natureza técnica no âmbito da Arquivística ou da Biblioteconomia cessou com a aposentação da Função Pública. Porém, uma década depois, em Março de 1991, foi convidado pelo Presidente do Instituto Português de Arquivos, Professor Aires Nascimento para colaborar com o Grupo de Trabalho sobre Normas de Descrição em Arquivo, coordenado por Ana Franqueira, tendo em vista a elaboração de um comentário à Carta de Princípios para a elaboração de Normas de Descrição em Arquivo⁷⁸.

A par do desempenho profissional como bibliotecário arquivista e dos demais cargos anteriormente referidos, Mário Alberto Nunes Costa foi sócio da Academia

⁷⁶ COSTA, Mário Alberto Nunes; RODRIGUES, Maria Augusta P. de Aguilár e RIBEIRO, Bernardino – *Organização e funcionamento do sistema arquivístico da Repartição dos Serviços Administrativos da Direcção Geral das Construções Escolares*. Lisboa: Direcção Geral das Construções Escolares, 1972, 109p. [exemplar mimeografado].

⁷⁷ O Grupo de Trabalho foi reestruturado um ano após ter sido criado, tendo sido reconduzido nessas funções. A suspensão dos trabalhos ocorreu em meados de Janeiro de 1980, não sendo conhecido qualquer relatório produzido no âmbito da sua actividade.

⁷⁸ Lisboa, BAHMOP, *Arquivo Privado Mário Costa*, Cx. 2.

Portuguesa de *Ex-Libris*⁷⁹, da qual foi seu sócio fundador e Secretário da primeira direcção, em 1953 e do Conselho Internacional de Arquivos, entre 1955 e 1987. Ilustrativa dos seus interesses culturais e científicos, a sua acção teve, contudo, maior notoriedade na APH e na BAD.

Na BAD onde permaneceu como sócio desde a fundação da associação até Março de 1981, de destacar a sua participação nos trabalhos preparatórios de criação da Associação onde colaborou, entre outros aspectos, em várias reuniões de valorização profissional e em actividades de investigação ligadas à terminologia arquivística e na elaboração dos estatutos⁸⁰.

Na APH foi eleito Académico Correspondente, em 14 de Dezembro de 1979, sob proposta apresentada em Assembleia de Académicos de Número pelo General Luís da Câmara Pina (1904-1980) e subscrita juntamente pelo Cónego Isaías da Rosa Pereira (1919-1998) e pelo Dr. Joaquim Alberto Iria Júnior (1919-1992)⁸¹, Mário Alberto Nunes Costa deu provas da sua assiduidade às sessões normais e extraordinárias, entre 1981 e 1995, sendo de destacar a colaboração regular nas sessões da Academia com a apresentação de trabalhos resultantes da prolongada investigação.

Entre outras podem citar-se os trabalhos sobre o Ensino Industrial em Portugal na segunda metade do século XIX; os estudos sobre escritor e bibliógrafo português, Diogo Barbosa Machado (1682-1772); a comunicação sobre a sua Estremoz natal intitulada *Vasco Estevez de "Gatuz". Certezas e interrogações*; o Elogio do Presidente de Honra da Academia, Dr. Alberto Iria seu antecessor na cadeira n.º 22, em sessão extraordinária de 13 de Janeiro de 1993 ou o trabalho sobre *Heurística e Historiografia na Academia Real da História Portuguesa*⁸².

O seu intenso labor historiográfico mercê da apresentação de trabalhos de grande mérito científico, valeram-lhe a elevação para Académico de Número, em 24 de Junho de 1988, ocupando a cadeira n.º 22, deixada vaga pela morte do seu antecessor, Dr.

⁷⁹ Sócios fundadores da Academia Portuguesa de Ex-libris. *Boletim da Academia Portuguesa de Ex-Libris*. Ano 1, Fasc. 1 (Setembro 1955), p. 18. Da sua colaboração com a Academia publicou: COSTA, Mário Alberto Nunes – Marcas de posse bibliográfica/ Marcas de autor/ marcas de impressor: apontamentos para um inventário. *Boletim da Academia Portuguesa de Ex-Libris*. IIª série, Ano 4, n.º 11(Maio 1959), p. 22-23.

⁸⁰ Lisboa, BAHMOP, *Arquivo Privado Mário Costa*, Cx. 2.

⁸¹ PORTUGAL. Academia Portuguesa de História. *Boletim da Academia Portuguesa de História*. Vol. 43, 1979, p. 218-221.

⁸² Anexo 7.

Joaquim Alberto Iria Júnior. Por outro lado, os trabalhos apresentados também lhe valeram a obtenção de diversos prémios. Além dos referidos, obteve o Prémio de História Calouste Gulbenkian “História de Portugal dos séculos XVI a XX” e o Prémio Dr. Possidónio Mateus Laranjo Coelho, *ex-aequo* com Alberto Iria, ambos em 1984; o Prémio Augusto Botelho da Costa Veiga (1991); o Prémio de História Calouste Gulbenkian – “Presença de Portugal no Mundo” (1994); o Prémio Aboim de Sande Lemos (1996) e, em 2001, naquele que foi o seu último trabalho, *ex-aequo* com Manuela Mendonça, novamente o Prémio de História Calouste Gulbenkian – História Regional pelo seu trabalho sobre *O Montadigo na sociedade portuguesa dos séculos XII a XVI*⁸³.

Outra actividade a que Mário Alberto Nunes Costa deu continuidade depois de aposentado como Chefe de Divisão de Documentação, em Fevereiro de 1982, após quarenta e um anos de serviço público foi a actividade docente. A título de convidado, iniciou, em Novembro de 1981 funções como Professor Extraordinário contratado, no Departamento de Ciências Históricas da Universidade Livre de Lisboa, onde regeu a cadeira anual de Biblioteconomia e Arquivologia (opção da Licenciatura em História). Até 1985, período durante o qual exerceu funções docentes na Universidade, também desempenhou as funções de Secretário do Conselho Escolar (1981-1982) e de vogal substituto do Conselho Pedagógico e Científico da Universidade (1982-1983 e 1983-1984)⁸⁴. Prosseguiu a docência no Departamento de História da Universidade Autónoma de Lisboa, em 1986, onde participou na organização inicial da referida instituição e planeou os programas das cadeiras de Teoria das Fontes e Problemática do Saber Histórico e de Biblioteconomia⁸⁵.

Nos últimos anos da sua vida, o seu estado de saúde aliado à doença da esposa limitou bastante a sua actividade, impedindo-o de participar nas sessões da APH – última das instituições a que se encontrava ligado. Porém não deixou de permanecer activo, elaborando separatas dos artigos publicados ao longo da sua colaboração com o quinzenário estremocense *Brados do Alentejo* e, simultaneamente, procurando manter-se actualizado, acompanhando os mais recentes acontecimentos num mundo sempre em mudança.

⁸³ Anexo 8.

⁸⁴ Lisboa, APH, *Curriculum Vitae – Aditamento*, ponto 3. Anexo 3.

⁸⁵ Lisboa, APH, *Curriculum Vitae – Aditamento*, ponto 4. Anexo 3.

Veio a falecer na freguesia de Venteira, concelho de Amadora, a 15 de Fevereiro de 2010 e sepultado no Cemitério do Alto do Chão Frio, em Sintra⁸⁶.

⁸⁶ As referências à sua morte foram noticiadas na imprensa estremocense apenas cinco meses após a sua morte. VIVAS, Diogo – In Memoriam: Mário Alberto Nunes Costa (1920-2010). *Jornal E. Estremoz*. Ano I, n.º 5 (1 Jul. 2010), p. 21 [coln. 4]; GRAZINA, Inácio – Faleceu Mário Alberto Nunes Costa. *Brados do Alentejo*. 3.ª série. Estremoz. Ano LXXX, n.º 740 (24 de Junho a 7 de Julho de 2010), p. 15 [coln. 1-3].

3. A formação em Arquivística e Biblioteconomia

A formação superior de bibliotecários e arquivistas, em Portugal remonta a 1887 com a criação do Curso Superior de Bibliotecário Arquivista, por Decreto de 29 de Dezembro do referido ano⁸⁷. Inovador, atendendo à realidade da época⁸⁸, o curso foi sendo reestruturado e regulamentado ao longo dos anos, mantendo-se quase exclusivamente⁸⁹, durante a centúria seguinte, como a única estrutura formativa de bibliotecários e arquivistas, em Portugal que habilitava ao desempenho dessas funções nos arquivos e bibliotecas do Estado⁹⁰.

As mudanças operadas até à década de 30 foram pouco significativas e traduziram-se apenas na reformulação do regulamento ou em alterações no plano curricular, com a inclusão de mais disciplinas de carácter técnico⁹¹. Apenas em 1931, com a publicação do Decreto n.º 19 952, de 27 de Junho que a temática da organização e funcionamento do curso foi reequacionada, numa perspectiva mais centralista, de encontro com a reforma mais vasta que se estava a operar na administração pública portuguesa⁹².

Os anos 30 foram ainda marcados por mais duas reformas: em 1932, embora de curta vigência, deu-se a extinção do curso na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e a sua transferência para o Arquivo Nacional e, em 1935, de maior alcance, com a transferência do curso da Universidade de Lisboa para a FLUC, onde permaneceu durante quase meio século até à extinção, em 1982 com a criação do Curso de Especialização em Ciências Documentais⁹³.

⁸⁷ PORTUGAL. Leis, decretos, etc. – [Decreto de 29 de Dezembro de 1887]. *Diário do Governo*. Lisboa. N.º 3 (4 Jan. 1888) art. 13.º, p. 19.

⁸⁸ RIBEIRO, Fernanda – O ensino da Paleografia e da Diplomática no Curso de Bibliotecário-Arquivista. *Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Marques*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. [Em linha]. Vol. 2 (2006), p. 57. [Consultado a 4 Out. 2012]. Disponível na Internet <URL: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1244.pdf> >.

⁸⁹ Em 1969 foi criado um modelo de formação alternativo ao Curso de Bibliotecário-Arquivista, designada de Estágio de preparação técnica para bibliotecários, arquivistas e documentalistas. PORTUGAL. Leis, decretos, etc. – Ministério da Educação Nacional: Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes: Decreto-Lei n.º 49009 [de 7 de Maio de 1969]. *Diário do Governo*. 1.ª série. Lisboa. N.º 116 (16 Mai. 1969), p. 537-538.

⁹⁰ RIBEIRO, Fernanda – *Para o Estudo do Paradigma Patrimonialista e Custodial...*, p. 128.

⁹¹ SILVA, Armando Malheiro da e RIBEIRO, Fernanda - *Das «ciências» documentais à ciência da informação. Ensaio epistemológico para um novo modelo curricular*. Porto: Edições Afrontamento, 2002, p. 144.

⁹² RIBEIRO, Fernanda – *Para o Estudo do Paradigma Patrimonialista e Custodial...*, p. 138.

⁹³ RIBEIRO, Fernanda – *O ensino da Paleografia e da Diplomática...*, p. 56-57.

É, pois, neste contexto que Mário Alberto Nunes Costa, concluída a licenciatura em Ciências Históricas e Filosóficas, em 1946 ingressou no Curso de Bibliotecário Arquivista, no ano lectivo de 1947/1948, segundo o modelo curricular instituído na FLUC, em 1935.

Assente numa estrutura de pós-graduação, com a duração de dois anos lectivos e um estágio de seis meses, a admissão ao curso era feita através de exame de aptidão⁹⁴ a realizar até 15 de Outubro de cada ano perante um júri de cinco membros nomeado pelo Conselho Escolar da Faculdade, sob a presidência do Director do Curso. Um curso que seguiu o modelo que sempre esteve na base da formação em Portugal, embora com um número de disciplinas bastante mais reduzido, concentrando em dois anos lectivos as matérias anteriormente distribuídas por várias unidades curriculares⁹⁵.

Deste modo, ao abrigo do art.º 7 do Decreto regulamentar do Curso, Mário Alberto Nunes Costa uma vez licenciado em Ciências Históricas e Filosóficas, ficou dispensado da frequência e exames das disciplinas comuns à respectiva licenciatura e ao Curso de Bibliotecário Arquivista pelo que só frequentou as restantes disciplinas do curso. Com efeito, obtida a equivalência às disciplinas comuns (Paleografia e Diplomática e Numismática e Esfragística), matriculou-se nas cadeiras de Bibliologia e Biblioteconomia, Aperfeiçoamento de Paleografia e Arquivologia e Arquivoeconomia, tendo concluído o curso em 1949.

Numa análise os conteúdos programáticos ministrados, ao corpo docente e à literatura que lhe servia de suporte⁹⁶, verifica-se que o curso se encontrava concebido tendo por base uma visão erudita da formação de bibliotecários e arquivistas, também ela reveladora de que a matriz histórico-tecnicista continuava a moldar a formação neste campo do saber⁹⁷. Aliás, esse pendor historicista que desde a Revolução Francesa se vinha implantando e consolidando, em Portugal e não só, é visível no decreto

⁹⁴ O exame de aptidão, que pressupunha do candidato uma sólida formação na área das Humanidades, versava sobre um vasto leque de matérias: Literatura Portuguesa; Filologia Portuguesa; História de Portugal; História Universal; Língua latina (tradução e gramática); Língua francesa (tradução e conversão); Língua Inglesa e Língua Alemã.

⁹⁵ SILVA, Armando Malheiro da e RIBEIRO, Fernanda - *Das «ciências» documentais à ciência da informação...*, p. 146.

⁹⁶ Sobre este assunto cf. PERES, Damião – *O Curso de Bibliotecário-Arquivista*. Coimbra: [s. l.], 1940. Separata da revista *Biblos*. Vol. XV, tomo II (1939).

Só com a contratação de Jorge Adalberto Ferreira Peixoto (1920-1977), o Curso de Bibliotecário Arquivista passou a ter no seu corpo docente alguém com formação específica na área.

⁹⁷ RIBEIRO, Fernanda – *Para o Estudo do Paradigma Patrimonialista e Custodial...*, p. 142.

regulamentar do curso, quando o legislador considera que as disciplinas subsidiárias da História constituem o núcleo do plano de estudos do CBA⁹⁸.

A natureza dos trabalhos exigidos⁹⁹ aos alunos é revelador do paradigma dominante e de todas as fragilidades e inconsistências que continha. Numa análise aos trabalhos práticos desenvolvidos por Mário Alberto Nunes Costa, no âmbito das cadeiras de Bibliologia e Biblioteconomia¹⁰⁰ e de Arquivologia e Arquivoeconomia¹⁰¹ é notório esse predomínio pelo que, embora limitado, apenas o estágio de seis meses realizado após a conclusão da componente teórica oferecia alguma prática.

A evolução internacional, patente no desenvolvimento da informação científica e técnica e um maior desenvolvimento tecnológico no seu tratamento¹⁰² assim como o aumento exponencial da produção documental¹⁰³ verificado entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, veio colocar novas questões no debate internacional, como a avaliação, a selecção e a eliminação dos documentos¹⁰⁴. Contudo, a situação política vivida em Portugal durante o Estado Novo não permitiu o estabelecimento de contactos com o estrangeiro, nem o acompanhamento da evolução do que se produzia em matéria de Arquivos e Bibliotecas ou em novas áreas em franco crescimento como a Documentação e a Ciência da Informação (*Information Science*)¹⁰⁵.

⁹⁸ PORTUGAL. Leis, decretos, etc. – Ministério da Instrução Pública: Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes: Decreto-Lei n.º 26026 [de 7 de Novembro de 1935]. *Diário do Governo*. 1.ª série. Lisboa. N.º 258 (7 Nov. 1935), p. 1634.

⁹⁹ Uma grande parte dos trabalhos práticos apresentados pelos alunos está depositada no AUC uma vez que alguns docentes eram simultaneamente Directores do Arquivo e docentes no CBA pelo que muitos trabalhos foram deixados no seu gabinete de trabalho. De igual modo, também na Biblioteca Central da FLUC se podem encontrar trabalhos, nesta caso depositados pelos alunos.

¹⁰⁰ Na cadeira de Bibliologia e Biblioteconomia, Mário Costa apresentou os seguintes trabalhos, ambos depositados na Biblioteca Central da FLUC: *Para um índice ideográfico da História de Portugal, de Alexandre Herculano*. Coimbra: M. A. N. C., 1948 [Cota: B-6-2-6] e *Para a História do Jornalismo em Estremoz*, Coimbra: M. A. N. C., 1948 [Cota: B-6-6-68].

¹⁰¹ Na cadeira de Arquivologia e Arquivoeconomia, Mário Costa apresentou o seguinte trabalho, que se encontra no AUC: *Inventário, Catálogo e Índices de alguns documentos avulso do Arquivo da Universidade de Coimbra*. Coimbra: M. A. N. C., 1948 [Cota: VI-3ª-7B-5-12].

¹⁰² SILVA, Armando Malheiro da et al. - *Arquivística. Teoria e prática de uma Ciência da Informação*. 3.ª ed., Porto: Afrontamento, 2009, p. 132.

¹⁰³ Idem, *ibidem*, p. 129.

¹⁰⁴ RIBEIRO, Fernanda – Da arquivística técnica à arquivística científica: a mudança de paradigma. *Revista da Faculdade de Letras: Ciências e Técnicas do Património*. [Em linha] N.º 1 (2002), p. 99. [Consultado a 5 Out. 2012]. Disponível na Internet <URL: <http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/8459/2/artigo3511.pdf>>.

¹⁰⁵ RIBEIRO, Fernanda - A Inspeção das Bibliotecas e Arquivos e a ideologia do Estado Novo. *In Estados autoritários e totalitários e suas representações: propaganda, ideologia, historiografia e memória*. [Em linha]. TORRALBA, Luís Reis e PAULO, Heloísa (Coord.). Coimbra: Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra - CEIS20, 2008. p. 15-16. [Consultado a 4

Como tal, um conjunto de alterações que influenciaram, de forma significativa, os modelos formativos então vigentes tanto na Europa, como nos EUA, mas cujos resultados muito tardiamente chegaram a Portugal, face ao isolamento em que o país se encontrava¹⁰⁶, sendo o Curso de Bibliotecário Arquivista o melhor exemplo ao manter-se inalterado desde 1935 em que foi instituído em Coimbra até 1982, quando foi extinto.

Uma formação que não soube acompanhar as mudanças sociais, económicas e, principalmente, tecnológicas ocorridas sobretudo após a Segunda Guerra Mundial e, como tal, obsoleta face aos novos desafios com que bibliotecários e arquivistas se começavam a defrontar¹⁰⁷. A obtenção de um diploma de bibliotecário arquivista, em termos práticos, apenas concedia autorização legal para o provimento e exercício de cargos técnicos nas Bibliotecas e Arquivos do Estado¹⁰⁸.

Foi, portanto, a consciencialização desse atraso que levou muitos profissionais, entre os quais se encontra Mário Alberto Nunes Costa, por sua própria iniciativa, a procurar conhecer as tendências em voga no seu tempo, participando em Congressos e reuniões internacionais, como assistente ou comunicante e partilhando esse conhecimento em encontros de trabalho no seu país; adquirindo literatura técnica e científica, da qual a sua biblioteca pessoal é um bom exemplo de que estava atento à evolução internacional no campo das bibliotecas e arquivos; estudando e publicando os resultados das suas reflexões e, acima de tudo, aplicando-as na prática, nomeadamente na BAHMOP e no âmbito dos cargos que desempenhou na presidência da CTPND e como Vogal da 3.ª Secção da JNE.

Out. 2012]. Disponível na Internet <URL: <http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/14282/2/inspeccaodasbibliotecas000073319.pdf> >.

¹⁰⁶ Idem, *ibidem*, p. 15.

¹⁰⁷ RIBEIRO, Fernanda – Da arquivística técnica à arquivística científica..., *op. cit.*, p. 99.

¹⁰⁸ RIBEIRO, Fernanda - A Inspeção das Bibliotecas e Arquivos..., *op. cit.*, p. 15.

4. Os primeiros contactos com a prática arquivística e biblioteconómica

Mário Alberto Nunes Costa iniciou a sua carreira no funcionalismo público durante o Estado Novo, no contexto de implementação das profundas alterações nas políticas direccionadas para os arquivos e bibliotecas, introduzidas pela promulgação do Decreto n.º 19.952, de 27 de Junho de 1931¹⁰⁹. Um momento de consolidação do novo regime que iria governar os destinos do país até 25 de Abril de 1974 e durante o qual desenvolveu o essencial da sua actividade técnica e científica.

O novo Decreto que veio dar enquadramento à reforma de mais longa duração neste sector esteve em vigor durante mais de trinta anos, regulando todos os aspectos que à vida dos arquivos e das bibliotecas dizia respeito, mesmo os que se encontravam fora da tutela administrativa do Estado¹¹⁰. Uma verdadeira “Lei de Bases” para o sector bibliotecário e arquivístico português, imbuída de uma perspectiva centralista, conservadora e de controlo que o novo regime começou paulatinamente a impor, continuando as preocupações historicistas a ser um dos aspectos preeminentes, particularmente no que dizia respeito aos arquivos¹¹¹.

Após uma fase de grande actividade vivida pela Arquivística portuguesa e de reconhecida importância por parte dos poderes públicos, entre 1912 e 1946¹¹², período durante o qual Júlio Dantas esteve à frente da ISBA, essa dinâmica e espírito de iniciativa tende a diminuir, para dar lugar “à rotina e à apatia que [passou] a caracterizar aquele organismo estatal”¹¹³ e, de um modo geral, as bibliotecas e os arquivos em Portugal.

Por outro lado, o isolamento em que o país se encontrava mercê do regime ditatorial consagrado pela Constituição de 1933, em muito contribuiu para o não acompanhamento do debate internacional em torno das grandes questões sobre a Arquivística e a Biblioteconomia.

A nível internacional assistiu-se a uma progressiva afirmação da Arquivística, que deste os finais do século XIX vinha evoluindo na linha da autonomização. A publicação do “Manual of Archive Administration”, de Hilary Jenkinson, em 1922 ou a

¹⁰⁹ RIBEIRO, Fernanda – *Para o Estudo do Paradigma Patrimonialista e Custodial...*, p. 121.

¹¹⁰ Idem, *ibidem*, p. 129.

¹¹¹ Idem, *ibidem*, p. 144.

¹¹² SILVA, Armando Malheiro da *et al.* – *Arquivística...*, p. 123.

¹¹³ Idem, *ibidem*, p. 111.

“Arquivística”, de Eugenio Casanova, em 1928 são um sinal claro da afirmação da disciplina¹¹⁴.

A questão da normalização da terminologia arquivística ou os problemas da avaliação documental, em consequência do aumento considerável da produção ocorrida durante e após a Primeira Guerra Mundial, passaram a ser encarados de forma mais determinada do que até então¹¹⁵. Aliás, associada à “explosão documental”, a partir da segunda metade dos anos quarenta, deu-se uma evolução tecnológica com um impacto bastante significativo na “vida” dos arquivos.

Esta situação levou ao aparecimento dos chamados pré-arquivos ou arquivos intermédios onde se realizavam as operações de avaliação, triagem e eliminação de documentos, preparando a documentação para os arquivos históricos¹¹⁶. A gestão documental afirma-se, então, como uma nova área próxima da administração, mas distinta da Arquivística, respeitante não só à produção e uso, mas também à avaliação e à selecção de documentos¹¹⁷, consagrando-se como dois fenómenos marcantes do pós guerra.

É, pois, nesta conjuntura nacional de graves repercussões na evolução cultural do país que, Mário Alberto Nunes Costa após concurso público e com apenas 20 anos de idade ingressou no funcionalismo público, em 1940 como escriturário de 2.ª classe na Direcção Geral da Indústria, nomeadamente na Segunda Circunscrição Industrial, em Coimbra. Além do trabalho meramente administrativo de que fora incumbido na qualidade de escriturário foi, através dele, que pela primeira vez contactou com o trabalho técnico em Arquivos e Bibliotecas ao ter a seu cargo o “Arquivo Geral e a Biblioteca especializada de carácter técnico da referida circunscrição”.

Em Maio de 1948, no trabalho prático apresentado no âmbito da cadeira de Arquivologia e Arquivoeconomia, do Curso de Bibliotecário Arquivista, regida pelo Professor Mário Brandão, o autor recordava na introdução ao trabalho o seu “contacto,

¹¹⁴ SILVA, Armando Malheiro da *et al.* – *Arquivística...*, p. 125-126.

¹¹⁵ *Idem, ibidem*, p. 128-129.

¹¹⁶ *Idem, ibidem*, p. 132.

¹¹⁷ *Idem, ibidem*, p. 134.

vai para oito anos, com um pequeno, apagado e desprezioso arquivo administrativo”¹¹⁸, ao qual deu ”um ordenamento sistemático”.

Na biblioteca especializada também foi possível conhecer o trabalho desenvolvido. De acordo com um parecer de Francisco Mateus Mendes, Engenheiro Chefe da referida Circunscrição, datado de Maio de 1951, promoveu a ”carimbagem de todas as espécies da Biblioteca, a revisão das espécies inventariadas e a integração de centenas de exemplares que aguardavam registo, iniciando simultaneamente a execução dos catálogos didascálico, geral metódico e analítico de publicações periódicas existentes”. Com efeito, informação que nos permite tecer algumas considerações sobre a natureza do trabalho realizado na referida Circunscrição. Sem formação específica, nomeadamente o Curso de Bibliotecário Arquivista, que concluiu apenas em 1949 dando-lhe a necessária habilitação ao desempenho de tais funções ou qualquer curso profissional ou de nível médio sobre arquivos ou bibliotecas – que à época não existia em Portugal –, o trabalho desenvolvido teve início através da realização de tarefas rotineiras e de natureza meramente administrativa dando lugar, progressivamente, ao trabalho técnico no arquivo geral e na biblioteca. Trabalho esse, dada a ausência de formação específica, resultante das suas investigações e reflexões de natureza pessoais que efectuou e lhe permitiram adquirir noções básicas para organizar um arquivo e uma biblioteca especializada.

Na década de quarenta, Mário Costa tinha à sua disposição um conjunto de trabalhos técnicos e estudos vários sobre a gestão arquivística, fruto de uma época de grande produção escrita sobre arquivos em Portugal¹¹⁹. O facto de se encontrar em Coimbra beneficiou do acesso privilegiado às bibliotecas universitárias e, nesse sentido, à literatura especializada nesta área¹²⁰. O empenho que sempre dedicou às funções que desempenhou ao longo da sua vida e, em particular, a este trabalho são notórios nas

¹¹⁸ COSTA, Mário Alberto Nunes – *Inventário, Catálogo e Índices de alguns documentos avulso do Arquivo da Universidade de Coimbra*. Coimbra: M. A. N. C., 1948, p. 1.

¹¹⁹ SILVA, Armando Malheiro da *et al.* – *Arquivística...*, p. 123.

¹²⁰ Entre outros instrumentos de trabalho, podemos destacar as Regras Portuguesas de Catalogação, da autoria de Raul Proença, embora banidas como instrumento de normalização, ainda se encontravam em uso na Biblioteca Nacional; As Instruções provisórias para a elaboração de roteiros ou índices topográficos dos arquivos ou secções de manuscritos das bibliotecas, datadas de 1933, sugerem um conjunto, ainda que provisório, de orientações técnicas e de normalização, (Portaria nº 7:588. *Diário do Governo. 1ª série*. Lisboa. 119, 30 Maio 1933, 922-924); os *Anais da Bibliotecas e Arquivos*, publicação da Inspecção das Bibliotecas e Arquivos Públicos, onde poderia colher informação vária de natureza técnica ou o trabalho publicado por Damião Peres, em 1939 sobre o Curso de Bibliotecário Arquivística, onde constam as matérias ministradas no curso e do qual fazem parte precisos exemplos práticos, que poderia tomar como modelo.

palavras do Engenheiro Chefe da referida Circunscrição: “esta missão foi desempenhada com muita proficiência e invulgar dedicação, o que bem confirmam as suas excepcionais qualidade de trabalho e competência que muito me apraz registar”¹²¹.

A experiência adquirida com o trabalho desenvolvido no arquivo e na biblioteca e a frequência do Curso de Bibliotecário Arquivista, levam Mário Costa a afirmar que “resultou radicar-se em nós a ideia de que, mais do que extensos trabalhos superficiais, aquilo de que um arquivo necessita é de trabalhos em profundidade, morosos embora, mas sem os quais ele não poderá ser o organismo funcional que se pretende”¹²². Afirmação de todo interessante sobre a natureza do trabalho a realizar no arquivo, tendo em consideração que foi um princípio norteador da sua actuação futura no ANTT após a curta passagem pelo Palácio e Monumentos Nacionais assim como na BAHMOP.

¹²¹ Lisboa, BAHMOP, *Processo pessoal de funcionário – Mário Alberto Nunes Costa*. Processo n.º 5885.

¹²² COSTA, Mário Alberto Nunes – *Inventário, Catálogo e Índices...*, p. 1.

5. Terceiro Conservador do Arquivo Nacional da Torre do Tombo (1950-1958)

Após uma curta experiência de cerca de um ano, entre Dezembro de 1948 e Setembro de 1949 como Conservador dos Palácios Monumentos Nacionais na recém-criada Zona Monumental de Leiria, Mário Alberto Nunes Costa regressou novamente à Circunscrição Industrial, em Coimbra. Contudo, a abertura de um concurso para o provimento do lugar de Terceiro Conservador do Arquivo Nacional da Torre do Tombo permitiu o seu ingresso, no ano seguinte, na referida instituição, tomando posse do lugar a 24 de Março de 1950¹²³.

A sua entrada no Arquivo Nacional da Torre do Tombo que assinalou o início oficial da sua carreira profissional como bibliotecário arquivista, coincidiu com um marco importante para a Arquivística: a criação, em Agosto de 1950, do Conselho Internacional de Arquivos (CIA). A necessidade de coordenação a nível internacional, que cada vez mais se fazia sentir, sobretudo ao nível da utilização uniforme dos conceitos e da metodologia de trabalho, levou à criação, no âmbito da UNESCO, de um organismo capaz de promover esse consenso. Sob a sua égide promoveu-se o 1.º Congresso Internacional de Arquivos, em Paris (1950) e foi lançada a revista *Archivum*, publicação oficial do CIA, cujo primeiro número saiu em 1951 com as actas do primeiro Congresso¹²⁴.

Ao longo da década de cinquenta, questões bastante pragmáticas marcaram o debate internacional, como a terminologia, a formação profissional e a comunicação, debatidos no 2.º Congresso Internacional, em Haia (1953) ou o tema das instalações para arquivos, das triagens e dos arquivos privados no âmbito do 3.º Congresso, em Florença (1956)¹²⁵, no qual Mário Alberto Nunes Costa teve oportunidade de participar.

De igual modo, também a nível teórico se destacou o aparecimento de diversos manuais como os de Adolf Brennecke¹²⁶ (1953) e de Leopoldo Cassese¹²⁷ (1959), teóricos das escolas alemã e italiana, respectivamente. Porém, aquele que mais se destacou foi o trabalho do arquivista americano Theodore Roosevelt Schellenberg,

¹²³ PORTUGAL. Leis, decretos, etc. – Ministério da Educação Nacional: Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes. Portaria [de 9 Abril. 1950]. *Diário do Governo*. 2.ª série. Lisboa. N.º 69 (24 Mar. 1950), p. 1465.

¹²⁴ SILVA, Armando Malheiro da *et al.* – *Arquivística...*, p. 136.

¹²⁵ Idem, *ibidem*, p. 136-138.

¹²⁶ BRENNCKE, Adolf – *Archivkunde: ein Betrag unth Geschichte des Europäischen Archivwesens*. Leipzig: Köler und Amelang, 1953.

¹²⁷ CASSESE, Leopoldo – *Introduzione allo studio dell'archivistica*. Roma: [s. n.], 1959.

Modern Archives: principles and techniques (1956)¹²⁸, que compulsou e sistematizou a teoria arquivística americana até então com pouca expressão na literatura da especialidade.

Um momento de grande progresso que se vivia em diversos países da Europa, contrastante com a “fase de imobilismo e estagnação”, atrás mencionada, em que se encontrava Portugal, consequência do regime político vigente. Com excepção dos esforços de António Ferrão – sucedera a Júlio Dantas, em 1946 na direcção da Inspeção –, que se podem considerar muito positivos em matéria de reflexão e estudo sobre questões de carácter biblioteconómico e arquivístico, em particular sobre aspectos técnicos¹²⁹, além dos esforços individuais de um ou outro profissional, como foi o caso de Mário Alberto Nunes Costa, o “estado de apatia” que se abateu sobre os arquivos portugueses e mesmo sobre o órgão coordenador nacional, não promoveu contactos com os organismos internacionais que desenvolviam trabalho e estudos na área dos arquivos, como o recém-criado CIA¹³⁰.

A inoperância verificada culminou em protestos tanto de profissionais, como de investigadores. Os primeiros pela falta de interesse do poder político pelos arquivos e pela profissão em si, patente nos baixos salários que auferiam, quando comparados com profissionais com a mesma formação. Os segundos, pela inacessibilidade às fontes documentais, sobretudo as da época contemporânea¹³¹.

É pois nesta conjuntura de profunda letargia que se vivia em Portugal, em oposição àquilo que se passava na Europa, que Mário Costa iniciou a sua carreira profissional como bibliotecário arquivista no Arquivo Nacional. A actividade técnica desenvolvida no âmbito das suas funções de Conservador¹³² focalizou-se essencialmente, numa primeira fase, na descrição documental e na elaboração de instrumentos de pesquisa. Logo que assumiu funções, foi-lhe “determinado o

¹²⁸ SCHELLENBERG, T. R. – *Arquivos Modernos: princípios e técnicas*. 6.ª ed., Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

¹²⁹ RIBEIRO, Fernanda – *Para o Estudo do Paradigma Patrimonialista e Custodial...*, p. 111.

¹³⁰ RIBEIRO, Fernanda – *O Acesso à Informação...*, vol. I, p. 622.

¹³¹ RIBEIRO, Fernanda – *Para o Estudo do Paradigma Patrimonialista e Custodial...*, p. 111. A este propósito veja-se a comunicação apresentada por virgínia Rau ao Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, em Washington (1950) onde menciona os principais arquivos de Lisboa, com indicação dos fundos mais importantes à sua guarda, apresentando sugestões para os tornar acessíveis ao investigador. Cf. RAU, Virgínia – *Arquivos de Portugal: Lisboa*. - Lisboa: [s.n.], 1961. Comunicação apresentada ao I Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, 1950, p.189-213.

¹³² A impossibilidade de consulta do seu processo individual de funcionário inviabilizou uma melhor compreensão da sua actividade como Terceiro Conservador.

ordenamento das espécies que constituem, no ANTT, o chamado espólio de José Luciano de Castro” (Ordem de serviço n.º 53 do ANTT, de 22 de Dezembro de 1950)¹³³, naquele que foi o seu primeiro trabalho como Conservador. Do espólio composto por documentos adquiridos pelo Estado Português, Mário Alberto Nunes Costa procedeu à sua ordenação em duas séries com um primeiro ordenamento alfabético de cada, distribuídos por doze caixas. No entanto, como afirmou “chegado a este ponto surgiram dúvidas sobre a oportunidade de abertura do maço contendo os documentos depositados por D. Júlia Seabra de Castro e a sua inclusão no ordenamento já iniciado”¹³⁴. Após um processo de carimbagem dos documentos e de um ordenamento provisório por pastas, “com vista a uma inventariação sumária e consequente segurança dos mesmos documentos”, considerou o relacionamento dos documentos de cada pasta para um conhecimento do número total de documentos. Como tal, elaborou um instrumento de descrição documental plasmado num livro, dividido em duas séries, onde dispõe por ordem alfabética a “rúbrica que identifica cada pasta e o número de espécies que cada uma delas contém”¹³⁵.

Nos anos seguintes, teve a seu cargo dois trabalhos de maior importância: o primeiro, que se prolongou durante cinco anos, entre 1951 e 1956, de descrição da documentação da Ordem de Avis, proveniente da Repartição de Finanças de Portalegre; e o segundo, com a publicação, em 1955 de um instrumento de pesquisa relativo ao arquivo de D. António, Prior do Crato e seus descendentes, que intitulou “Os Arquivos del-rei D. António e de seus servidores”¹³⁶.

Na documentação da Ordem de Avis, procedeu à descrição dos maços 1 a 10, num total de 850 documentos, sumariando o conteúdo de cada documento através de um pequeno texto suficientemente explícito e preciso, com indicação do local e data de produção, suporte, dimensão, língua e cota(s) antiga(s) e actual¹³⁷. Uma acção em consonância com uma tradição bastante arraigada de elaboração de verbetes com o sumário de cada documento, em tudo semelhante aos conteúdos ministrados nas

¹³³ Anexo 9. Lisboa, ANTT, COSTA, Mário Alberto Nunes – *Registo provisório e muito sumário das espécies adquiridas pelo Estado português* [exemplar manuscrito]. 1950, fl. 2. Encontra-se acessível na Sala de referência do ANTT em L. 18.

¹³⁴ Idem, *ibidem*, fl. 2.

¹³⁵ Idem, *ibidem*, fl. 2.

¹³⁶ COSTA, Mário Alberto Nunes – *Os arquivos del-rei D. António e de seus servidores*. Coimbra: Universidade, 1955.

¹³⁷ Anexo 10. Encontram-se acessíveis nas *Cadernetas da Ordem de Avis*, C. 638 a C. 643.

cadeiras de Aperfeiçoamento de Paleografia, do curso de Bibliotecário Arquivística onde os alunos ao invés da transcrição integral dos documentos, se limitavam à redacção do respectivo sumário que, numa fase posterior, servia de base ao trabalho arquivístico de redacção de verbetes para os catálogos e índices em organização no Instituto de Estudos Históricos, onde decorriam as aulas práticas da referida cadeira¹³⁸.

No segundo dos trabalhos, relativo ao arquivo de D. António, Prior do Crato e seus descendentes, Mário Alberto Nunes Costa teve a seu cargo a elaboração de um instrumento de descrição documental referente ao arquivo, que havia sido comprado pela Legação Portuguesa em Bruxelas ao Conde Liedekerke, em 1934¹³⁹. O primeiro contacto com a documentação aconteceu em 1950, após a sua entrada no Arquivo Nacional. Porém, apenas no último terço do ano seguinte lhe foi determinada a inventariação pelo então Director do Arquivo, Dr. João Martins da Silva Marques¹⁴⁰.

No estudo introdutório que desenvolveu, procurou relatar os antecedentes do arquivo, referindo a acção desenvolvida pelo Dr. Alberto de Oliveira e tecendo diversas considerações sobre a natureza da documentação e a sua quantidade¹⁴¹. Como tal, dado que nem todas as peças eram contemporâneas de D. António “havia-as posteriores, uma ou outra do século XVIII e muitas do século XVII, cuja presença ali não se justificava”, procedeu a uma “separação das espécies, não apenas para expurgar o chamado arquivo de D. António das que a ele ou a seus servidores não podiam ter pertencido, como também para nos certificarmos de que nos restantes maços do “Arquivo de Portugal” a operação inversa não se verificava ser necessária”¹⁴².

Como tal, um trabalho que, como o próprio título indica, incidiu apenas sobre a documentação relativa a D. António e “seus servidores”, ficando assim reduzido a 350 peças. A nível arquivístico, o tratamento dado consistiu na identificação das diferentes personalidades a quem a documentação dizia respeito, organizando-a por grupos relativos a cada uma delas e à qual anexou um índice onomástico e outro toponímico. De acordo com Fernanda Ribeiro, não havendo uma classificação perceptível para os documentos, a solução encontrada por Mário Alberto Nunes Costa “parece-nos adequada, pelo facto de não “forjar” qualquer quadro classificativo temático, como tem

¹³⁸ PERES, Damião – *O Curso de Bibliotecário-Arquivista...*, p. 8.

¹³⁹ COSTA, Mário Alberto Nunes – *Os arquivos del-rei D. António...*, p. 1.

¹⁴⁰ COSTA, Mário Alberto Nunes – *Os arquivos del-rei D. António...*, p. 3.

¹⁴¹ RIBEIRO, Fernanda – *O Acesso à Informação...*, vol. I, p. 460.

¹⁴² COSTA, Mário Alberto Nunes – *Os arquivos del-rei D. António...*, p. 3-4.

sido tendência relativamente a arquivos que são qualificados de desorganizados, situação muito vulgar nos arquivos de família ou pessoais”¹⁴³.

Ao contrário dos dois anteriores trabalhos que realizou, assentes em acções de natureza rotineira e tradicional de resumo de documentos e elaboração de verbetes, o tratamento dado ao arquivo de D. António e “seus servidores” já apresentou outro nível de complexidade, ao exigir um conjunto de opções com vista à classificação dos documentos. Não obstante, todos eles marcados pelo acentuado tecnicismo, característico da Arquivística do período após a Segunda Guerra Mundial¹⁴⁴.

A conclusão destes trabalhos técnicos, em 1956 coincide com a sua equiparação a bolseiro no País, ao serviço do Instituto para a Alta Cultura e a dispensa do serviço oficial no Arquivo Nacional, para colaborar com a Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique. Neste âmbito e durante dois anos, participou na preparação da *Monumenta Henricina*, para a qual efectuou trabalhos de recolha, transcrição e revisão de textos para a obra comemorativa do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique não só no ANTT, como em diversos arquivos de Lisboa¹⁴⁵. Desta época, pode ainda citar-se a publicação, em 1957 de um pequeno opúsculo sobre os Incunábulo existentes na Biblioteca do ANTT¹⁴⁶.

Contudo, ao longo de cerca de oito anos, que medeiam a entrada no Arquivo Nacional e a tomada de posse como bibliotecário arquivista no MOP, a sua actividade não se limitou apenas ao trabalho referido. Pelo contrário, a entrada no Arquivo Nacional marcou, de forma decisiva, o início de uma fase de intensa actividade intelectual, a qual soube desenvolver em simultâneo com a sua vida profissional. Desse período, surgem as primeiras reflexões e estudos técnicos no âmbito da arquivística e da biblioteconomia bem como o início da colaboração em diversos jornais e revistas¹⁴⁷.

¹⁴³ RIBEIRO, Fernanda – *O Acesso à Informação...*, vol. I, p. 461.

¹⁴⁴ RIBEIRO, Fernanda – *Da arquivística técnica à arquivística científica...*, *op. cit.*, p. 99.

¹⁴⁵ PORTUGAL. Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique. *Monumenta Henricina*. Vol. I, Coimbra: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960, p. XVIII.

¹⁴⁶ COSTA, Mário Alberto Nunes – *Incunábulo do Arquivo Nacional da Torre do Tombo*. Coimbra: [s. n.], 1957.

¹⁴⁷ A partir de 1953 Mário Alberto Nunes Costa iniciou a colaboração com algumas revistas científicas e jornais onde publicou diversos artigos de natureza técnica sobre Arquivística e Biblioteconomia, como de História. Entre outras revistas podem citar-se: *A Cidade de Évora* (1953), *Olisipo* (1953-1954), *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa* (1953), *Arquivo de Bibliografia Portuguesa* (1955), *Revista Portuguesa de História*, *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra* (1955), *Brasília* (1955), *Arquivo do Distrito de Aveiro* (1958) e *Arquivo Histórico da Madeira* (1958) e em jornais como: *Diário Popular* (1953), *O*

Desde logo, num artigo publicado a 26 de Janeiro de 1953, no *Diário Popular*¹⁴⁸, a propósito de uma conferência de Javier Lasso de La Veja (1892-1990), da Universidade Central de Madrid sobre “Alguns problemas da documentação no momento actual”, deixou bem claro o inconformismo dos profissionais perante a situação a que estavam votados os arquivos e as bibliotecas, em Portugal. Afirmava: “são os factos que determinam – pela consciência que deles temos – a aspiração de evolução e aperfeiçoamento”. Considera que os arquivos e as bibliotecas em Portugal se tornaram em locais “apagados, sombrios e bafientos”, que “quase não vão além de terra a descobrir, de ninho de águia deste ou daquele, de distracção, com laivos de erudição, de meia dúzia de pessoas pouco ocupadas. São forçada passagem de uns tantos que, por motivos económicos ou impelidos para ali por interesses quase sempre escolares, entram e saem da sua órbita, tão exígua, sem lhes ficar o desejo de regresso a esses lares de preparação que devem ser agradáveis, solícitos, acolhedores e fecundos”.

Uma situação insustentável “por vezes tão dolorosamente sentida pelos trabalhadores do espírito, especialmente pelos investigadores, que esta agitação e este doloroso sentir tem necessariamente repercussão entre nós”, salientando a urgência de um movimento que invertesse tal situação. Tomando como exemplo a conferência a que assistiu “forçoso é reconhecê-lo, muitas e muitas lições nos cabe seguir – lições da experiência alheia, com vista ao melhor conhecimento das realidades nacionais”, isto é, seria bastante profícua a participação dos bibliotecários e arquivistas portugueses não tanto em conferências protocolares, mas em reuniões públicas de trabalho com técnicos estrangeiro e nacionais para que “tenham oportunidade de contactar, estudar, discutir e assentar ideias”.

Entre os estudos técnicos podemos destacar a primeira comunicação apresentada a uma reunião internacional, nomeadamente no *Congrès International des Bibliothèques et des Centres de Documentation*, que decorreu em Bruxelas, entre 11 e 18 de Setembro de 1955, onde teve oportunidade de expor algumas sugestões para a normalização da catalogação de livros¹⁴⁹. Consciente da necessidade de uniformização

Cronista (1955) e *Brados do Alentejo* (1953), com o qual deu início a uma profícua colaboração com artigos sobre História local, com particular ênfase sobre a sua Estremoz natal.

¹⁴⁸ COSTA, Mário Alberto Nunes – As bibliotecas e os arquivos devem ser centros de trabalho útil. *Diário Popular*. Lisboa, Ano XI, n.º 3705 (26 Janeiro 1953), p. 1 [1-2] e 11 [4-5].

¹⁴⁹ COSTA, Mário Alberto Nunes – Contribution à l'étude de la normalisation du catalogue des livres. *Arquivo de Bibliografia Portuguesa*. Ano I, n.º 3 (1955), p. 230-234.

do trabalho de catalogação em bibliotecas, a comunicação denota o conhecimento das práticas em voga noutros países e que desde o início da década de cinquenta, acompanhava com expectativa a evolução do debate internacional¹⁵⁰.

Dois anos mais tarde, em 1957, no II Congresso da Indústria Portuguesa, em Lisboa, Mário Costa apresentou uma comunicação sobre *A documentação e o desenvolvimento da indústria portuguesa*¹⁵¹. Um tema que reflectiu o seu interesse pela normalização da documentação e que o levou mais tarde, na década de sessenta, à presidência da CTPND, mas também os conhecimentos adquiridos sobre a indústria portuguesa durante os cerca de dez anos que passou como funcionário da Direcção Geral da Indústria.

A participação em encontros de trabalho internacionais permitiram-lhe tomar conhecimento das mais recentes práticas em Arquivos e Bibliotecas¹⁵². Não será alheia, portanto, a sua participação no III Congresso Internacional de Arquivos, realizado em Florença, entre 25 e 29 de Setembro de 1956¹⁵³ dedicado, entre outros temas, às instalações para arquivos.

A participação nesse encontro será de inegável importância para um conjunto de realizações futuras no MOP, como sejam, por exemplo, as obras de remodelação da BAHMOP. Aliás, sobre este tema publicou uma nota de leitura sobre o relatório apresentado por Ingvar Andersson no referido Congresso, acerca da construção e equipamento de arquivos¹⁵⁴.

A sua participação em reuniões de trabalho internacionais no âmbito da arquivística e da biblioteconomia, não só como assistente, mas também como comunicante, por exemplo a publicação de um conjunto variado de artigos de natureza técnica aliada à experiência de quase vinte anos como funcionário público, oito dos quais como Conservador do ANTT permitiram-lhe a formação de um *Curriculum* considerável e, simultaneamente, granjearam-lhe alguma projecção junto da comunidade científica de então. Decerto, em muito contribuiu para a obtenção do

¹⁵⁰ COSTA, Mário Alberto Nunes – Contribution à l'étude de la normalisation. ..., *op. cit.*, p. 230-231.

¹⁵¹ COSTA, Mário Alberto Nunes – A documentação e o desenvolvimento da indústria portuguesa. In CONGRESSO DA INDÚSTRIA PORTUGUESA, 2, Lisboa, 1957 – *Actas*. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil.

¹⁵² Anexo 11.

¹⁵³ *Archivum: revue internationale des archives*. Vol. VI, Paris: Press Universitaires de France, 1958.

¹⁵⁴ COSTA, Mário Alberto Nunes – Novos edifícios para arquivos: nota de leitura. *Arquivo de Bibliografia Portuguesa*. Ano 2, n.º 8 (1956), p. 379-387.

primeiro lugar¹⁵⁵, no concurso público para provimento do lugar de Bibliotecário Arquivista do quadro permanente da Secretaria-geral do MOP¹⁵⁶ para o qual havia sido admitido, em 20 de Dezembro de 1957.

¹⁵⁵ PORTUGAL. Leis, decretos, etc. – Ministério das Obras Públicas: Secretaria – Geral. Despacho [19. Set. 1958]. *Diário do Governo. 2.ª série*. Lisboa. N.º 223 (23 Set. 1958), p. 7723.

¹⁵⁶ Aliás, já em 1951, conforme consta do seu processo individual de funcionário, apresentou candidatura ao concurso aberto para o provimento de idêntico lugar, deixado vago após o pedido de exoneração de Manuel dos Santos Estevens em consequência da sua nomeação para o cargo de Director da Biblioteca Nacional. (PORTUGAL. Leis, decretos, etc. – Ministério das Obras Públicas: Secretaria – Geral. Despacho [8 Jul. 1951]. *Diário do Governo. 2.ª série*. Lisboa. N.º 106 (10 Mai. 1951), p. 2331).

6. A direcção da Biblioteca e Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas (1958-1982)

Como se pode comprovar pelos elementos atrás enunciados, Mário Alberto Nunes Costa foi sempre um funcionário público, primeiro como escriturário de 2.^a classe e 3.^o oficial da Direcção Geral da Indústria, nomeadamente na 2.^a Circunscrição Industrial, em Coimbra, depois, já em Lisboa, como Terceiro Conservador do ANTT. Uma carreira profissional que, desde 1940 foi construindo e cimentando desde os patamares mais baixos do funcionalismo público até alcançar um lugar de topo como o de Chefe de Divisão de Documentação do LNEC, em 1969 ainda que por um período de escassos meses e da Secretaria Geral do MOP, já no início da década de 80.

De acordo com o seu processo individual de funcionário, data de 1951 a primeira tentativa de ingresso no MOP, embora sem sucesso, quando apresentou candidatura ao concurso aberto para o provimento do lugar de Bibliotecário Arquivista do quadro permanente da Secretaria-geral do MOP, deixado vago após o pedido de exoneração de Manuel dos Santos Estevens e consequente nomeação para o cargo de Director da Biblioteca Nacional¹⁵⁷. Contudo, apenas seis anos mais tarde, em 20 de Dezembro de 1957 foi admitido a um novo concurso aberto para o preenchimento de idêntico lugar. A sua entrada definitiva na BAHMOP a 8 de Outubro de 1958¹⁵⁸ – data em que tomou posse do lugar – constituiu um marco decisivo para um conjunto de realizações futuras e na consolidação de um percurso profissional que desde há duas décadas vinha construindo.

O início de funções na BAHMOP deu-se numa conjuntura de mudança para a arquivística e para a biblioteconomia, em Portugal. Como referido anteriormente, à excepção dos esforços notáveis de António Ferrão, que sucedeu a Júlio Dantas à frente dos destinos da Inspecção, em 1946 e da iniciativa de um ou de outro profissional a título individual, o período após a Segunda Guerra Mundial caracterizou-se por uma fase de grande inoperância no que dizia respeito aos arquivos e às bibliotecas¹⁵⁹. Um “estado de apatia” que originou as primeiras vozes de protesto não só de investigadores, como Virgínia Rau, em 1950 patente na comunicação apresentada ao Colóquio

¹⁵⁷ PORTUGAL. Leis, decretos, etc. – Ministério das Obras Públicas: Secretaria – Geral. Despacho [8 Jul. 1951]. *Diário do Governo*. 2.^a série. Lisboa. N.º 106 (10 Mai. 1951), p. 2331

¹⁵⁸ PORTUGAL. Leis, decretos, etc. – Ministério das Obras Públicas: Secretaria – Geral. Despacho [25 Out. 1958]. *Diário do Governo*. 2.^a série. Lisboa. N.º 255 (30 Out. 1958), p. 8700.

¹⁵⁹ RIBEIRO, Fernanda – *O Acesso à Informação...*, vol. I, p. 622.

Internacional de Estudos Luso – Brasileiros¹⁶⁰, em Washington, mas também dos próprios profissionais, como foi o caso de Jorge Peixoto, em 1956 no XXIII Congresso Luso Espanhol para o Progresso das Ciências¹⁶¹ – no qual Mário Alberto Nunes Costa também participou –, onde apresentou um conjunto de propostas a implementar tendo em vista a reforma dos arquivos e das bibliotecas portuguesas.

O inconformismo latente que desde o final da década anterior se vinha manifestando ganha, verdadeiramente, maior notoriedade no início dos anos sessenta, quando arquivistas e bibliotecários decidiram organizar-se e tornar públicas as suas preocupações, assinalando um momento de viragem na arquivística e na biblioteconomia portuguesas: o aparecimento dos *Cadernos de Biblioteconomia e Arquivística*¹⁶² – cujo primeiro número veio à estampa em Junho de 1963 –, uma publicação de carácter técnico que funcionou como polo dinamizador onde se publicavam artigos científicos, divulgavam notícias várias, nacionais e internacionais sobre a área, se debatiam diversas questões e se esclareciam dúvidas. Com efeito, toda uma dinâmica com vista a um processo de renovação, ao qual se seguiu a organização do I Encontro dos Bibliotecários e Arquivistas Portugueses, em Coimbra, em Abril de 1965. Um trabalho árduo de organização e de cooperação entre bibliotecários e arquivistas de todo o país, que permitiu uma união de esforços para a apresentação de propostas de reforma do sector de bibliotecas e arquivos, das carreiras profissionais e, no fundo, da própria dignificação do trabalho de arquivista e de bibliotecário junto da tutela. Um esforço que teve o seu primeiro fruto na publicação do Decreto – Lei n.º 46350, de 22 de Maio de 1965, que abarcou algumas dessas disposições, embora nem todas executadas de forma imediata.

A reforma contemplou a extinção da Inspeção – órgão coordenador dos serviços e da política do sector –, considerada um organismo “burocrático e técnico”, conjugando a sua acção na Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes e na recém-criada 3.ª Secção da JNE, dedicada especificamente aos Arquivos e às

¹⁶⁰ RAU, Virgínia – *Arquivos de Portugal: Lisboa*. - Lisboa: [s.n.], 1961. Comunicação apresentada ao I Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, 1950, p.189-213.

¹⁶¹ PEIXOTO, Jorge - *Para uma reforma das bibliotecas e arquivos portuguesas*. Coimbra: Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências, 1957.

¹⁶² FARIA, Maria da Graça, *et. al.*- Subsídios para a história de Cadernos de biblioteconomia, arquivística e documentação. *Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação*. Lisboa, N.º 1 (1983), p. 7-9; PERICÃO, Maria da Graça, *et. al.* – Subsídios para a história de «Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação». *Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação*. Lisboa, N.º 1 (1984), p. 5-63.

Bibliotecas assim como a criação de diversos arquivos distritais que faltavam para completar a rede definida, em 1931¹⁶³. Por outro lado, também ao nível do provimento dos lugares de bibliotecários e arquivistas de categoria igual ou superior a terceiro-bibliotecário sem que para tal estivesse habilitado com o Curso de Bibliotecário – Arquivista ou da prioridade, também consignada na legislação, ao trabalho técnico de inventariação e catalogação da documentação e da publicação dos respectivos instrumentos de descrição documental. Um processo de renovação no qual Mário Alberto Nunes Costa participou activamente como colaborador assíduo dos *Cadernos* (publicação de artigos e esclarecimento de dúvidas técnicas) ou participando como comunicante nos Encontros de Bibliotecários e Arquivistas com a apresentação de propostas nos campos da terminologia arquivística, da normalização ou da catalogação. Aliás, a sua nomeação pelo então Ministro da Educação Nacional, Prof. Doutor Inocêncio Galvão Teles, para Vogal da recém-criada 3.^a Secção da JNE permitiu que as suas propostas pudessem ser ouvidas a outro nível, como teremos oportunidade de ver mais adiante.

Os anos sessenta e setenta, com particular incidência para os primeiros, foram o auge da sua carreira profissional e científica. Um período de actividade que se enquadrava numa das fases de evolução da arquivística portuguesa definida por Fernanda Ribeiro, entre 1965 e os anos oitenta. Segundo a autora, um período no qual “não houve, por parte dos poderes políticos, uma preocupação em encarar frontalmente os problemas com que os arquivos se debatiam”, embora se tenha destacado pela criação da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, em 1973, símbolo das conquistas que se foram alcançando¹⁶⁴. Um polo dinamizador da consciência profissional para os graves problemas que o país atravessava em matéria de serviços de informação, conferindo à Associação até à actualidade “um estatuto de voz autorizada e de opinião imprescindível em tudo quanto à definição da política para este sector”¹⁶⁵.

¹⁶³ PORTUGAL. Leis, decretos, etc. – Ministério da Instrução Pública: Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes: Decreto n.º 19952 [24 Jun. 1931]. *Diário do Governo. 1.ª série*. Lisboa. N.º 146 (27 Jun. 1931), p. 1253-1269.

¹⁶⁴ RIBEIRO, Fernanda – *O Acesso à Informação...*, vol. I, p. 628.

¹⁶⁵ Idem, *ibidem*, p. 633.

A dedicação e a competência que sempre demonstrou estiveram também presentes nos trabalhos preparatórios de criação da BAD¹⁶⁶. Nesta associação, onde se manteve como sócio desde a sua fundação até Março de 1981, de notar a sua participação, entre outros aspectos, em várias reuniões de valorização profissional, em actividades de investigação ligadas à terminologia arquivística e na elaboração dos estatutos¹⁶⁷. Além disso, integrou o Grupo de Trabalho N.º 12 dedicado ao Plano Nacional de Arquivos (1975)¹⁶⁸ – na sequência da saída de Maria Julieta Oliveira –, foi representante da Associação no referido Grupo de Trabalho para estudar a reestruturação do Estágio de Preparação Técnica de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (1975) e, segundo Manuel Luís Real, ”ficou encarregado de coordenar os trabalhos sobre “Normalização de Terminologia Arquivística”¹⁶⁹.

Contudo, a reforma instituída em 1965, apesar de ter implementado algumas medidas não logrou mudanças significativas que retirassem o sector do imobilismo em que se encontrava¹⁷⁰. Não se verificou uma orientação estratégica global para o sector, apenas a publicação de algumas medidas com pouco significado para enfrentar os desafios que se colocavam¹⁷¹.

À semelhança das décadas anteriores, uma vez mais Portugal não soube acompanhar os grandes desenvolvimentos a nível internacional, que os organismos internacionais como a Federação Internacional das Associações de Bibliotecas (FIAB), a Federação Internacional de Documentação (FID) ou o Conselho Internacional de Arquivos (CIA) vinham promovendo¹⁷². A revolução de Abril de 1974 e a consequente abertura de Portugal ao exterior, ao fim de quase meio século de isolamento a que esteve votado, revelou a distância a que se encontrava de outros países mais avançados.

¹⁶⁶ Sobre este assunto cf. AMARAL, E. A. do Maia - *Exposição 25 anos BAD*. Catálogo da Exposição realizada durante o 6.º Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas. Aveiro, 6-8 de Maio de 1998. Lisboa: BAD, 1998; FALCÃO, António Pina e FARIA, Cristina - Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas: A ‘menina dos olhos’ da BAD. In *História*. Ano XIX, II.ª Série, n.º 32 (Jun. 1997), p. 58-62.

¹⁶⁷ Lisboa, BAHMOP, *Arquivo Privado Mário Costa*, Cx. 2. Do seu arquivo particular constam diversos apontamentos manuscritos sobre o projecto de estatutos da BAD e de reuniões de valorização profissional.

¹⁶⁸ *Notícia: Boletim Informativo Interno*. N.º 2 (Fevereiro 1975), p. 36-37.

¹⁶⁹ REAL, Manuel Luís – Gestão do património arquivístico nacional. In CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 2, Coimbra, 1987. A *Integração europeia: um desafio à informação: actas*. Coimbra: Livraria Minerva, 1987, p. 241, nota 53.

¹⁷⁰ RIBEIRO, Fernanda – *O Acesso à Informação...*, vol. I, p. 629.

¹⁷¹ Idem, *ibidem*, p. 629.

¹⁷² Idem, *ibidem*, p. 629.

Contudo, de acordo com Fernanda Ribeiro, só na década de 80 com a reestruturação da Secretaria de Estado da Cultura e a criação do Instituto Português do Património Cultural e, no âmbito deste, o Departamento de Bibliotecas, Arquivos e Serviços de Documentação foi possível inverter “o estado lastimável em que se encontrava a situação arquivística do país”¹⁷³.

Numa comunicação apresentada no 2.º Congresso dos Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, em 1987 Manuel Luís Real traçou um panorama bastante detalhado dos acontecimentos que se sucederam neste período¹⁷⁴. Foi uma época de algumas iniciativas relevantes, como a criação de grupos de trabalho ou comissões com vista à elaboração de estudos técnicos que, no entanto, num tempo conturbado como foi o período após a Revolução de Abril, não tiveram a força necessária para vingarem, acabando por serem extintos, sem cumprirem com os objectivos para os quais haviam sido criados.

Na década de setenta, Mário Alberto Nunes Costa também foi nomeado para integrar alguns Grupos de Trabalhos. Em 1974 destaca-se a sua nomeação pelo Secretário de Estado dos Assuntos Culturais e Investigação Científica do Ministério da Educação e Cultura¹⁷⁵ para integrar juntamente com Manuela Cruzeiro e Maria Isabel Martins Alexandre, a Comissão de Estudos dos Assuntos Culturais e Investigação Científica do Ministério de Educação e Cultura, para o estudo das condições de reestruturação e organização do Centro de Documentação Científica do IAC.

No ano seguinte, em 1975 foi nomeado pela BAD¹⁷⁶, enquanto seu representante no Grupo de trabalho criado pela Direcção Geral dos Assuntos Culturais para estudar a reestruturação do Estágio de Preparação Técnica de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas. Em 1976, foi designado pelo MOP para integrar o Grupo de Trabalho *Ad Hoc* criado no âmbito do Conselho de Ministros de 20 de Janeiro desse ano¹⁷⁷ e sob a dependência do Gabinete do Primeiro Ministro, com o objectivo de estudar a política a

¹⁷³ Idem, *ibidem*, p. 631.

¹⁷⁴ REAL, Manuel Luís – Gestão do património arquivístico nacional..., pp. 207-246.

¹⁷⁵ Lisboa, BAHMOP, *Processo pessoal de funcionário – Mário Alberto Nunes Costa*. Processo n.º 5885.

¹⁷⁶ Lisboa, BAD, *Actividades*, Cx. 423 - Pasta 1.

¹⁷⁷ PORTUGAL. Leis, decretos, etc. – Presidência do Conselho de Ministros: Gabinete do Primeiro-Ministro: Resolução do Conselho de Ministros de 20 de Janeiro de 1976. *Diário do Governo*. 1.ª série. Lisboa. N.º 26 (31 Jan. 1976), p. 238-239.

seguir na preservação e destruição de documentação e conservação da informação científica e técnica¹⁷⁸.

Com efeito, foi nesta conjuntura que Mário Alberto Nunes Costa desenvolveu a sua actividade na BAHMOP durante cerca de 25 anos. A preparação técnica adquirida com os anos de experiência como Conservador do ANTT e o conhecimento do que em matéria de arquivos e bibliotecas se estava a operar noutros países mais avançados – mercê das deslocações ao estrangeiro –, conferiram-lhe uma certa “bagagem intelectual” determinante para o trabalho que irá desenvolver na BAHMOP. O seu ingresso na BAHMOP deu-se num momento de declínio que desde há algum tempo vinha afectando a instituição, agravado substancialmente com a extinção do quadro privativo do pessoal, em 1936. Uma situação delicada, acentuada ainda mais entre 1951 e 1958, nomeadamente com a falta de técnico dirigente – a saída de Manuel dos Santos Stevens para a direcção da Biblioteca Nacional –, de funcionários auxiliares e pela precariedade das instalações¹⁷⁹.

O projecto de remodelação das instalações, iniciado em 1958 após à sua entrada no MOP e que resultou na abertura ao público da BAHMOP, em Junho de 1959 constituiu o seu primeiro trabalho à frente da instituição¹⁸⁰. De acordo com a nota de leitura que publicou sobre “Novos edifícios para arquivos”, é interessante verificar que o espaço agora remodelado, seguiu de perto um conjunto variado de características nela enunciadas para edifícios para arquivos. Situado em local central (Praça do Comércio – Lisboa) e apesar de mantida a estrutura primitiva, o projecto de remodelação, segundo Mário Costa foi concebido “de modo a atender aos aspectos funcionais do serviço, ao espaço disponível e às exigências peculiares de estabelecimentos desta natureza”.

De facto, apesar do reduzido espaço disponível, o arquivo encontrava-se dividido em dois pisos, contemplando espaços como a sala de leitura, o depósito, a sala de multigrafia e reproduções, as instalações sanitárias e a arrecadação todos situados no rés-do-chão, com excepção do depósito que se distribuía pelos dois pisos. Por outro lado, também ao nível do mobiliário e dos materiais utilizados no revestimento do

¹⁷⁸ O Grupo de Trabalho foi reestruturado em 1977, tendo sido reconduzido nessas funções. O grupo suspendeu os seus trabalhos em Janeiro de 1980. Não é conhecido qualquer relatório produzido no âmbito da sua actividade.

¹⁷⁹ PORTUGAL. Ministério das Obras Públicas. Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais - *Biblioteca e arquivo do Ministério das Obras Públicas*. [Lisboa]: M. O. P., D. G. E. M. N., 1959.

¹⁸⁰ Anexo 12.

espaço interior procurou orientar a sua acção de acordo com as directrizes enunciadas no relatório apresentado por Ingvar Andersson no III Congresso Internacional de Arquivos, em Florença (1956)¹⁸¹, ou seja, de acordo aquilo que de mais moderno se utilizava neste tipo de equipamentos. O arquivo foi equipado com mobiliário metálico com a estanteria disposta em corredores perpendiculares à luz natural, composta por prateleiras amovíveis, assentes em grades metálicas e suportadas por pilares de cimento¹⁸². Preocupações ao nível da segurança, nomeadamente na instalação eléctrica (distribuição pelo interior das paredes, por secções) ou ao nível da conservação e preservação, na utilização de material metálico para o mobiliário assim como no controlo da humidade e temperatura através da utilização de aparelhagem específica para esse tipo de função.

Considerando o artigo publicado por Mário Alberto Nunes Costa no *Diário Popular*, em 1953 e a tendência em voga noutros países são claros os princípios orientadores que presidiram à remodelação da BAHMOP e ao conceito de arquivo e biblioteca que gostaria de implementar. De facto, procurou que a biblioteca e arquivo “desempenhassem as funções culturais e de informação de interesse para o Ministério, para os seus funcionários e para o público”. Uma reformulação que permitisse criar um serviço público orientado para a “especialização nas matérias que hoje estruturam em todos os sectores de actividade do Ministério [...] e, simultaneamente, um centro de informação e de documentação científica e técnica, especializado nos ramos em que o Ministério tem de agir”. No que dizia respeito ao arquivo devia-se proceder ao tratamento dos fundos à sua guarda, à publicação dos respectivos instrumentos de pesquisa e procurar “completar os núcleos arquivísticos mais antigos”.

Após a sua nomeação como responsável pelo arquivo e pela biblioteca, o tratamento arquivístico da documentação conheceu uma fase de grande actividade com a publicação de diversos instrumentos de pesquisa referentes aos “núcleos” mais antigos. Nas palavras do próprio, a publicação dos “inventários preliminares” a que dera início, em 1960 com a publicação do inventário relativo ao Arquivo da

¹⁸¹ COSTA, Mário Alberto Nunes – Novos edifícios para arquivos..., *op. cit.* p. 379-387.

¹⁸² Lisboa, BAHMOP, *Arquivo Privado Mário Costa*, Cx. 1. Pastas 6 e 7. Nela encontramos a correspondência trocada entre Mário Alberto Nunes Costa e diversas empresas estrangeiras de equipamento para depósito de Biblioteca e Arquivo, datada de Janeiro de 1957, ou seja, cerca de um ano antes da sua admissão ao concurso.

Superintendência-Geral dos Contrabandos (1771-1834)¹⁸³, inseriu-se num plano de acção arquivística com provas dadas noutros países, nomeadamente nos Estados Unidos da América e no Brasil, rompendo com “uma tradição multissecular de raiz europeia, de princípios que são em boa medida ponderáveis, mas cujas realizações estão longe de satisfazer arquivistas e quem dos arquivos se pretende servir”¹⁸⁴.

As dificuldades em aceder à informação tanto por parte dos investigadores, como dos historiadores nacionais e estrangeiros levou Mário Costa a romper com uma prática muito seguida em Portugal de elaboração de “sumários” do conteúdo de cada documento e optar por uma “técnica mais adequada”, que permitisse uma intervenção global num arquivo detentor de muitos “núcleos ou grupos arquivísticos”¹⁸⁵. Retomando o artigo publicado no *Diário Popular*, colocou em prática um verdadeiro serviço público, optando por tornar acessível de forma imediata a documentação custodiada pelo MOP através da publicação de inventários preliminares.

Como tal, uma estratégia que conciliando os meios humanos e materiais disponíveis e “as forças de investigação interessadas”, isto é, os meios que tinha à sua disposição para organizar o arquivo e uma visão a longo prazo sobre os possíveis utilizadores do arquivo, “a criação de um estado de ordem que se pretende geral e de conhecimento genérico, mas de tendência específica, das fontes de informação”. Uma opção por aquilo que era possível realizar, em detrimento de “metas óptimas ideais mas praticamente inatingíveis”.

A experiência adquirida não só como Conservador do ANTT, mas também como investigador que desde há alguns anos vinha contactando com a realidade dos arquivos portugueses considerou, como primeiro passo a tomar na descrição dos “núcleos ou grupos arquivísticos” de Arquivos Históricos, a elaboração de inventários preliminares. Este tipo de “auxiliares de busca”¹⁸⁶, segundo o próprio, tinham por objectivo “dar a conhecer, interna e externamente, de modo efectivo e com economia, os núcleos ou grupos arquivísticos permanentemente válidos que se preservam em

¹⁸³ COSTA, Mário Alberto Nunes - O Arquivo da Superintendência-Geral dos Contrabandos: 1771-1834: Inventário preliminar. *Revista Portuguesa de História*. Tomo IX, 1960, p. 325-333.

¹⁸⁴ COSTA, Mário Alberto Nunes - Núcleos do Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas. *Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira*. Ano 4, n.º 1 (1963), p. 115.

¹⁸⁵ Anexo 13.

¹⁸⁶ COSTA, Mário Alberto Nunes - O Arquivo da Superintendência-Geral ..., *op. cit.*, p. 6.

arquivos históricos”¹⁸⁷. Eram inventários provisórios e de uso interno como auxiliares elementares de pesquisa e de fiscalização administrativa, mas de grande utilidade para o conhecimento genérico e para utilização imediata dos fundos, os quais deveriam ser preparados logo após a incorporação da documentação no arquivo histórico¹⁸⁸.

Estes inventários tinham um carácter provisório pelo que após o estudo e selecção – em caso de necessidade – das “peças arquivísticas” e a sua disposição numa ordem fixa, Mário Costa considerava necessária uma revisão dos inventários preliminares e a elaboração de descrições definitivas. Este trabalho seria complementado, de acordo com os recursos disponíveis, com “relatórios especiais, índices, listas e outros auxiliares de busca em relação com os núcleos ou grupos arquivísticos”¹⁸⁹.

Segundo Fernanda Ribeiro, ao longo dos tempos, os inventários variavam muito na quantidade de elementos informativos que incluíam, podendo constituir desde simples listas com os títulos das séries arquivísticas e as datas extremas até instrumentos com descrições mais elaboradas, com diversos elementos informativos¹⁹⁰.

Numa análise à estrutura interna dos inventários preliminares publicados por Mário Alberto Nunes Costa, na década de sessenta verifica-se que obedeceram a uma estrutura fixa que se repetiu ao longo de todos eles, composta pelos seguintes elementos informativos: designação do fundo, história custodial e arquivística, série, título, datas extremas, dimensão, tipo de ordenação e número de ordem (ou cota). Uma estrutura que permitiu a identificação dos diferentes “núcleos ou grupos arquivísticos”, representando o seu conteúdo e a localização física, embora “não se chegue a um conhecimento das suas especificidades orgânico-funcionais”¹⁹¹.

De acordo com o método utilizado para a elaboração dos inventários, de notar a preocupação constante em apresentar informação sobre a história custodial e arquivística do “núcleo” que publicava. O tratamento arquivístico da documentação iniciado logo após a sua entrada no MOP, em 1958 não se limitou, como foi possível observar, à preparação de simples listas de documentos existentes no Arquivo. A

¹⁸⁷ COSTA, Mário Alberto Nunes - Núcleos do Arquivo Histórico..., *op. cit.*, p. 115.

¹⁸⁸ COSTA, Mário Alberto Nunes - O Arquivo da Superintendência-Geral ..., *op. cit.*, p. 6.

¹⁸⁹ COSTA, Mário Alberto Nunes - O Arquivo da Superintendência-Geral ..., *op. cit.*, p. 6.

¹⁹⁰ RIBEIRO, Fernanda – *O Acesso à Informação...*, vol. II, p. 45.

¹⁹¹ RIBEIRO, Fernanda – *O Acesso à Informação...*, vol. II, p. 216.

elaboração dos inventários preliminares teve por base todo um trabalho de estudo e reflexão sobre os diferentes “núcleos ou grupos arquivísticos”, que implicaram desde operações de organização mais elementares até intervenções mais profundas no seu tratamento. A título de exemplo, as operadas nos arquivos do Estribeiro-mor D. Jaime de Melo, 3.º Duque do Cadaval “encontrado sem ordem e sem haver notícia da organização antiga”¹⁹² e da Montaria-Mor do Reino (1583-1833) onde “as peças de que se compõe foram repostas, quanto possível, segundo a ordem primitiva, mercê de elementos delas constantes, reveladores do arranjo inicial (caso das série fundamentais 1 a 17) ou segundo se julgou percebê-la (como nas séries 18 a 27)”¹⁹³.

Um apurado trabalho de investigação sobre os diferentes arquivos permitiu-lhe verificar a sua dispersão por diferentes entidades detentoras, constatando a necessidade de as restantes partes beneficiarem de igual tratamento para que se pudesse compulsar todo o arquivo, como foi o caso do Arquivo do Conselho de Guerra¹⁹⁴ ou da Junta dos Três Estados¹⁹⁵, entre outros.

Além dos dezasseis inventários preliminares publicados durante a década de sessenta, Mário Costa elaborou e/ou coordenou a elaboração de mais cerca de nove dezenas inventários, enquanto responsável pela BAHMOP¹⁹⁶, disponibilizando ao utilizador um conjunto bastante alargado de instrumentos de descrição documental relativos à documentação custodiada¹⁹⁷.

Mário Costa destacou-se de forma paradigmática, como impulsionador dos arquivos dos ministérios – que a legislação designava de arquivos especiais –, sendo o melhor exemplo disso o trabalho desenvolvido no âmbito do seu ministério, ao longo de cerca de vinte e cinco em que dirigiu a instituição.

Em paralelo com a sua actividade profissional, teve oportunidade de participar em alguns congressos e colóquios não só como assistente, mas também como

¹⁹² COSTA, Mário Alberto Nunes - Núcleos do Arquivo Histórico..., *op. cit.*, p. 137-140.

¹⁹³ COSTA, Mário Alberto Nunes – O Arquivo da Montaria-Mor do Reino: 1583-1833: Inventário preliminar. *Revista Portuguesa de História*. tomo XI, vol. I, 1964.

¹⁹⁴ COSTA, Mário Alberto Nunes - Núcleos do Arquivo Histórico..., *op. cit.*, p. 127-135.

¹⁹⁵ *Idem, ibidem*, p. 149-160.

¹⁹⁶ PORTUGAL. Ministério das Obras Públicas. *Lista dos Instrumentos de Pesquisa aplicáveis a Núcleos do Arquivo Histórico do Ministério*. 4.ª ed. aumentada. Lisboa: Secretaria Geral do Ministério, 1981 [1.ª ed. 1972].

¹⁹⁷ Além dos Inventários preliminar, Mário Costa publicou, em colaboração com Maria Stella Afonso Gonçalves Pereira o *Catálogo da Colecção de desenhos Avulsos do Arquivo Histórico do Ministério da Habitação e Obras Públicas*. Lisboa: Secretaria Geral do Ministério, 1981.

comunicante¹⁹⁸. São disso exemplo a participação no VI Congresso Internacional de Arquivos, realizado em Madrid, entre 3 e 7 de Março de 1968 e a presença assídua nos sucessivos Encontros de Bibliotecários e Arquivistas. Aliás, juntamente com a sua biblioteca particular representam a necessidade que tinha em manter-se actualizado, em conhecer as tendências em voga no seu tempo no campo da arquivística e da biblioteconomia e em acompanhar os debates nacionais e internacionais. Um momento alto que levou ao convite, na década de sessenta, para colaborar com a Enciclopédia Verbo, onde participou na elaboração de diversos verbetes relacionadas com as temáticas da sua especialização e interesse, nomeadamente sobre os arquivos dos ministérios, os arquivos municipais, ultramarino e das províncias ultramarinas e, em colaboração com Maria Teresa Pinto Mendes, sobre as bibliotecas portuguesas.

Na sequência do intenso trabalho intelectual que vinha desenvolvendo, data de 1972, em colaboração com Maria Augusta P. de Aguiar Rodrigues e Bernardino Ribeiro, a publicação de um interessante trabalho sobre a *Organização e funcionamento do sistema arquivístico da Repartição dos Serviços Administrativos da Direcção Geral das Construções Escolares*¹⁹⁹. Um trabalho inovador para a época e representativo dos anos de experiência e de trabalho no campo da arquivística e da normalização.

Em consonância com os cargos que desempenhou, desenvolveu diversos estudos. O interesse pela questão da catalogação em Bibliotecas, que desde o início da década de cinquenta vinha acompanhando com natural interesse foi um desses temas. Como foi possível verificar, esse interesse, patente na comunicação que apresentou ao *Congrès International des Bibliothèques et des Centres de Documentation* em Bruxelas, em 1955, levou à sua nomeação quatro anos mais tarde, em 25 de Março de 1959 para prestar colaboração no grupo de trabalho encarregado do estudo das regras básicas internacionais de catalogação e cujos resultados serviram de base ao trabalho que a JNE apresentou à reunião preliminar da Conferência Internacional de Catalogação, que se realizou em Londres, entre 19 e 25 de Julho desse mesmo ano²⁰⁰.

¹⁹⁸ Anexo 11.

¹⁹⁹ COSTA, Mário Alberto Nunes; RODRIGUES, Maria Augusta P. de Aguiar e RIBEIRO, Bernardino. *Organização e funcionamento do sistema arquivístico da Repartição dos Serviços Administrativos da Direcção Geral das Construções Escolares*. Lisboa: Direcção Geral das Construções Escolares, 1972, 109p. [exemplar mimeografado].

²⁰⁰ Lisboa, ANTT, ISBA, Cx. 86, Processo n.º 385/1 A – Pasta 345/11.

Neste âmbito, alguns anos mais tarde, numa comunicação apresentada ao V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros realizado em Coimbra, em 1963 retomou o tema da catalogação. Neste trabalho defendeu a possibilidade de criação de códigos de catalogação biblioteconómica para áreas linguísticas. Com efeito, num plano menos ambicioso, como o próprio afirmou, a sua proposta vai ao encontro do que a referida Conferência Internacional (resolução V) preconizou “ao recomendar que os países pertencentes à mesma área linguística procedam às consultas necessárias com o fim de unificar os seus respectivos usos”²⁰¹. Consciente da complexidade e da morosidade do trabalho em causa considerou, todavia, que Portugal e o Brasil “dispõem de esforços disseminados dos seus técnicos mais competentes, carecidos, no caso português, de um traço de união real”, isto é, a língua.

Mário Costa aponta o trabalho desenvolvido, desde 1954 pela Comissão Brasileira de Catalogação e o contributo dados por ambos os países para a normalização da catalogação bibliográfica à escala mundial, na Conferência Internacional sobre os Princípios de Catalogação, que decorreu em Paris, em 1961 para reforçar a “oportunidade” de realização de tal trabalho²⁰². Aliás, reforça essa ideia referindo um trabalho anterior conjunto para a área linguística do português como foi o caso da edição da Classificação Decimal Universal “sistema que lentamente se vai enraizando em nosso dias nos dois países”²⁰³. Ao abrigo dos trabalhos paralelos sugeridos pela Primeira Conferência Internacional acerca dos Princípios de Catalogação, propôs a constituição de um grupo de trabalho luso-brasileiro que se dedicasse a estas actividades

No campo da arquivística, uma das temáticas que mereceu a sua atenção e sobre a qual produziu um pequeno trabalho diz respeito à terminologia arquivística. Na referida reunião científica realizada em Coimbra, em 1963 na sequência da proposta de criação de um código de catalogação biblioteconómica para países de língua oficial portuguesa, apontou a necessidade de unificação da terminologia arquivística em língua portuguesa. Numa extensa introdução sobre os trabalhos produzidos até à data – reveladora do interesse e do acompanhamento que fazia do tema –, apontava a

²⁰¹ COSTA, Mário Alberto Nunes – *Três comunicações: apontamentos para a unificação da terminologia arquivística na língua portuguesa; Normalização da organização do trabalho intelectual e da documentação, no Brasil e em Portugal; Da possibilidade e oportunidade de criação de um código de catalogação biblioteconómica para países de língua portuguesa*. Coimbra: [s.n.], 1968, p. 17.

²⁰² Idem, *ibidem*, p. 18.

²⁰³ Idem, *ibidem*, p. 18.

necessidade de tratamento da temática pelos arquivistas portugueses e brasileiros. Justificou essa necessidade pelo número de falantes em língua portuguesa, pela grande massa documental produzida em língua portuguesa existente nos dois países assim como pelo benefício de que o trabalho de arquivo teria “numa época como a actual, em que um e outro começam a adoptar em seus arquivos técnicas que, suplantando em eficiência as tradicionalmente aplicadas, introduzem ao mesmo tempo novos conceitos”²⁰⁴.

A introdução “em Portugal, em 1960 dessas novas técnicas” e não obstante as dificuldades que a uniformização da terminologia poderia trazer considerava necessário, à semelhança do que se vinha praticando noutros países, “coligir as noções arquivísticas em língua portuguesa, sejam tradicionais ou recentemente adquiridas, atingir definições, unificar, quando necessário, a terminologia” por forma a incluir esses resultados no trabalho da Comissão Internacional de Terminologia Arquivística (1960). Para o efeito propôs a criação de comissões nacionais semelhantes à Comissão Internacional ou “grupos de trabalhos discretos, abertos, activos e entusiastas, que considerem o programa, a experiência e os resultados” da referida comissão assim os casos tipicamente portugueses.

Na terceira das comunicações que apresentou no Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, em 1963, Mário Costa expôs um trabalho no âmbito da normalização do trabalho intelectual e da documentação com aplicação aos casos brasileiro e português. Na comunicação, referindo-se a anteriores actividades de cooperação luso-brasileira como, por exemplo, a já referida edição luso-brasileira da CDU apontou uma outra onde essa cooperação deveria ser estimulada. Nesse sentido, apesar de algumas diferenças em relação à actividade de normalização nos dois países, sugeriu a continuação do trabalho de normalização, nos países de língua portuguesa, considerando não só as recomendações da ISO, como também os casos específicos da área linguística em causa. Além disso, propôs a criação de um órgão ou sistema coordenador da normalização nos dois países, que promovesse a unificação das normas portuguesas e brasileiras já publicadas e incentivasse a criação de novas normas²⁰⁵.

²⁰⁴ Idem, *ibidem*, p. 8.

²⁰⁵ Idem, *ibidem*, p. 13-14.

Em todos os trabalhos encontrou-se um ponto de convergência: a necessidade de normalização, tanto ao nível da catalogação biblioteconómica, como da terminologia arquivística ou do trabalho intelectual e da documentação, ou seja, áreas onde se destacou pela sua actuação como presidente da CTPND como na 3.ª Secção da JNE.

A actividade intelectual no campo da arquivística e da biblioteconomia, que iniciou após a entrada no ANTT como Conservador, intensificou-se e atingiu o seu ponto alto nas décadas de sessenta e setenta, enquanto bibliotecário arquivista no MOP. Foram cerca de duas décadas de intensa actividade não só como responsável pela BAHMOP, mas também como Presidente da CTPND e como Vogal da 3.ª secção da JNE, que lhe granjearam grande notoriedade no seio arquivística e da biblioteconomia portuguesas da segunda metade do século XX.

7. A presidência da Comissão Técnica Portuguesa de Normalização da Documentação (1964-1971)

Os cargos e funções que Mário Alberto Nunes Costa desempenhou, decorreram sempre em paralelo com a sua actividade profissional de funcionário público. De acordo com os elementos biográficos anteriormente compulsados, um desses cargos foi a presidência da Comissão Técnica Portuguesa de Normalização da Documentação²⁰⁶. A competência e o interesse demonstrado por esta temática levou a que fosse convidado, em Julho de 1964 pelo Inspector Superior dos Produtos Agrícolas e Industriais para a presidência da referida comissão técnica, cargo que desempenhou até 16 de Julho de 1971²⁰⁷.

A institucionalização dos trabalhos sobre Normalização, em Portugal remonta a 1948, quando o Governo ao reformar a IGPAI criou, pela primeira vez, uma Repartição e um Conselho dedicado exclusivamente às questões da Normalização²⁰⁸. Esta nova Repartição tinha como objectivo a coordenação e orientação de toda a actividade relativa à normalização, desde a fase de Estudo até à publicação das Normas portuguesas. Tal reorganização potenciou a adesão de Portugal à Organização Internacional de Normalização (ISO), em 1949 e, conseqüentemente, à criação da primeira Comissão Técnica Portuguesa de Normalização (CT-1), em 1950.

Dois anos mais tarde, a publicação do Estatuto da Normalização²⁰⁹, deu azo à criação de outras comissões técnicas, entre as quais a Comissão Técnica Portuguesa de Normalização da Documentação, em 1953 abreviadamente designada de CT-7. Cerca de onze depois e, no contexto de um conjunto mais vasto de reformas que o Estado Novo encetou a diversos níveis, também a referida Comissão Técnica foi reestruturada. Foi, pois, nesta conjuntura que Mário Alberto Nunes Costa foi convidado para a presidência da CTPND.

²⁰⁶ *Boletim de Normalização*. Vol. 13, n.º 11/12 (Nov. – Dez. 1964), p. 479.

²⁰⁷ Lisboa, BAHMOP, *Processo pessoal de funcionário – Mário Alberto Nunes Costa*. Processo n.º 5885; Lisboa, APH, *Curriculum Vitae – Aditamento*, p. 1.

²⁰⁸ PORTUGAL. Leis, decretos, etc. – Ministério de Economia: Gabinete do Ministro. Decreto-Lei n.º 36935 [de 24 de Junho de 1948]. *Diário do Governo*. 1.ª série. Lisboa. N.º 145 (24 Jun. 1948), p. 558-562.

²⁰⁹ O estatuto da normalização foi alterado. *Boletim de Normalização*. Vol. 17, n.º 4 (Jul. – Ago. 1968), p. 165-166.

Em meados da década de sessenta, o panorama da normalização da documentação em Portugal apresentava um conjunto de normas e estudos de norma “capaz de alicerçar os fundamentos de uma acção fecunda”²¹⁰. Porém, mais ténue no que respeitava ao seu acolhimento e aceitação pela Administração Pública e pelas actividades técnicas.

A iniciativa do estudo de Normas Portuguesas competia à IGPAI e dos sectores e actividades a que tal estudo respeitasse, ficando os respectivos trabalhos a cargo das respectivas Comissões Técnicas de Normalização. Após a apreciação e aprovação pelo Conselho de Normalização, o estudo passava à fase de inquérito público durante 90 dias, sendo a sua publicação anunciada em jornais de maior circulação. Decorrido o prazo de inquérito, as críticas recebidas na Repartição de Normalização e o parecer do autor eram submetidos à apreciação do Conselho de Normalização, que após homologação superior e aprovação por portaria era publicada como Norma Portuguesa Definitiva²¹¹.

O plano de acção definido por Mário Costa, em 1964 pautou-se, num primeiro momento, pelo acompanhamento cuidado da obra já realizada “por mais sólido e por capaz de trazer próxima e futuramente os melhores frutos”²¹². A elaboração de um conjunto apreciável de normas e de estudos de norma pela última comissão, estabeleceram as bases para uma acção futura bastante fecunda a nível nacional²¹³. Nesse sentido, adoptou uma estratégia de curto prazo pelo facto de uma larga percentagem de normas atingirem brevemente a fase de revisão e de outras normas em elaboração poderem, a breve trecho, beneficiar das sugestões que o público ou os órgãos de normalização entendessem dever fazer sobre elas e, simultaneamente, beneficiar da revisão, a nível internacional, de algumas técnicas e posições, como foi o caso dos princípios internacionais de catalogação, subscritos em Paris, em 1961²¹⁴. Para tal, com base “no estudo minucioso e na larga apreciação de diversas experiências”²¹⁵ criou uma metodologia ao nível do funcionamento da Comissão ao longo da sua presidência sobre

²¹⁰ COSTA, Mário Alberto Nunes – Desenvolvimento da normalização da documentação em Portugal. In ENCONTRO DOS BIBLIOTECÁRIOS E ARQUIVISTAS PORTUGUESES, 2, Lisboa, 1966 – *Actas*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Lisboa, 1968, p. 468.

²¹¹ PORTUGAL. Inspecção-geral dos Produtos Agrícolas e Industriais – *Catálogo das Normas Portuguesas completo até Junho de 1971*. Lisboa: Repartição de Normalização, 1971, p. 8.

²¹² Idem, *ibidem*, p.468.

²¹³ Idem, *ibidem*, p.468.

²¹⁴ Idem, *ibidem*, p.468.

²¹⁵ Idem, *ibidem*, p.469.

a qual, soube conciliar o pensamento individual de cada membro e a sua acção colectiva, permitindo a publicação de diversos pareceres²¹⁶.

A estratégia utilizada, que permitiu a conclusão com sucesso do plano anteriormente definido, foi seguida durante o seu mandato²¹⁷. O resultado da sua acção à frente da CTPND ao longo de cerca de sete anos permitiu, segundo os dados apresentados nos relatórios anuais publicados no Boletim de Normalização, a emissão de cerca de sessenta pareceres de estudos de norma, inquéritos, normas e revisão de normas já publicadas.

A actividade que desenvolveu não se centrou apenas na produção de normas, procurando também ocupar-se da sensibilização para o seu uso. O desenvolvimento de acções de sensibilização ao nível dos utilizadores potenciou um aumento da sua receptividade e, conseqüentemente, do número de utilizadores das normas de Documentação. Acréscimo, esse, que permitiu uma difusão em sectores profissionais diversos e um alargamento da área geográfica de implementação²¹⁸.

No plano internacional, a acção da CTPND centrou-se na colaboração, através da IGPAL, com a Comissão Técnica N.º 46 da *International Standardization Organization (ISO/TC 46 – Documentation)* e com as demais Comissões Técnicas de Normalização de Documentação dos restantes países membros desta organização. A cooperação traduziu-se no estudo de cerca de três dezenas de anteprojectos e projectos de recomendação para transposição para a normativa nacional.

No âmbito da presidência da CTPND, foi convidado para participar no Simpósio Regional da África Austral sobre Informação Científica e Técnica, integrado *66th Annual Congress of the South Africa Association for the Advancement of Science*, que se realizou em Lourenço Marques, entre 2 a 5 de Julho de 1968. Um momento importante

²¹⁶ A comissão era composta por Mário Alberto Nunes Costa, Presidente e por Alfredo Magalhães Ramalho (representante da Shell portuguesa), António Augusto Ferreira da Cruz (Biblioteca Municipal do Porto), João Manuel Cansado Tavares (Direcção Geral de Obras Públicas e Comunicações do Ministério do Interior), José Manuel Mota de Sousa (FLUC), Maria da Graça Pereira da Silva de Magalhães Lopo (FCG), Maria Odete Saraiva de Oliveira de Barros Henriques (CUF), Nuno Martins (LNEC), Rogério Lopes de Sousa (IAC) e pela secretária, Aldegundes Marques Correia de Oliveira Afonso (IGPAL). COSTA, Mário Alberto Nunes – Realizações da Comissão Técnica de Normalização de Documentação: Novembro 1964 – Março 1965. In ENCONTRO DOS BIBLIOTECÁRIOS E ARQUIVISTAS PORTUGUESES, 1, Coimbra, 1965 – *Actas*. Coimbra: Faculdade de Letras, 1966, p. 136-137.

²¹⁷ Anexo 14.

²¹⁸ COSTA, Mário Alberto Nunes – Desenvolvimento da normalização da documentação..., *op. cit.*, p. 471.

da sua presidência da Comissão, mas também ao nível geral da carreira profissional, onde teve oportunidade de apresentar uma comunicação sobre a *Normalização e Organização da Documentação*²¹⁹. De igual modo, chefiou a delegação portuguesa que participou nas reuniões do Comité Técnico n.º 46 da *International Standard Organization (ISO/ TC 46 – Documentation)*, entre 20 a 25 de Outubro de 1969, em Estocolmo²²⁰. Dois anos mais tarde, desempenhou idênticas funções na 13.ª reunião plenária da Comissão Técnica ISO/TC 46 – Documentação, que se realizou em Lisboa, entre os dias 3 e 7 de Maio de 1971²²¹.

Na comunicação que apresentou ao Simpósio Regional da África Austral, sobre Informação Técnica e Científica²²², Mário Costa apontou o papel da normalização no domínio da informação documental, revelando o interesse em implementar programas de investigação e desenvolvimento no domínio da normalização da documentação e focando os benefícios, a curto ou médio prazo, desses trabalhos. Nela poder-se-ão encontrar os princípios orientadores da sua acção na presidência da CTPND.

No complexo conjunto de operações que a informação documental encerrava em si, considerava que a normalização da documentação poderia assumir um papel importante no seu tratamento. A dimensão crescente do fluxo documental a tratar, fortemente tributária da anteriormente citada “explosão documental” e dos custos que estavam associados ao seu tratamento, atribuíam à normalização um estatuto importante, por exemplo, no que respeitava “à definição de unidade de medida, na terminologia a empregar, na simbologia, na especificação das características dos produtos e na segurança das pessoas e bens que lhe estão ligado”²²³.

Segundo Mário Costa a acção normalizadora devia exercer-se “logo de início ao serem criados os documentos, e, depois, sobre as operações a efectuar a partir deles, os métodos a utilizar, os produtos que se obtenham e os produtos da sua disseminação”²²⁴.

²¹⁹ COSTA, Mário Alberto Nunes – Normalização e organização da documentação. *Boletim de Normalização: publicação mensal da Inspeção Geral dos Produtos Agrícolas e Industriais*. Vol. 18, n.º 2 (Mar. – Abril 1969), p. 57-62.

²²⁰ ISO/TC 46 – Documentação. *Boletim de Normalização*. Vol. 19, N.º 1 (Jan. –Fev. 1970), p. 34-38.

²²¹ 13.ª Reunião da Comissão Técnica ISO/TC 46 – Documentação. *Boletim de Normalização*. Vol. 20, N.º 4 (Jul. - Ago. 1971), p. 193-198.

²²² COSTA, Mário Alberto Nunes – Normalização e organização da documentação. *Boletim de Normalização: publicação mensal da Inspeção Geral dos Produtos Agrícolas e Industriais*. Vol. 18, n.º 2 (Mar. – Abril 1969), p. 57-62.

²²³ Idem, *ibidem*, p. 58.

²²⁴ Idem, *ibidem*, p. 58.

Essa acção deveria ser praticada a partir de recomendações internacionais de norma e, em especial, de normas nacionais, procedendo-se à aceitação, sempre que possível de normas, padrões e especificações já definidas para o mesmo domínio por autoridades reconhecidas, como a UNESCO, a Federação Internacional de Documentação (FID) e a Federação Internacional das Associações de Bibliotecários (FIAB)²²⁵.

Considerava que a produção de normas era, de um modo geral, lenta e a aplicação não se estende, por vezes, à totalidade das áreas previstas. Nesse sentido, esclareceu que o caminho a seguir se prendia com a busca de “processos mais dinâmicos para a atingir a formulação de documentos normativos e procurar-se a criação de uma consciência generalizada da sua oportunidade e utilidade”²²⁶. Ampliar o número de normas não só com o impulso da ISO em colaboração com os organismos referidos, mas também através da iniciativa própria ou sugeridas pelos interessados do país, como foi o caso de Portugal²²⁷.

No caso da CTPND, as normas preparadas com base em recomendações da ISO, podem citar-se, entre outras, as de suporte documental (papéis e películas), estrutura de textos, números e símbolos, conversão de caracteres, correcções gráficas, designação, numeração e apresentação de normas, papéis de escrita para diversas fins (com ou sem impressão), desenho técnico, material para arquivo, publicações periódicas e não periódicas, reprodução de documentos, aparelhos para leitura de microcópias, vocabulários.

Numa perspectiva de futuro, apontou algumas áreas que requeriam a normalização a curto ou médio prazo como a armazenagem e a recuperação. Além destas, sugeria a normalização da organização documental mecanizada de modo a “acompanhar o seu vertiginoso progresso [...] no que se refira às facilidades de exploração que as máquinas oferecem ao utilizador, sob a forma de programas gerais e sistemas de exploração”²²⁸.

²²⁵ Idem, *ibidem*, p. 58.

²²⁶ Idem, *ibidem*, p. 59.

²²⁷ Idem, *ibidem*, p. 59.

²²⁸ Idem, *ibidem*, p. 60.

8. Vogal da Terceira Secção da Junta Nacional de Educação (1966-1975)

A nomeação de Mário Alberto Nunes Costa para o lugar de Vogal da 3.^a Secção (Arquivos e Bibliotecas), da Junta Nacional de Educação deu-se na sequência da reforma operada neste organismo estatal, pelo Decreto-Lei 46348, de 22 de Maio de 1965, que fixou as bases gerais da sua organização, competência e funcionamento. Como referido, uma década que assinalou um momento de viragem na arquivística e na biblioteconomia, em Portugal resultante não só da insatisfação dos seus profissionais, como dos investigadores que se viam impossibilitados de aceder à informação custodiada pelos serviços do Estado, por falta de instrumentos de pesquisa, mas também pela ausência de critérios normalizadores a vários níveis imprescindíveis para a realização desse trabalho²²⁹.

Em Fevereiro de 1966²³⁰, foi convidado pelo Ministro da Educação Nacional, Inocêncio Galvão Teles, para integrar o organismo, que a Secretaria-geral do MOP “tomou como prestigante e de benéfico reflexo na projecção da Biblioteca e Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas”²³¹.

No quadro geral das suas atribuições, competia à 3.^a Secção da JNE o estabelecimento das directrizes para a defesa, protecção e enriquecimento do património bibliográfico e documental da Nação, funcionando em sessões ordinárias uma vez por mês, em dia designado pelo presidente e em sessões extraordinárias, quando as necessidades do serviço se impunham.

A actividade desenvolvida ao longo de quase uma década como Vogal da 3.^a Secção da JNE, entre 1966 e 1975, onde marcou presença de forma assídua²³², é conhecida através das actas das respectivas sessões, embora apenas até 1971, período para o qual se dispõe de dados²³³. As acções incidiram sobre aspectos variados, entre os quais se podem destacar, além da redacção de pareceres técnicos de vária índole, o trabalho desenvolvido no âmbito do Grupo de Trabalho que procedeu à elaboração das

²²⁹ RIBEIRO, Fernanda – *Para o Estudo do Paradigma Patrimonialista e Custodial...*, p. 111.

²³⁰ Lisboa, BAHMOP, *Processo pessoal de funcionário – Mário Alberto Nunes Costa*. Processo n.º 5885.

²³¹ Lisboa, BAHMOP, *Processo pessoal de funcionário – Mário Alberto Nunes Costa*. Processo n.º 5885.

²³² Nas 43 reuniões da 3.^a secção da JNE realizadas entre 1966 e 1971, apenas não participou em duas delas. Apesar de ter integrado a JNE até 1975, apenas dispomos de dados até 1971, nomeadamente o livro de actas das respectivas sessões.

²³³ Anexo 15.

Regras Portuguesas de Catalogação (1967 – 1968)²³⁴ e a autoria do projecto de directrizes do Catálogo Colectivo das Bibliotecas Portuguesas (1967).

Por despacho de 3 de Agosto de 1965 do então Director Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, João de Almeida foi determinado que se “elaborasse um esboço, um apontamento que [pudesse] constituir base de estudo” de um plano de regras catalográficas, a apresentar à 3.^a secção da JNE conforme as suas atribuições²³⁵. Dois anos mais tarde, a 16 de Janeiro de 1967 foi constituído um grupo de trabalho com a finalidade de elaborar o corpo das Regras Portuguesas de Catalogação. Tal grupo, presidido pelo Inspector Superior das bibliotecas e Arquivos, Luís Silveira, era composto por Jorge Adalberto Ferreira Peixoto, Joaquim Alberto Iria Júnior e Rosalina Branca da Silva Cunha e Mário Alberto Nunes Costa²³⁶, do qual fez parte até 1968.

O grupo, perante a envergadura do projecto a realizar, solicitou a colaboração de bibliotecários de Lisboa, Porto e Coimbra, tendo dado início aos trabalhos em meados de Abril de 1967, com a publicação de um conjunto de trabalhos que desde logo davam uma orientação técnica do projecto, segundo as directrizes emanadas pelos princípios de catalogação referidos na Conferência de Paris de 1961²³⁷.

A actividade de Mário Costa no Grupo de Trabalho circunscreveu-se aos anos de 1967 e 1968. Com efeito, nos trabalhos preparatórios desenvolvidos até então, teve oportunidade de participar num conjunto de estudos técnicos²³⁸ que culminaram com a

²³⁴ O interesse pela temática da Catalogação e pela normalização das regras utilizadas é bastante anterior, atestado pela comunicação que apresentou, em 1955 ao *Congrès International des Bibliothèques et des Centres de Documentation*, em Bruxelas sobre “Contribution à l’ Étude de la normalisation du catalogue des livres”.

²³⁵ Em 1965, as tentativas mais recentes de estabelecer em Portugal princípios de catalogação remontavam a Raul Proença, bibliotecário da Biblioteca Nacional de Lisboa que foi encarregado, por portaria de 8 de Maio de 1918 de elaborar as Regras para a redacção, impressão e ordenação de catálogos gerais e respectivos modelos. Dois anos mais tarde, foram remetidos para crítica as 188 primeiras regras do seu trabalho, que todavia não se chegou a concretizar, entre outros motivos, por razões da perseguição política de que foi alvo após a mudança de regime. Cf. PEIXOTO, Jorge – *Notícia Breve sobre...*, p. 193-198. [Consultado a 8 Agost. 2012]. Disponível na Internet < URL: <http://www.brapi.ufpr.br/documento.php?dd0=0000002950&dd1=d9f59> >.

²³⁶ Lisboa, ANTT – *Terceira Secção da Junta Nacional de Educação*. Acta de 16-1-1967, fl. 7v-8.

²³⁷ PEIXOTO, Jorge – *Notícia Breve sobre...*, p. 194-195.

²³⁸ Os trabalhos preparatórios foram os seguintes: Tradução da Exposição de princípios adoptados pela Conferência Internacional, em Paris (1961) sobre os Princípios de Catalogação; a adaptação para português do glossário básico de termos de catalogação do *Basic vocabular of cataloguing terms*, indispensáveis para a terminologia a fixar e a tradução do *Vocabularium bibliothecarii* (divisão 025.3), 2.^a edição, publicado pela UNESCO, em 1962. Ver PEIXOTO, Jorge – *Notícia Breve sobre...*, p. 195. No APMC, na Caixa 2 pode encontrar-se diversos documentos com anotações, resultante das sugestões que apresentou às actividades desenvolvidas no âmbito dos trabalhos preparatórios.

apresentação à JNE do capítulo do anteprojecto das Generalidades (Novembro de 1967) e a distribuição das primeiras 33 regras (Fevereiro de 1968)²³⁹.

Outro tema de que se ocupou no campo da biblioteconomia dizia respeito ao projecto de directrizes do Catálogo Colectivo das Bibliotecas Portuguesas, apresentado à Biblioteca Nacional de Lisboa, de que foi autor, tendo coordenado e implementado a sua aplicação, entre 1967 e 1969²⁴⁰. Na proposta que apresentou e da qual António Augusto Ferreira da Cruz foi o relator, Mário Alberto Nunes Costa defendeu “a necessidade urgente de se proceder à organização e elaboração do Catálogo Colectivo da Bibliotecas Portuguesas porque qualquer adiamento poderia levar a que nada se fizesse, como já sucedera, quando se pensou em realizar esse catálogo, em 1931”²⁴¹. Continuou, afirmando que na primeira fase, apenas fariam parte do Catálogo os livros e não as publicações e “dada a urgência em se caminhar para a frente, poderia organizar-se o catálogo prescindindo das Regras Nacionais de Catalogação”.

A aprovação do projecto de directrizes e a sua implementação não foram, todavia, consensuais dado que Armando Nobre de Gusmão tentou adiar o projecto, considerando “que um tal adiamento em nada prejudicaria a elaboração do “Catálogo...” uma vez que sobre ele, entre muitos outros preceitos, teria de ser realizado respeitando as regras nacionais de catalogação bibliográficas e as normas portuguesas sobre documentação”²⁴².

Contudo, a 3ª secção da JNE, atendendo às circunstâncias de execução da tarefa, decidiu pela execução do projecto por fases, privilegiando a criação de um catálogo colectivo de publicações não periódicas uma vez que relativamente às publicações periódicas, o Centro de Documentação Científica do IAC já dispunha de trabalhos de inventariação realizados.

²³⁹ Idem, *ibidem*, p. 195.

²⁴⁰ Lisboa, ANTT – *Terceira Secção da Junta Nacional de Educação*. Acta de 16-10-1967, fls. 18-19. Sobre este assunto foram efectuadas diversas pesquisas no ANTT e na BNP. Na primeira das instituições, na documentação da ISBA e, na BNP, no respectivo arquivo corrente uma vez que a cronologia pretendida ainda não se encontrava no Arquivo Histórico. Com efeito, nos dois casos não foi possível localizar o Projecto propriamente dito. Por outro lado, também no AHSGME e no APMC não se localizou qualquer exemplar do projecto pelo que as considerações efectuadas têm por base apenas a informação disponibilizada nas actas das sessões da 3.ª Secção da JNE.

²⁴¹ Sobre o Catálogo Colectivo das Bibliotecas Portuguesas, António Ferrão produziu um texto reflexivo sobre o assunto, em 1931, que foi publicado nos Anais das Bibliotecas e Arquivos e do qual foi posteriormente publicado em separata: António Ferrão, *O Catálogo colectivo das bibliotecas portuguesas*. Lisboa: [s. n.], 1933. RIBEIRO, Fernanda – *Para o Estudo do Paradigma Patrimonialista e Custodial...*, p. 186-187.

²⁴² Lisboa, ANTT – *Terceira Secção da Junta Nacional de Educação*. Acta de 16-10-1967, fls. 18-19.

Assim sendo, a elaboração do referido Catálogo devia, em primeiro lugar, assegurar o funcionamento regular de um serviço de informação bibliográfica e servir como elemento de base para a redacção e publicação da bibliografia nacional, a implementar por fases, segundo as possibilidades de colaboração do pessoal das bibliotecas, centros de documentação e outros depósitos bibliográficas. Como último passo deste projecto, tornar possível o empréstimo de livros entre bibliotecas nacionais, encarando também a possibilidade do empréstimo internacional, mediante regulamentação própria.

Mário Costa dedicou, ainda, parte da sua actividade na 3.^a secção da JNE à elaboração de vários pareceres técnicos²⁴³. Entre outros destacam-se os pareceres respeitantes às medidas elementares contra risco o de incêndios nos edifícios pertencentes às autarquias locais; sobre a reprodução de documentos de Arquivo e Bibliotecas na posse do Estado (1968)²⁴⁴; sobre a livre circulação de livros no mundo (1969)²⁴⁵ e sobre as condições para o Depósito de Arquivos do Governos Civis (1971)²⁴⁶.

No processo relativo às medidas elementares de prevenção contra o risco de incêndio a observar nos edifícios pertencentes às autarquias locais²⁴⁷, tendo em consideração as recomendações formuladas pela Direcção Geral da Administração Política e Civil e pela Inspecção de Incêndios da Zona Sul à JNE, Mário Costa notou a sua pertinência e interesse, embora sugerisse que fossem “beneficiadas pelo aditamento de uma secção que sublinhe os inconvenientes da aplicação de água sobre o património bibliográfico e arquivístico, designadamente arquivos de serviço e bibliotecas ou arquivos públicos, recomendando o uso de extintores de gás carbónico para combater incêndios”. Por outro lado, acrescentou a necessidade de sensibilizar os responsáveis por tal património uma vez que “também será diminuído o perigo de incêndio a que estejam sujeitos, recomendação que, dado o estado precário em que se encontram os

²⁴³ As considerações que serão efectuadas têm por base a informação recolhida nas actas da sessões uma vez que não foi possível localizar os pareceres técnicos em análise. Serão considerações parcelares uma vez que incidem apenas sobre os aspectos que foram objecto de comentário por Mário Costa e, como tal, ficaram registadas nas actas das sessões.

²⁴⁴ Lisboa, ANTT – *Terceira Secção da Junta Nacional de Educação*. Acta 21 de Outubro de 1968, fls. 32-32v.

²⁴⁵ Lisboa, ANTT – *Terceira Secção da Junta Nacional de Educação*. Acta de 21 de Julho de 1969, fls. 38-38v.

²⁴⁶ Lisboa, ANTT – *Terceira Secção da Junta Nacional de Educação*. Acta de 18-1-1971, fls. 54-54v.

²⁴⁷ Lisboa, ANTT – *Terceira Secção da Junta Nacional de Educação*. Acta de 16-1-1967, fls. 6v-7; Acta de 15-5-1967, fl. 14.

acervos documentais das autarquias locais, se reveste de particular importância e urgência em ser tomada em consideração”.

Outra questão de que se ocupou dizia respeito à solução apresentada pela Direcção Geral da Administração Política e Civil sobre a solução para o Depósito dos Arquivos dos Governos Civis. Neste âmbito, considerou “aceitável, como solução administrativa, os prazos propostos” para a conservação dos documentos nos arquivos dos Governos Civis assim como os prazos propostos para a sua transferência para os Arquivos Distritais, embora sugerisse que fosse a Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes a promover a sua incorporação, mediante solicitação da Direcção Geral da Administração Política e Civil. No que respeita à avaliação e selecção de documentação para eliminar, sugeriu a sua realização apenas depois de ouvida a Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, apesar da conservação ou não dos respectivos microfilmes.

Mário Costa não se deteve apenas na análise de problemas relacionados com Arquivos. Também se ocupa de assuntos relacionados com bibliotecas. Neste âmbito, emitiu um novo parecer sobre a proposta de livre circulação do livro através do mundo, promovida pela UNESCO²⁴⁸: propôs a redução das barreiras alfandegárias, procurando a supressão dos direitos alfandegários, em conformidade com o acordo para a importação de objectos de carácter educativo, científico e cultural no caso de Portugal tivesse aderido ou viesse a aderir a ele; a redução das tarifas postais²⁴⁹; o estabelecimento de tarifas preferenciais para o transporte aéreo respectivo através da Associação de Transporte Aéreo Internacional e a utilização de meios próprios como forma de redução dos obstáculos das divisas, que se oponha à importação de publicações científicas e técnicas.

²⁴⁸ Neste âmbito sugere que Portugal se faça representar na Conferência Mundial para a Promoção do Livro.

²⁴⁹ Nesta proposta indica que o assunto será objecto de tratamento no Congresso da União Postal Universal a realizar em Novembro – Dezembro de 1969, em Tóquio.

9. Para um balanço: o percurso de um homem na formação de um campo disciplinar

Numa época em que se assiste à emergência de um novo paradigma, designado de científico e informacional considera-se, de todo, pertinente estudar os seus antecedentes. A afirmação da chamada arquivística técnica e científica que *grosso modo*, na última centúria, se consolidou de forma paradigmática teve, na linha dos desenvolvimentos internacionais, uma expressão significativa em Portugal, apesar de condicionada pelos interesses políticos-ideológicos e culturais que afectaram negativamente o sector tanto na falta de recursos, como na falta de iniciativa.

Ao longo do século XX, muitos foram os arquivistas e os bibliotecários que marcaram esse processo de consolidação com maior ou menor grau de protagonismo. Entre os muitos nomes que se podem salientar, privilegiou-se uma personalidade marcante da Arquivística e da Biblioteconomia portuguesas da segunda metade do século XX: o arquivista e bibliotecário português Mário Alberto Nunes Costa (1920-2010).

Apesar de formado segundo um paradigma custodial e tecnicista, que ao longo do século XX dominou em Portugal, foi um profundo conhecedor das tendências em voga no seu tempo, da qual a sua biblioteca e a participação em reuniões e congressos internacionais são disso o melhor testemunho. Um pensador que deixou alguns estudos técnico-científicos mas, sobretudo, alguém orientado para a acção, que procurou aplicar na prática o resultado da investigação a que se dedicou ao longo da vida.

O seu profissionalismo e acção empreendedora em tudo a que se dedicou, esteve bem patente ao longo da sua carreira de funcionário público como arquivista e bibliotecário, assim como em todos os cargos e funções que desempenhou. Embora pouco conhecido do público em geral, Mário Costa destacou-se como grande impulsionador dos arquivos dos ministérios, sendo o melhor exemplo disso a revolução operada sob a sua égide na direcção e organização da Biblioteca e Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas (BAHMOP), entre 1958 e o momento da sua aposentação, e continuado até à actualidade.

Um trabalho notável que transformou a Biblioteca e Arquivo Histórico do referido Ministério num serviço modelo para a época. Este modelo que seguiu directrizes do que de mais inovador se praticava em termos de construção e/ou

remodelação de edifícios para arquivos e de equipamentos para os mesmos. Similarmente ocorreu no âmbito do tratamento arquivístico da documentação, iniciando uma fase de grande actividade com a publicação de diversos instrumentos de pesquisa (inventários preliminares). Um plano de acção arquivística com provas dadas noutros países, que lhe permitiu introduzir em Portugal as técnicas documentais de *Schellenberg*, segundo as quais iniciou a publicação dos primeiros inventários e a que deu a primeira organização funcional, rompendo com uma tradição de raiz europeia há muito enraizada em Portugal.

Mercê da projecção que granjeou no meio profissional, em particular, e na comunidade científica, em geral, e das suas áreas de interesse, foi nomeado para o desempenho de cargos de grande relevo no sector arquivístico e bibliotecário nacional, nomeadamente o de vogal da 3.^a Secção (Bibliotecas e Arquivos) da Junta Nacional de Educação (JNE), por convite do então Ministro da Educação Nacional e o de Presidente da Comissão Técnica Portuguesa de Normalização da Documentação (CTPND).

Uma vida intensa que se estendeu também ao associativismo, participando activamente como colaborador dos Cadernos de Biblioteconomia e Arquivística e nos trabalhos preparatórios de constituição da BAD e, de uma modo geral, como membro activo do movimento regenerador da arquivística e da biblioteconomia portuguesas, iniciado na década de sessenta.

Nesta perspectiva, ao estudar-se a sua acção enquanto bibliotecário e arquivista do ANTT e do BAHMOP e nos cargos e funções que desempenhou, tendo por base uma diversidade de fontes documentais e de estudos permitiu conhecer, em diacronia e enquadrada no contexto da época, a sua actividade técnico-profissional e científica e perceber, de certo modo, algumas das debilidades do sistema arquivístico nacional actual, em parte herdeiras de anos de abandono a que foi votado.

Conclusão

A actual problemática da história da arquivística portuguesa, nomeadamente os estudos biográficos sobre arquivistas e bibliotecários portugueses passam pelo estudo que se apresenta, por uma compreensão do modo de agir e de pensar de cada um, numa interacção com o contexto em que desenvolveram a sua actividade. Tendo como suporte diversos tipos de fontes documentais, analisou-se a actuação de uma personalidade marcante da arquivística e da biblioteconomia portuguesas da segunda metade do século XX: o arquivista e bibliotecário português Mário Alberto Nunes Costa (1920-2010).

Decorrendo numa perspectiva diacrónica, a análise obtida possibilitou uma apreciação cuidada à formação académica, à carreira profissional de bibliotecário e arquivista, bem como à actividade desenvolvida nos vários cargos assumidos. Permitiu concluir ainda que não obstante o paradigma custodial e tecnicista, segundo o qual se formou em bibliotecário arquivista, no final da década de quarenta do século XX, foi um profundo conhecedor das tendências da arquivística e da biblioteconomia do seu tempo que sempre procurou acompanhar ao longo da sua carreira profissional. Um profissional que nos legou alguns estudos técnicos e científicos, mas sobretudo alguém vocacionado para a prática.

Este impulsionador dos arquivos dos ministérios conseguiu transformar a biblioteca num modelo de referência para a época, nomeadamente ao nível de equipamentos e da aplicação das práticas de construção e remodelação dos edifícios em arquivos. Os seus contributos inovadores estenderam-se ainda ao tratamento arquivístico da documentação pela introdução das técnicas documentais de *Schellenberg*, no desempenho dos cargos de Vogal da 3.^a Secção (Bibliotecas e Arquivos) da Junta Nacional de Educação e como Presidente da Comissão Técnica Portuguesa de Normalização da Documentação e ao nível do associativismo enquanto colaborador dos Cadernos e nos trabalhos preparatórios da BAD.

Contudo, foram identificadas algumas limitações no desenvolvimento do trabalho de investigação, nomeadamente a localização, o acesso e a disponibilização de determinadas fontes documentais de natureza bastante diversa. São de referir a não autorização de consulta dos processos individuais de funcionário do ANTT e do LNEC ou a não localização de qualquer documentação referente à Comissão de Estudos dos Assuntos Culturais e Investigação Científica do Ministério da Educação e Cultura e

sobre o Grupo de Trabalho, encarregado de estudar a reestruturação do Estágio de Preparação Técnica de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (1975).

No campo da biblioteconomia e da sua participação nos trabalhos de revisão do projecto das Regras de Catalogação Bibliográfica de Raul Proença (1959) e no grupo de trabalho que preparou o projecto de “Regras Portuguesas de Catalogação Bibliográfica” (1968-1969), apesar da consulta efectuada na documentação da ISBA, num total de seis caixas, apenas foi possível localizar a nomeação, em 1959 para os referidos trabalhos de revisão. Ainda neste âmbito e no que respeita à autoria do projecto de directrizes do Catálogo Colectivo das Bibliotecas Portuguesas e a coordenação da sua implementação na BNP, não foi localizada qualquer documentação sobre o assunto.

Outra lacuna que impediu uma análise mais cuidada à sua acção diz respeito à não localização do arquivo da Comissão Técnica Portuguesa de Normalização da Documentação, entre 1964 e 1971. No ACME não foi localizada qualquer documentação relativa à Comissão, assim como no Instituto Português da Qualidade (herdeiro das competências da referida Repartição de Normalização) e no arquivo da actual Comissão Portuguesa de Normalização (CT7), sediada na BNP onde a documentação mais antiga data do final da década de 80 do século XX. Foram também efectuadas pesquisas no Arquivo da Secretaria Geral do Ministério da Agricultura e no ANTT, devidos às duas incorporações de documentação proveniente deste Ministério, sem, contudo, obter qualquer resultado positivo.

Por outro lado, no campo da actividade docente, apesar dos contactos efectuados, não foi possível obter qualquer documentação que pudesse ilustrar melhor a sua passagem como professor extraordinário do Departamento de Ciências Históricas da Universidade Livre de Lisboa, onde regeu a cadeira anual de Biblioteconomia e Arquivologia e como professor associado convidado da Universidade Autónoma de Lisboa, participando na sua organização inicial e no planeamento do programa de Biblioteconomia.

Também não foi possível localizar qualquer documentação respeitante ao convite que lhe foi endereçado pela Universidade de Brasília para reger matérias à sua escolha no Curso de Biblioteconomia dado que a instituição segue as orientações do CIA (CONRAQ 933) em matéria de gestão de documentos de instituições federais, pelo que a documentação em causa foi eliminada um ano após a sua expedição. Aliás, o facto

da referida instituição ser relativamente recente e não possuir “uma política de guarda de documentos desde sua criação, boa parte dos documentos da década de sessenta foram perdidos”.

Relativamente ao associativismo e no que confere à BAD, foi consultado o arquivo desta instituição, embora apenas tenha sido possível localizar alguns dados relativos à sua participação, enquanto representante da mesma no Grupo de Trabalho encarregado de estudar a reestruturação do Estágio de Preparação Técnica de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, criado na Direcção Geral dos Assunto Culturais (1975). Em relação ao contacto estabelecido com o CIA, não foi possível localizar qualquer informação sobre a sua actividade no referido organismo.

Com efeito, procurando documentar da melhor forma possível todos os aspectos da sua vida, ainda que complementares aos objectivos deste trabalho, foram notórias as dificuldades em localizar informação referente à sua actividade enquanto docente do ensino particular e do curso comercial particular; na participação na Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique e na Comissão de Divulgação do Código Civil do Ministério da Justiça e nas Escolas Secundárias André de Gouveia e Pedro Nunes, onde concluiu o sexto e o sétimo ano, respectivamente.

O contacto com a família foi outro dos elementos tidos em consideração, nomeadamente o filho que não demonstrou disponibilidade para colaborar com este trabalho. Esta indisponibilidade inviabilizou também o acesso a informação do foro profissional, mais concretamente a consulta do seu processo individual de funcionário no ANTT, que carecia de autorização do descendente mais directo pelo que o acesso se circunscreveu às referidas fontes documentais.

Desta forma, os estudos futuros de âmbito biográfico sobre arquivistas e bibliotecários portugueses deverão considerar comparações com profissionais de perfil semelhante e actuação profissional coeva, em termos internacionais. Sugerem-se pequenos trabalhos de natureza biográfica, de recolha e/ou identificação de espólios e arquivos particulares de arquivistas e bibliotecários portugueses que se encontrem dispersos, bem como de testemunhos daqueles que ainda se encontrem vivos, dando início a um levantamento exaustivo sobre os mesmos com vista a constituição de um Dicionário Biográfico de Arquivistas e Bibliotecários Portugueses. Um trabalho desta natureza permitiria o lançamento das bases para outros estudos de maior envergadura de

âmbito biográfico, nomeadamente com a recolha de documentação proveniente de espólios e arquivos particulares.

Fontes e Referências bibliográficas

1. Fontes

1.1. Documentais

Academia Portuguesa da História

- Processo de Académico de Mário Alberto Nunes Costa
Processo n.º 283

Arquivo da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas

- Documentos da Dr.ª Isabel Cepeda Cx. 435
- Actividades Cx. 423 Pasta 1
- Actas - Diversos

Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças

- Direcção Geral da Fazenda Pública
Processo individual de Mário Alberto Nunes Costa
ACMF/Arquivo/DGFP/PIF/0127

Arquivo Histórico da Secretaria Geral do Ministério da Educação

- Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes
Registo biográfico de Mário Alberto Nunes Costa, 3.º Conservador do Arquivo Nacional da Torre do Tombo
AHME/ cx. 2923/ doc. 1114

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

- Junta Nacional da Educação
 - Registo de Actas das sessões da 3.ª Secção Liv. 81
 - Registo de cartões de vogais Liv. 135
- PIDE
 - Serviços Centrais Bol. 18453 NT. 7974
 - Delegação de Coimbra P.I. 2207 NT. 4458

- *Cadernetas da Ordem de Avis*, C. 638 a C. 643.

- COSTA, Mário Alberto Nunes – *Registo provisório e muito sumário das espécies adquiridas pelo Estado português* [exemplar manuscrito]. 1950.
Disponível em: L. 18.

Arquivo da Universidade de Coimbra

- COSTA, Mário Alberto Nunes – *Inventário, Catálogo e Índices de alguns documentos avulso do Arquivo da Universidade de Coimbra*. Coimbra: M. A. N. C., 1948.

Biblioteca e Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas

- Processo pessoal de funcionário – Mário Alberto Nunes Costa
Processo n.º 5885

- Arquivo Privado Mário Costa
Caixas 1, 2 e 3

- Colecção de fotografias

Biblioteca e Arquivo Histórico do MOP – Aspecto antes das obras – 1946
Cota: F6¹ E; F6² E.

Biblioteca e Arquivo Histórico do MOP – Sala de leitura – 1959
Cota: F6¹ C; F6² C; F6³ C; F6⁴ C; F6⁵ C.

Instituto Camões

- Instituto para a Alta Cultura
Processo de Bolseiro de Mário Alberto Nunes Costa
Processo 0146/9

Arquivo Central do Ministério da Economia

- Direcção Geral da Indústria
Processo individual de funcionário Mário Alberto Nunes Costa
Processo n.º 746

1.2. Fontes Legislativas

PORTUGAL. Leis, decretos, etc. – [Decreto de 29 de Dezembro de 1887]. *Diário do Governo*. Lisboa. N.º 3 (4 Jan. 1888) art. 13.º, p. 19.

PORTUGAL. Leis, decretos, etc. – Ministério da Instrução Pública: Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes: Decreto n.º 19952 [24 Jun. 1931]. *Diário do Governo*. 1.ª série. Lisboa. N.º 146 (27 Jun. 1931), p. 1253-1269.

PORTUGAL. Leis, decretos, etc. – Ministério da Instrução Pública: Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes: Decreto-Lei n.º 26026 [de 7 de Novembro de 1935]. *Diário do Governo*. 1.ª série. Lisboa. N.º 258 (7 Nov. 1935), p. 1634.

- PORTUGAL. Leis, decretos, etc. – Ministério de Economia: Gabinete do Ministro. Decreto-Lei n.º 36935 [de 24 de Junho de 1948]. *Diário do Governo. 1.ª série.* Lisboa. N.º 145 (24 Jun. 1948), p. 558-562.
- PORTUGAL. Leis, decretos, etc. – Ministério das Finanças: Repartição do Património. Despacho Ministerial [28 Set. 1949]. *Diário do Governo. 2.ª série.* Lisboa. N.º 229 (1 Out. 1949), p. 5678.
- PORTUGAL. Leis, decretos, etc. – Ministério da Educação Nacional: Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes. Portaria [de 9 Abril. 1950]. *Diário do Governo. 2.ª série.* Lisboa. N.º 69 (24 Mar. 1950), p. 1465.
- PORTUGAL. Leis, decretos, etc. – Ministério das Obras Públicas: Secretaria – Geral. Despacho [8 Jul. 1951]. *Diário do Governo. 2.ª série.* Lisboa. N.º 106 (10 Mai. 1951), p. 2331.
- PORTUGAL. Leis, decretos, etc. – Ministério das Obras Públicas: Secretaria – Geral. Despacho [19. Set. 1958]. *Diário do Governo. 2.ª série.* Lisboa. N.º 223 (23 Set. 1958), p. 7723.
- PORTUGAL. Leis, decretos, etc. – Ministério das Obras Públicas: Secretaria – Geral. Despacho [25 Out. 1958]. *Diário do Governo. 2.ª série.* Lisboa. N.º 255 (30 Out. 1958), p. 8700.
- PORTUGAL. Leis, decretos, etc. – Ministério da Educação Nacional: Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes: Decreto-Lei n.º 49009 [de 7 de Maio de 1969]. *Diário do Governo. 1.ª série.* Lisboa. N.º 116 (16 Mai. 1969), p. 537-538.
- PORTUGAL. Leis, decretos, etc. – Presidência do Conselho de Ministros: Gabinete do Primeiro-Ministro: Resolução do Conselho de Ministros de 20 de Janeiro de 1976. *Diário do Governo. 1.ª série.* Lisboa. N.º 26 (31 Jan. 1976), p. 238-239.

2. Referências bibliográficas

- AERTS, Erik ; MECHELEER, Lieve de e WELLENS, Robert – L'âge de Gachard. L'archivistique et l'historiographie en Belgique (1830-1885). *In Archivi e storia nell'Europa del XIX secolo*. [Em linha]. Vol. 2, Roma: Ministero per i Beni Culturali, 2006, p. 571-600. [Consultado a 7 Out. 2012]. [Disponível na Internet <URL: http://www.archiviodistato.firenze.it/nuovosito/fileadmin/template/allegati_media/libri/150_Archivi_Storia/150_Aerts.pdf>].
- AMARAL, E. A. do Maia - *Exposição 25 anos BAD*. Catálogo da Exposição realizada durante o 6.º Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas. Aveiro, 6-8 de Maio de 1998. Lisboa: BAD, 1998.
- Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian. Biographies*. Vol. XXXIX. Lisboa: Paris: C.C.C.G. 2000, p. IX.
- Arquivo Histórico do Ministério do Equipamento Social. *In Roteiro de fontes da história portuguesa contemporânea: arquivos de Lisboa. Arquivos do Estado, Arquivo da C. M. [i. e. Câmara Municipal]*. Coord. de Joel Serrão; Dir. de Maria José da Silva Leal, Miriam Halpern Pereira. Vol. 3, Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1985, p. 287-338.
- ANDRADE, Alberto Banha de – Mário Alberto Nunes Costa. *In Enciclopédia Verbo Luso Brasileira de Cultura*. Vol. 8, Lisboa: São Paulo: Editorial Verbo, 1999, colns. 292-293.
- BAS MARTIN, Nicolás – *Juan Bautista Muñoz (1754-1799) y la fundación del Archivo General de Indias*. Valencia: Generalitat Valenciana, Conselheria de Cultura, Educación i Ciència; Dirección General del Libre i Coordinacion Bibliotecaria, 2000.
- BETHENCOURT, Francisco – Prefácio. *In Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian. Biographies*. Vol. XXXIX. Lisboa: Paris: C.C.C.G. 2000.
- Boletim de Normalização*. Vol. 13, N.º 11/12 (Nov. – Dez. 1964), p. 479.

- BONIFÁCIO, Maria de Fátima – Biografia e conhecimento histórico. In *Estudos de História Contemporânea de Portugal*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2007, p. 241-253.
- BOURDIEU, Pierre – L'illusion Biographique. In *Actes de la recherche en sciences sociales*. [Em linha]. Vol. 62-63 (Jun 1986), p. 69-72. [Consultado a 3 Out. 2012]. Disponível na Internet <URL: http://amartignoni.fr/ICP/Methodologie_files/Bourdieu,%20Illusion%20biographique.pdf >.
- BRENNCKE, Adolf – *Archivkunde: ein Betrag unh Geschichte des Europäischen Archivwesens*. Leipzig: Köler und Amelang, 1953.
- CAINE, Barbara – *Biography and History*. ISBN: 978-1-4039-8725-9. New York: Palgrave Macmillan, 2010.
- CASSESE, Leopoldo – *Introduzione allo studio dell'archivistica*. Roma: [s. n.], 1959.
- COOK, Terry – An Archival Revolution: W. Kaye Lamb and the Transformation of the Archival Profession. *Archivaria*, (First International Conference on the History of Records and Archives). [Em linha] vol. 60 (2005), p. 185-234. [Consultado a 4 Out. 2012]. [Disponível na Internet <URL: <http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/article/view/12521/13656>>.
- _____ – What is Past is Prologue: A History of Archival Ideas Since 1898 and the Future Paradigm Shift. *Archivaria* [Em linha]. Vol. 43 (Verão 1997), p. 17-63. [Consultado a 3 Out. 2012]. [Disponível na Internet <URL: <http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/article/view/12175/13184>>.
- CORTÉS ALONSO, Vicenta *et al.* – *Olga Gallego, arquivista: unha homenaxe*. [Santiago de Compostela]: Xunta de Galicia, 2005.
- COSTA, José Pereira da e GOMES, Francisco Manuel – *José Pereira da Costa: um homem das ilhas*. Funchal: Direcção Regional dos Assuntos Culturais, 2008.
- COSTA, Mário Alberto Nunes – Contribution à l'étude de la normalisation du catalogue des livres. *Arquivo de Bibliografia Portuguesa*. Coimbra: Atlântida. Ano I, n.º 3, 1955, p. 230-234.

-
- _____ – *O Arquivo do Conselho de Minas: 1859-1868: Inventário preliminar*. Lisboa: Edição do autor, 1961.
-
- _____ – Arquivo Histórico Ultramarino. *In Verbo: Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. Lisboa: Editorial Verbo, vol. 2, [Dep. Leg. 1996], colns. 1282-1283.
-
- _____ – Arquivos dos Ministérios. *In Verbo: Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. Lisboa: Editorial Verbo, vol. 2, [Dep. Leg. 1996], colns. 1283-1285.
-
- _____ – Arquivos Municipais. *In Verbo: Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. Lisboa: Editorial Verbo, vol. 2, [Dep. Leg. 1996], colns. 1288-1290.
-
- _____ – Arquivos das Províncias Ultramarinas. *In Verbo: Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. Lisboa: Editorial Verbo, vol. 2, [Dep. Leg. 1996], colns. 1293-1295.
-
- _____ – As bibliotecas e os arquivos devem ser centros de trabalho útil. *Diário Popular*. Lisboa, Ano XI, n.º 3705 (26 Janeiro 1953), p. 1 [1-2] e 11 [4-5].
- COSTA, Mário Alberto Nunes e MENDES, Maria Teresa Pinto. Bibliotecas Portuguesas. *In Verbo: Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. Lisboa: Editorial Verbo, vol. 3, [Dep. Leg. 1992]. coln. 1270-1278.
- COSTA, Mário Alberto Nunes – Contribution à l'étude de la normalisation du catalogage des livres. *Arquivo de Bibliografia Portuguesa*. Ano I, n.º 3 (1955), p. 230-234.
-
- _____ – *Desenvolvimento da normalização da documentação em Portugal*. In ENCONTRO DOS BIBLIOTECÁRIOS E ARQUIVISTAS PORTUGUESES, 2, Lisboa, 1966 – *Actas*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Lisboa, 1968, p. 467-471.

– A documentação e o desenvolvimento da indústria portuguesa. In CONGRESSO DA INDÚSTRIA PORTUGUESA, 2, Lisboa, 1957 – *Actas*. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil.

– *Incunábulo do Arquivo Nacional da Torre do Tombo*. Coimbra, 1957. Separata do *Arquivo de Bibliografia Portuguesa*, n.º 11.

– O Arquivo da Montaria-Mor do Reino: 1583-1833: Inventário preliminar. *Revista Portuguesa de História*. tomo XI, vol. I, 1964, p. 151-176.

– O Arquivo da Superintendência-Geral dos Contrabandos: 1771-1834: Inventário preliminar. *Revista Portuguesa de História*. Tomo IX (1960), p. 325-333.

– Marcas de posse bibliográfica/ Marcas de autor/ marcas de impressor: apontamentos para um inventário. *Boletim da Academia Portuguesa de Ex-Libris*. IIª série, Ano 4, n.º 11 (Maio 1959), p. 22-23.

– Normalização e organização da documentação. *Boletim de Normalização: publicação mensal da Inspeção Geral dos Produtos Agrícolas e Industriais*. Vol. 18, n.º 2 (Mar. – Abril 1969), p. 57-62.

– *Normalização da organização do trabalho intelectual e da documentação, no Brasil e em Portugal*. In COLÓQUIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS LUSO-BRASILEIROS, 5, Coimbra, 1963. 8.ª Secção – *Ciências Históricas e Filológicas* – *Actas*. Coimbra: Universidade de Coimbra, vol. V, 1968, p. 219-214.

– Novos edifícios para arquivos: nota de leitura. *Arquivo de Bibliografia Portuguesa*. Ano 2, n.º 8 (1956), p. 379-387.

– Núcleos do Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas. *Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira*. Ano 4, n.º 1 (1963), p. 115-164.

– *Os arquivos del-rei D. António e de seus servidores*. Coimbra: Universidade, 1955.

- COSTA, Mário Alberto Nunes e PEREIRA, Maria Stella Afonso Gonçalves – *Catálogo da Coleção de desenhos Avulsos do Arquivo Histórico do Ministério da Habitação e Obras Públicas*. Lisboa: Secretaria Geral do Ministério, 1981.
- COSTA, Mário Alberto Nunes; RODRIGUES, Maria Augusta P. de Aguiar e RIBEIRO, Bernardino – *Organização e funcionamento do sistema arquivístico da Repartição dos Serviços Administrativos da Direcção Geral das Construções Escolares*. Lisboa: Direcção Geral das Construções Escolares, 1972, 109p. [exemplar mimeografado].
- COSTA, Mário Alberto Nunes – *Realizações da Comissão Técnica de Normalização de Documentação: Novembro 1964 – Março 1965*. In ENCONTRO DOS BIBLIOTECÁRIOS E ARQUIVISTAS PORTUGUESES, 1, Coimbra, 1965 – *Actas*. Coimbra: Faculdade de Letras, 1966, p. 135-139.
-
- _____ – *Três comunicações: apontamentos para a unificação da terminologia arquivística na língua portuguesa; Normalização da organização do trabalho intelectual e da documentação, no Brasil e em Portugal; Da possibilidade e oportunidade de criação de um código de catalogação biblioteconómica para países de língua portuguesa*. Coimbra: [s.n.], 1968,
- COUTURE, Carol e DUCHARME, Daniel – La recherche en archivistique: un état de la question. *Archives*. [Em linha]. Vol. 30, n.º 3 e 4 (1998-1999), p. 11-38. [Consultado a 3 Out. 2012]. [Disponível na Internet <URL: http://www.archivistes.qc.ca/revuearchives/vol30_3-4/30-3-4-ducharme-couture.pdf >].
- COX, Richard - Lester J. Cappon and the Relationship of History, Archives, and Scholarship in the Golden Age of Archival Theory. *The American Archivist*. [Em linha]. Vol. 68, n.º 1 (Spring-Summer 2005), p. 74-112 [Consultado a 4 Out. 2012]. [Disponível na Internet <URL: <http://archivists.metapress.com/content/a10ju1xvu150626h/fulltext.pdf> >].
- CRAVEN, Louise (ed.) – From the Archivist's Cardigan to the Very Dead Shep: What are Archives? What are Archivists? What do They Do?. In *What are archives?:*

cultural and theoretical perspectives: a reader. ISBN: 978-0-7546-7310-1
Farnham: Ashgate, 2008, p. 7-30.

DUCHEIN, Michel – The History of European Archives and the Development of Archival Profession in Europe. *The American Archivist*. [Em linha]. Vol. 55, n.º 1 (Winter 1992), p. 14-25. [Consultado a 3 Out. 2012]. [Disponível na Internet <URL: <http://archivists.metapress.com/content/k17n44g856577888/fulltext.pdf> >].

ECKERT, Astrid – *Managing their own past*. German archivists between national socialism and democracy. *Archival Science*. [Em linha]. Vol. 7, n.º 3 (2007), p. 223-244. [Consultado a 4 Out. 2012]. [Disponível na Internet <URL: <http://www.springerlink.com/content/h050101026m73503/fulltext.pdf> >].

ESTRADA NÉRIDA, Júlio Estrada – *Páginas de una biografía: Manuel Murgia, director del Archivo de Simancas: 1868-1870*. Sada/ A Coruña: edicións do Castro, 1983.

Exames. *In Brados do Alentejo*. Estremoz, Ano VII, n.º 341 (1 de Agosto de 1937), p. 2 [3].

FALCÃO, António Pina e FARIA, Cristina - Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas: A ‘menina dos olhos’ da BAD. In *História*. Ano XIX, II.ª Série, n.º 32 (Jun. 1997), p. 58-62.

FARIA, Maria da Graça, *et. al.*- Subsídios para a história de Cadernos de biblioteconomia, arquivística e documentação. *Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação*. Lisboa, N.º 1 (1983), p. 7-9.

FAVIER, Jean - *Les archives*. 3.^{ème} éd., Paris: PUF, 1975.

FERNANDES, Paulo Jorge – *Mouzinho de Albuquerque: um soldado ao serviço do Império*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2010.

GENERELO, Juan Jose e MORENO LÓPEZ, Ángeles (Coord.). *Historia de los archivos y de la archivística en España*. ISBN: 84-7762-848-3. Valladolid: Secretariado de Publicaciones e Intercambio Editorial, Universidad de Valladolid, 1998, 272p.

- GALLOWAY, Patricia - Archives, Power, and History: Dunbar Rowland and the Beginning of the State Archives of Mississippi (1902-1936. *American Archivist*. [Em linha]. Vol. 69, n° 1 (Spring-Summer 2006), p. 79-116. [Consultado a 4 Out. 2012]. [Disponível na Internet <URL: <http://archivists.metapress.com/content/m462n0564g87jqm0/fulltext.pdf> >.
- GOMES, Fernanda Maria Veiga – Liceu Pedro Nunes. Lisboa. In *Liceu de Portugal. Histórias. Arquivos. Memórias*. NÓVOA, António e SANTA-CLARA, Ana Teresa (Coord.). Porto: Edições Asa, 2003, p. 535-557.
- GRAZINA, Inácio – Faleceu Mário Alberto Nunes Costa. *Brados do Alentejo*. 3.^a série. Estremoz. Ano LXXX, n.º 740 (24 de Junho a 7 de Julho de 2010), p. 15 [coln. 1-3].
- HEREDIA HERRERA, Antonia – Archivos y archiveros entre la Guerra Civil y las Españas de las Autonomías. In GENERELO, Juan Jose e MORENO LÓPEZ, Ángeles (Coord.) *Historia de los archivos y de la archivística en España*. ISBN: 84-7762-848-3. Valladolid: Secretariado de Publicaciones e Intercambio Editorial, Universidad de Valladolid, 1998, p. 175-189.
- HESPANHA, António Manuel – Um género biográfico em curso. In *História*. Ano XXIV, III.^a Série, n.º 41 (Jan. 2002), p. 16-17.
- ISO/TC 46 – Documentação. *Boletim de Normalização*. Vol. 19, N.º 1 (Jan. –Fev. 1970), p. 34-38.
- KRAGH, Helge – *Dirac: A Scientific Biography*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990;
- LAPA, Albino – *Dicionário de Pseudónimos*. Compilado por Maria Teresa Vidigal. Lisboa: INCM, 1980.
- LEVI, Giovanni – Les usages de la biographie. In *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*. [Em linha]. Ano 44, n.º 6 (1989), p. 1325-1336. [Consultado a 3 Out. 2012]. Disponível na Internet <URL: http://amartignoni.fr/ICP/Methodologie_files/LEVI-Usages%20biographie.pdf >.

LÓPEZ GÓMEZ, Pedro – El sistema archivístico español anterior a la Constitución de 1978. *Boletín de la ANABAD*. [Em linha]. Vol. XXXVIII, N.º 1-2 (Enero-Junio 1988), p. 149-171. [Consultado a 3 Out. 2012]. [Disponível na Internet <URL: http://dialnet.unirioja.es/servlet/fichero_articulo?codigo=904100&orden=57816>].

_____ – Jose Cornide, *El Coruñés Ilustrado*. [Em linha]. La Coruña: Ayuntamiento de La Coruña. 1997. [Consultado a 3 Out. 2012]. Disponível na Internet <URL: <http://hum236.cdf.udc.es/ahdi/downloads/cornide.pdf>>].

Mário Alberto Nunes Costa. In *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira. Atualização*. Vol. II. Lisboa: Edições Zairol, 1998, p. 294.

Mário Alberto Nunes Costa. In *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira. Atualização*. Vol. III. Lisboa: Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, 1982, p. 518-520.

Mário Alberto Nunes Costa. In *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira. Apêndice*. Vol. XXXIX. Lisboa: Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia: [s. d.], p. 404.

MARTINS, Fernando – Historiografia, biografia e ética. *Análise Social* [Em linha]. Vol. XXXIX, n.º 171 (Jul. 2004), p. 391-408. [Consultado a 2 Out. 2012]. Disponível na Internet <URL: <http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/pdf/aso/n171/n171a06.pdf>>].

MARTIN-POZUELO CAMPILLOS, M. Paz - En torno a una tradición archivística ibérica y sus consecuencias en el uso de los archivos. In SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS DE TRADIÇÃO IBÉRICA, Rio de Janeiro, 2000. *Uso e Usuários de Arquivos: comunicações* [Em linha]. Consultado a 2 Out. 2012]. Disponível na Internet < URL: http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/ibericas/en_torno_a_uma_tradiccin_archivstica_ibrica.pdf>].

MATTOSO, José – Breves reflexões sobre o individual e o colectivo em História. In *A Escrita da História: teoria e métodos*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997, p. 57-64.

MENDES, José Amado – A biografia na História. *In* ENCONTRO DE PROFESSORES DE HISTÓRIA, 9, Caldas da Rainha, 1991. *Actas*. Caldas da Rainha: Gráfica da Ponte, 1995, p. 9-19.

NESMITH, Tom - Hugh Taylor's Contextual Idea for Archives and the Foundation of Graduate Education in Archival Studies. *In* Barbara Craig (ed.), *The Archival Imagination: Essays in Honour of Hugh A. Taylor*. Ottawa: Association of Canadian Archivists, 1992, p. 13-37.

New Dictionary of Scientific Biography. 8 vols. Ed. Noretta Koertge. Charles Scribners & Sons: 2007;

Notícia: Boletim Informativo Interno. N.º 2 (Fevereiro 1975), p. 36-37.

NUNES, Teresa - *Carlos Malheiro Dias: Um monárquico entre dois regimes*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2009

O estatuto da normalização foi alterado. *Boletim de Normalização*. Vol. 17, n.º 4 (Jul. – Ago. 1968, p. 165-166.

OLIVEIRA, José Carlos Brandão Tiago de – *A personalidade científica de António Gião [Em linha]*. Dissertação de doutoramento apresentada à Universidade de Évora para a obtenção do grau de Doutor em História e Filosofia da Ciência. Évora: Universidade, 2012. [Consultado a 3 Out. 2012]. Disponível na Internet <URL: http://cfcu.fc.ul.pt/equipa/3_cfcu_elegiveis/JoseCarlosTiagoOliveira/Tese_1.pdf>.

OPORTO, Luis – *Gunnar Mendonza y la Construcción de la archivística boliviana (1914-1994)*. La Paz: La Pesada Ediciones, 2004.

PALMER, Susan – Sir John Soane and the Design of the New State Paper Office, 1829-1834. *Archivaria* (First International Conference on the History of Records and Archives). [Em linha] vol. 60 (2005) p. 39-70. [Consultado a 4 Out. 2012]. [Disponível na Internet <URL: <http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/article/view/12514/13642>>.

PEIXOTO, Jorge – Notícia Breve sobre as Regras Portuguesas de Catalogação. *Revista de Biblioteconomia de Brasília* [Em linha]. Vol. 3, n.º 2, (Jul.-Dez. 1975), p. 193-198. [Consultado a 8 Agost. 2012]. Disponível na Internet < URL: <http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000002950&dd1=d9f59> >.

_____ - *Para uma reforma das bibliotecas e arquivos portugueses*. Coimbra: Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências, 1957.

PENTEADO, Pedro – SILVA, Armando B. Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda – *Das Ciências Documentais à Ciência da Informação. Ensaio epistemológico para um novo modelo curricular*. Porto: Afrontamento, 2002. Recensão. *Arquivística.net*. [Em linha]. Vol. 1, n.2 (2005) [Consultado a 3 Out. 2012]. Disponível na Internet <URL: <http://www.arquivistica.net/ojs/viewissue.php?id=4#Recensão> >.

PERES, Damião – *O Curso de Bibliotecário-Arquivista*. Coimbra: [s.l.], 1940. Separata da revista *Biblos*. Vol. XV, tomo II (1939).

PEREIRA, Marcelino Rodrigues - *Alguns conceitos básicos da Arquivística Moderna*. Coimbra: [Gráfica de Coimbra], 1978.

PERICÃO, Maria da Graça, *et. al.* – Subsídios para a história de «Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação». *Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação*. Lisboa, N.º 1 (1984), p. 5-63.

PINTO, Rui Miguel da Costa - *Gago Coutinho (1869-1959), geógrafo e historiador: uma biografia científica*. Dissertação de doutoramento em História da Expansão e dos Descobrimentos Portugueses), apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa: Universidade, 2012.

PORTUGAL. Academia Portuguesa da História. *Elogio do Dr. Alberto Iria*. ISBN: 972-624-098-0. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1994.

PORTUGAL. Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique. *Monumenta Henricina*. Vol. I, Coimbra: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960.

- PORTUGAL. Ministério das Obras Públicas. *Biblioteca e Arquivo do Ministério das Obras Públicas: remodelação de instalações e reabertura ao público em Junho de 1959*. [Lisboa]: M. O. P., D. G. E. M. N., 1959.
- PORTUGAL. Ministério das Obras Públicas. *Lista dos Instrumentos de Pesquisa aplicáveis a Núcleos do Arquivo Histórico do Ministério*. 4.^a ed. aumentada. Lisboa: Secretaria Geral do Ministério, 1981 [1.^a ed. 1972].
- PORTUGAL. Ministério das Obras Públicas. *1852-1977: Comunicações apresentadas às sessões técnicas realizadas no âmbito das comemorações do 125º aniversário do Ministério das Obras Públicas*. Lisboa: Ministério das Obras Públicas, 1980.
- PUJADAS MUÑOZ, Juan Jose – *El método biográfico: El uso de las historias de vida en ciencias sociales*. ISBN: 978-84-7476-174-0. 2.^a ed., Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, 2002
- RASGA, Raul – Liceu André de Gouveia. Évora. *In Liceu de Portugal. Histórias. Arquivos. Memórias*. NÓVOA, António e SANTA-CLARA, Ana Teresa (Coord.). Porto: Edições Asa, 2003, p. 261-279.
- RAU, Virgínia – *Arquivos de Portugal: Lisboa*. - Lisboa: [s.n.], 1961. Comunicação apresentada ao I Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, 1950, p.189-213.
- REAL, Manuel Luís – Gestão do património arquivístico nacional. *In CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS*, 2, Coimbra, 1987. *A Integração europeia: um desafio à informação: actas*. Coimbra: Livraria Minerva, 1987, p. 207-246.
- RIBEIRO, Fernanda – Da arquivística técnica à arquivística científica: a mudança de paradigma. *Revista da Faculdade de Letras: Ciências e Técnicas do Património*. [Em linha] N.º 1 (2002), p. 97-110. [Consultado a 5 Out. 2012]. Disponível na Internet <URL: <http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/8459/2/artigo3511.pdf> >.

_____ – *O Acesso à Informação nos Arquivos* [Em linha]. Vols. I e II. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian: Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2003. [Consultado a 2 Out. 2012]. Disponível na Internet [vol. 1]

<URL: <http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/7058/3/fribeirovol01000061435.pdf>> e [vol. 2]
<URL: <http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/7058/4/fribeirovol02000061437.pdf>>.

_____ - A Inspeção das Bibliotecas e Arquivos e a ideologia do Estado Novo. In *Estados autoritários e totalitários e suas representações : propaganda, ideologia, historiografia e memória*. [Em linha]. TORRAL, Luís Reis e PAULO, Heloísa (Coord.). Coimbra: Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra - CEIS20, 2008. p. 15-16. [Consultado a 4 Out. 2012]. Disponível na Internet <URL: <http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/14282/2/inspeccao das bibliotecas 000073319.pdf>>.

RIBEIRO, Fernanda e PINTO, Maria Manuela Gomes de Azevedo - LIS education and training in Portugal. *IFLA SET Bulletin*. [Em linha]. Vol. 10, n. ° 1 (Jan. 2009), p. 6-11. [Consultado a 7 Out. 2012]. [Disponível na Internet <URL: <http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/39364/2/fribeiroifla000112995.pdf>>.

RIBEIRO, Fernanda – O ensino da Paleografia e da Diplomática no Curso de Bibliotecário-Arquivista. *Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Marques*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. [Em linha]. Vol. 2 (2006), p.47-63. [Consultado a 4 Out. 2012]. Disponível na Internet <URL: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1244.pdf>>.

_____ – *Para o Estudo do Paradigma Patrimonialista e Custodial. A Inspeção das Bibliotecas e Arquivos e o contributo de António Ferrão (1887-1965)*. ISBN: 978-972-36-0948-6. Porto: CETAC: Edições Afrontamento, 2008.

RIDENER, John - *From Polders to Postmodernism: a concise history of archival theory*. Duluth: Litwin Books, 2009.

ROSA, Maria de Lurdes – Problemáticas históricas e arquivísticas actuais para o estudo dos arquivos de família portugueses (Épocas Medieval e Modernas). *Revista de*

- História da Sociedade e da Cultura* [Em linha]. N.º 9 (2009), p. 23. [Consultado a 2 Out. 2012]. Disponível na Internet <URL: http://www.uc.pt/en/chsc/rhsc/rhsc_9/rhsc9_9-42_mlr.pdf >.
- SCHELLENBERG, T. R. – *Arquivos Modernos: princípios e técnicas*. 6.^a ed., Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006 [1.^a ed. 1973].
- SILVA, Armando Malheiro da *et al.* - *Arquivística. Teoria e prática de uma Ciência da Informação*. 3.^a ed., Porto: Afrontamento, 2009.
- SILVA, Armando Malheiro da e RIBEIRO, Fernanda - *Das «ciências» documentais à ciência da informação. Ensaio epistemológico para um novo modelo curricular*. Porto: Edições Afrontamento, 2002.
- SIMÕES, Ana; DIOGO, Maria Paula e CARNEIRO, Ana - *Cidadão do Mundo. Uma biografia científica do Abade Correia da Serra*. Porto: Porto Editora, 2006.
- Sócios fundadores da Academia Portuguesa de Ex-libris. *Boletim da Academia Portuguesa de Ex-Libris*. Ano 1, Fasc. 1 (Setembro 1955), p. 18.
- SÖDERQVIST, Thomas – A New Look at the Genre of Scientific Biography. [Em linha]. [Consultado a 3 Out. 2012]. Disponível na Internet <URL: http://www.ashgate.com/pdf/samplepages/history_and_poetics_of_scientific_biography_intro.pdf >.
- VIVAS, Diogo – In Memoriam: Mário Alberto Nunes Costa (1920-2010). *Jornal E. Estremoz*. Ano I, n.º 5 (1 Jul. 2010), p. 21 [coln. 4].
- WEBER, Francis J. – *Maynard Geiger: archivist-historian*. Monterey: Hillary & Petko, 1982.

ANEXOS

Anexo 1 – Fotografias de Mário Alberto Nunes Costa

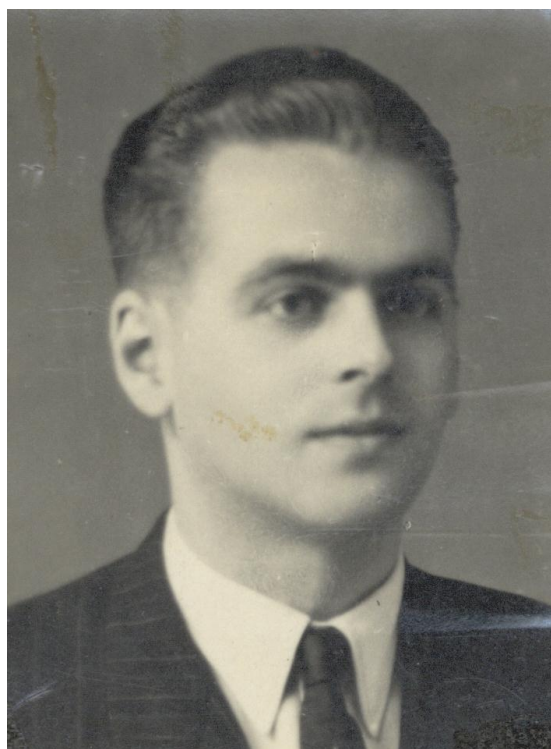


Foto 1 – Mário Costa (c. 1940)
Fonte: ACMF



Foto 2 – Mário Costa (c. 1948-49)
Fonte: ACMF



Foto 3 – Mário Costa (c. 1961)
Fonte: BAHMOP



Foto 4 – Mário Costa (c. 1973)
Fonte: BAHMOP

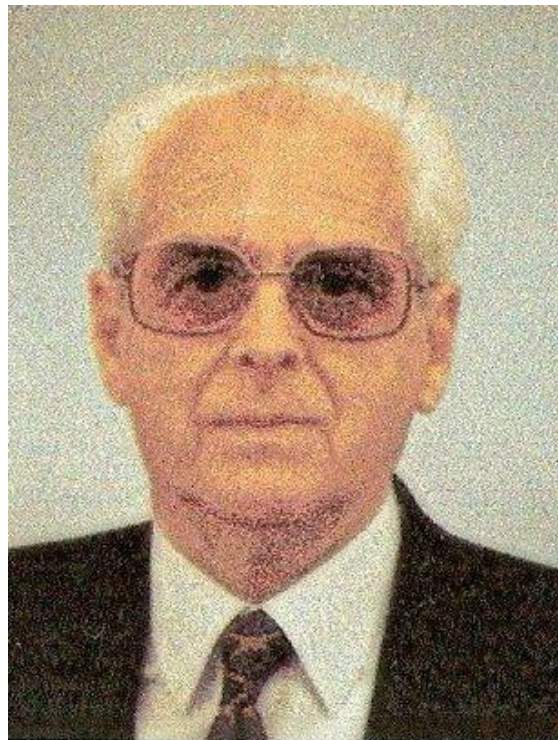


Foto 5 – Mário Costa (s/d)
Fonte: APH

Anexo 2 – Quadro síntese da formação frequentada

Data	Local/ Instituição	Curso	Formador	Observações
1942-1946	Coimbra Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra	Licenciatura em Ciências Históricas e Filosóficas		
1948 (conclusão)	Coimbra Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra	Curso de Ciências Pedagógicas		
1947-1949	Coimbra Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra	Curso de Bibliotecário Arquivista		
1964 (8 a 30 de Janeiro)	Coimbra Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra	Curso de Arquivística	Robert Henri-Bautier	APMC, Caixa 3 (contém toda a documentação referente ao Curso)
1970 (4 a 9 de Março)	Lisboa Laboratório Nacional de Engenharia Civil	Curso de Tratamento da Informação Não Numérica	Manuela Quirino	
1974 (5 a 8 de Novembro)	Lisboa Biblioteca Nacional/ Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas	Seminário sobre Bancos de Dados	Jacques Chaumier Marcel van Dijke Jorge Adalberto Ferreira Peixoto	
1975 (23 a 27 de Junho)	Lisboa Biblioteca Nacional/ Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas	Curso de Padrões em Bibliotecas e Serviços de Informação e Documentação	Jorge Adalberto Ferreira Peixoto	
1977-1978 (17 de Outubro a 1 de Fevereiro)	Lisboa Serviço Central de Pessoal	Curso de Direcção e Gestão		
1979 (5 a 9 de Novembro)		Redes e Sistemas Documentais		

Anexo 3 – Curriculum Vitae de Mário Alberto Nunes Costa

"CURRICULUM VITAE"

DE

MÁRIO ALBERTO NUNES COSTA

LISBOA

1979

1 - IDENTIFICAÇÃO

Mário Alberto Nunes Costa nasceu em Estremoz, na freguesia de Santo André, em 15 de Agosto de 1920, filho de Emília Augusta Nunes Costa e de Francisco Martinho Costa.

2 - FORMAÇÃO

Cursou o ensino primário na terra natal e o ensino liceal em Estremoz, Évora, Lisboa e Coimbra.

Licenciou-se em 1946 em Ciências Históricas e Filosóficas, com 13 valores, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e aí concluiu, em 1948, o Curso de Ciências Pedagógicas e, em 1949, o Curso de Bibliotecário-Arquivista, este com a média final de 15 valores.

Posteriormente fez os seguintes cursos de especialização e aperfeiçoamento: Curso de Arquivística, pelo Prof. Robert Henri-Bautier, da Ecole des Chartes, de Paris (Coimbra, Faculdade de Letras, em colaboração com o Instituto Francês em Portugal e o Instituto de Alta Cultura, 8 a 30 de Janeiro de 1964); Curso de Formação em Produtividade Administrativa (Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Industrial, Abril-Julho de 1966); Curso de Actualização de Técnicas Biblioteconómicas e Documentais (Coimbra, Faculdade de Letras, 9 a 14 de Dezembro de 1968); Tratamento da Informação não Numérica, pela Dra. Madalena Quirino (Lisboa, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 4 a 9 de Março de 1970); Padrões em Bibliotecas e Serviços de Documentação e Informação, pelo Dr. Jorge Peixoto (Lisboa, Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas - BAD - , 23 a 27 de Janeiro de 1975); Direcção e Gestão (Lisboa, Serviço Central de Pessoal, 17 de Outubro de 1977 a 1 de Fevereiro de 1978).

3 - CARGOS E FUNÇÕES DESEMPENHADAS

Foi funcionário dos quadros administrativos das extintas Direcção-Geral da Indústria e Direcção-Geral dos Serviços Industriais, de 1940 a 1950; bibliotecário-arquivista estagiário no Arquivo e Museu de Arte da Universidade de Coimbra, em 1948; e conservador interino dos Palácios e Monumentos Nacionais no fim do mesmo ano e em 1949, tendo a seu cargo a Zona Monumental de Leiria, então criada.

De 1950 a 1958 foi conservador do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. De 1958 a 1973 exerceu o cargo de bibliotecário-arquivista do Ministério das Obras Públicas, tendo a seu cargo e sob a sua direcção a Biblioteca Central e o Arquivo Histórico deste Ministério. Em 1969 exerceu, cumulativamente e por escassos meses, o cargo de chefe da Divisão de Documentação do Laboratório Nacional de Engenharia Civil.

Exerce, desde 1973, o cargo de chefe da Divisão de Documentação da Secretaria-Geral do actual Ministério da Habitação e Obras Públicas, a qual abrange a referida Biblioteca Central e o citado Arquivo Histórico.

Foi ainda membro da Comissão encarregada de proceder ao exame para efeitos de arrolamento do códice "Espelho Cristalino em Jardim de Várias Flores" pelo Ministério da Educação Nacional em 1956; colaborador da Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique para cooperar, equiparado a bolseiro no País pelo Instituto para a Alta Cultura, na preparação dos "Monumenta Henricina", de 1956 a 1958; participou nos trabalhos de revisão do projecto das Regras de Catalogação bibliográfica de Raúl Proença, levada a efeito pela Inspeccão-Superior das Bibliotecas e Arquivos em 1959, com vista ao estabelecimento de regras básicas internacionais de catalogação bibliográfica, promovido pela UNESCO, o que veio a concretizar-se na Conférence Internationale sur les Principes de Catalogage de Paris, em 1961; presidiu à Comissão Técnica Portuguesa de Normalização da Documentação (CT 7), no então Ministério da Economia, desde 1964 a 16 de Julho de 1971; e foi vogal da 3ª. Secção (Bibliotecas e Arquivos) da Junta Nacional da Educação de 1966 a 30 de Setembro de 1975. Nesta última qualidade fez parte em 1967 e 1968 do grupo de trabalho para a preparação do projecto de "Regras Portuguesas de Catalogação Bibliográfica".

Remodeladas as instalações da Biblioteca Central e do Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas em 1959, encetou uma reorganização interna dos respectivos conteúdos documentais e o tratamento das espécies, introduzindo então em Portugal as técnicas arquivísticas de Theodore R. Schellemborg, seguindo as quais publicou os primeiros inventários preliminares de núcleos entretanto identificados e a que dera arranjo.

Posteriormente, em 1966-1967, foi colaborador da Comissão de Divulgação do Código Civil do Ministério da Justiça, para a respectiva Exposição Documental; planeou, organizou e pôs em funcionamento na Biblioteca Nacional de Lisboa, até 1969, o Catálogo Colectivo das Bibliotecas Portuguesas; em 1974 fez parte do júri de concurso para técnicos especialistas em Documentação do quadro do Secretariado Técnico da Secretaria de Estado do Planeamento; e em fins do mesmo ano, pelo despacho nº 216/74 de 11 de Novembro, foi designado pelo Secretário de Estado dos Assuntos Culturais e Investigação Científica do Ministério da Educação e Cultura, membro da Comissão para estudar as condições de reestruturação e a organização do Centro de Documentação Científica do Instituto de Alta Cultura.

Representou a BAD no Grupo de trabalho encarregado de estudar a reestruturação do estágio de preparação técnica de bibliotecários, arquivistas e documentalistas criado na Direcção-Geral dos Assuntos Culturais em 1975. Foi representante designado do Ministério das Obras Públicas no Grupo de trabalho ad hoc criado na dependência do Gabinete

do Primeiro Ministro pelo Conselho de Ministros de 20 de Janeiro de 1976 para estudar a política a seguir na preservação e destruição de documentação e conservação da informação científica e técnica ("Diário do Governo", 1a. série, nº 26, de 31 de Janeiro de 1976) e é (1979) representante da Secretaria-Geral (ex-MOP) do Ministério da Habitação e Obras Públicas na Comissão Consultiva de Estatística do mesmo Ministério, desde 1977.

Professor do ensino liceal particular desde 1947, exerceu essa actividade e a de professor do curso comercial particular em Lisboa na década de 50. Ministrou igualmente lições sobre Documentação no I Curso de Formação em Produtividade Administrativa realizado na Faculdade de Direito de Lisboa em 1966 e sobre Normalização da Documentação no Curso de Técnica Bibliográfica promovido pelo Instituto de Investigação Científica de Angola (Luanda, 1966), bem como no Curso de Actualização de Técnicas Bibliotecónicas e Documentais realizado pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra em 1968.

4 - ASSOCIAÇÕES

Sócio fundador da Academia Portuguesa de Ex-libris e da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, é membro do Conseil International des Archives (Paris) desde 1955.

5 - CONGRESSOS E OUTRAS REUNIÕES

Participou no XVI Congrès international de l'Histoire de l'Art (Lisboa-Porto, 1949); XX, XXIII e XXIX Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências (Lisboa, 1950; Coimbra, 1956; e Lisboa, 1970); Congrès International des Bibliothèques et des Centres de Documentation (Bruxelles, 1955); Congrès International des Archives (Florença, 1956; e Madrid, 1968); II Congresso da Indústria Portuguesa (Lisboa, 1957); 1º Colóquio de Normalização (Lisboa, 1959); Congresso Internacional de História dos Descobrimentos (Lisboa, 1960); V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros (Coimbra, 1963); I, II, III, IV e VI Encontro de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (Coimbra, 1965; Lisboa, 1966; Porto, 1968; Coimbra, 1973; e Aveiro, 1977); Simpósio Regional da África Austral sobre Informação Científica e Técnica (Lourenço Marques, 1968); Ciclo de Palestras sobre Documentação em Matéria de Ensino (Lisboa, 1972); I Jornadas de Informação e Documentação para o Desenvolvimento (Lisboa, 1973)

Como presidente da Delegação oficial portuguesa participou também nas reuniões do Technical Committee nº 46 da International Standard Organisation (ISO/TC 46) em Estocolmo (1969) e Lisboa (1971).

6 - TRABALHOS PUBLICADOS

6.1 - Obras individuais

- SUÃO. Poemas. Coimbra, ed. do autor, 1944.
- O TOPÓNIMO ESTREMOZ. Comunicação ao XX Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências. Lisboa, Associação para o Progresso das Ciências, 1950 (Sep. "Comunicações", t.8); e Estremoz, Câmara Municipal, 1953.
- A FUNDAÇÃO DO CASTELO DE ALANDROAL. Estremoz, ed. do autor, 1953 (Sep. "Brados do Alentejo", nº 1161).
- O PROMPTUÁRIO DAS TERRAS DE PORTUGAL, MANUSCRITO SEISCENTISTA DE RIBEIRO MEIRELES. Évora, Comissão Municipal de Turismo, 1955. (Sep. " A Cidade de Évora" nº 33/34).
- D.ANTÓNIO E O TRATO INGLÊS DA GUINÉ. Estudo e leitura de documentos. Bissau, Centro de Estudos da Guiné Portuguesa. 1953. (Sep. "Boletim Cultural da Guiné Portuguesa", Bissau, nº 32).
- OS GOVERNADORES DE S.PAULO E O SERTÃO DAS LAGES (1766-1783). Coimbra, Instituto de Estudos Brasileiros da Faculdade de Letras, 1955. (Sep. "Brasília", Coimbra, vol. 9).
- OS ARQUIVOS DEL-REI D.ANTÓNIO E DE SEUS SERVIDORES. Inventário, catálogo e Índices. Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade , 1955 (Sep. "Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra, vol. 21).
- CRÓNICA DEL-REI D.ANTÓNIO POR FR. PEDRO DE FRIAS. Estudo, leitura e Índices. Coimbra, Universidade, 1955. (Col. "Acta Universitatis Conimbrigensis").
- FR. TEODÓSIO DA CUNHA, QUALIFICADOR DO Pe. ANTÓNIO VIEIRA. Coimbra, o autor, 1955. (Sep. "Arquivo de Bibliografia Portuguesa", Coimbra, nº 2).
- CONTRIBUTION À L'ÉTUDE DE LA NORMALISATION DU CATALOGAGE DES LIVRES. Communication au Congrès International des Bibliothécaires et des Centres de Documentation, Bruxelles. Coimbra, o autor, 1955. (Sep. "Arquivo de Bibliografia Portuguesa", Coimbra, nº 3).
- NOVOS EDIFÍCIOS PARA ARQUIVOS. Nota de leitura. Coimbra, o autor, 1957. (Sep. "Arquivo de Bibliografia Portuguesa", Coimbra, nº 8).
- A DOCUMENTAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA PORTUGUESA. Comunicação ao II Congresso da Indústria Portuguesa. Lisboa, Associação Industrial Portuguesa, 1957.
- INCUNÁBULOS DO ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO. Coimbra, o autor, 1957. (Sep. "Arquivo de Bibliografia Portuguesa". Coimbra, nº 11).

- NOTICIA DE "CURIA" EM COIMBRA NO ANO DE 1254. Comunicação ao XXIII Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências. Coimbra, Instituto de Estudos Históricos da Faculdade de Letras, 1956. (Sep. "Revista Portuguesa de História", t.4); e Coimbra, Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências, 1957. (Sep. "Publicações do Congresso", t.8)
- A PROVIDORIA DE ESGUEIRA. Aveiro. 1958. (Sep. "Arquivo do Distrito de Aveiro", vol. 24).
- A ILHA DO PORTO SANTO EM 1770. Funchal, Arquivo Distrital, 1958. (Sep. "Arquivo Histórico da Madeira", Funchal, vol. 10).
- BIBLIOTECA E ARQUIVO DO MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS. Lisboa, Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 1958.
- DOCUMENTOS PARA A HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA (1750-1772). Introdução, leitura, Índices. 2 vol. Coimbra, Universidade, 1959-1961. (Col. "Universitatis Conimbrigensis Studia ac Regesta").
- NOTA SOBRE ALGUNS DOCUMENTOS RELACIONADOS COM A EXPANSÃO ULTRAMARINA PORTUGUESA EXISTENTES NO ARQUIVO HISTÓRICO DO MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS EM LISBOA. Lisboa, Congresso Internacional de História dos Descobrimentos, 1960. (Sep. "Actas" do Congresso, vol. 5, parte 2); e São Paulo (Brasil), 1962. (Sep. "Revista de História", S. Paulo, nº 49).
- O ARQUIVO DA SUPERINTENDÊNCIA-GERAL DOS CONTRABANDOS (1771-1834). Coimbra, Instituto de Estudos Históricos da Faculdade de Letras, 1960. (Sep. "Revista Portuguesa de História", Coimbra, vol. 9).
- O ARQUIVO DO CONSELHO DE MINAS (1859-1868). Inventário preliminar. Lisboa, o autor, 1961.
- ESTREMOZ E O SEU CONCELHO NAS "MEMÓRIAS PAROQUIAIS DE 1758". Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade, 1961. (Sep. "Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra", vol. 25).
- MEDALHAS E MODELOS DE MEDALHAS DA BIBLIOTECA E ARQUIVO HISTÓRICO DO MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1962. (Ext. "Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira", Lisboa, vol. 3, nº 1).
- NÚCLEOS DO ARQUIVO HISTÓRICO DO MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1963. (Ext. "Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira", Lisboa, vol. 4, nº 1, Jan./Mar. 1963).
- DA POSSIBILIDADE E DA OPORTUNIDADE DA CRIAÇÃO DE UM CÓDICO DE CATALOGAÇÃO BIBLIOTECONÓMICA PARA PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA. Comunicação apresentada ao V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, Coimbra, 1963. Lisboa, o autor, 1963.

- APONTAMENTO PARA A UNIFICAÇÃO DA TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA NA LÍNGUA PORTUGUESA. Comunicação apresentada ao V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, Coimbra, 1963. Lisboa, o autor, 1963.
- NORMALIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO INTELECTUAL NO BRASIL E EM PORTUGAL. Comunicação apresentada ao V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, Coimbra, 1963. Lisboa, o autor, 1963.
- O ARQUIVO DA MONTARIA-MOR DO REINO (1583-1883). Inventário preliminar. Coimbra Faculdade de Letras, 1964. (Sep. "Revista Portuguesa de História", Coimbra, (11) 1964.
- PORTUGAL E AS CONVENÇÕES INTERNACIONAIS SOBRE TROCAS DE PUBLICAÇÕES. Comunicação apresentada ao I Encontro dos Bibliotecários e Arquivistas Portugueses. Coimbra, Faculdade de Letras, 1965.
- O APROVEITAMENTO DO "DOCUMENTO SEM INTERESSE" PELA COMUNIDADE PORTUGUESA. Comunicação apresentada ao I Encontro dos Bibliotecários e Arquivistas Portugueses. Coimbra, Faculdade de Letras, 1965.
- REALIZAÇÕES DA COMISSÃO TÉCNICA PORTUGUESA DE NORMALIZAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO. Novembro 1964 - Março 1965. Comunicação apresentada ao I Encontro dos Bibliotecários e Arquivistas Portugueses. Coimbra, Faculdade de Letras, 1965.
- DESENVOLVIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO EM PORTUGAL. Comunicação apresentada ao II Encontro dos Bibliotecários e Arquivistas Portugueses. Lisboa, Biblioteca Nacional, 1966.
- NORMALIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO. Comunicação ao Simpósio Regional da África Austral sobre Informação Científica e Técnica. Lourenço Marques, South Africa Council for Scientific and Industrial Research e Associação Industrial de Moçambique, 1968.
- PORTUGAL. Ministério das Obras Públicas. Biblioteca Central- CATÁLOGO DE PUBLICAÇÕES DOS SÉCULOS XVI, XVII E XVIII. Lisboa, Secretaria-Geral do Ministério, 1973. 141 p. XXV est.

6. 2 - Participação em obras em colaboração e obras colectivas

- ALGUNS DOCUMENTOS DO CABIDO DE VISEU. Lisboa, Inspeção-Superior das Bibliotecas e Arquivos, 1958. (Sep. "Anais das Bibliotecas e Arquivos de Portugal" Lisboa).
- MONUMENTA HENRICINA. Lisboa, Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960-1973.
- DICIONÁRIO GERAL LUSO-BRASILEIRO DA LÍNGUA PORTUGUESA. Lisboa, Editorial Enciclopédia (em publicação).

- LEGISLAÇÃO [relativa a Obras Públicas]. Publicação anual. Lisboa, Secretaria-Geral do Ministério das Obras Públicas.
1961-1972: 12 vol. Compilação e Índices de Mário Alberto Nunes Costa.
1973: 1 vol. Compilação e Índices de Maria Margarida Cardoso Guadalupe Rodrigues Gonçalves; coordenação de M.A.N.Costa.
- VERBO - ENCICLOPÉDIA LUSO-BRASILEIRA DE CULTURA. Lisboa, Verbo, 1963-1976.
- CLASSIFICAÇÃO DECIMAL UNIVERSAL. Ed. em língua portuguesa. Lisboa, Centro de Documentação Científica do Instituto de Alta Cultura; Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação do Conselho Nacional de Pesquisas, 1961.
- PORTUGAL. Ministério da Justiça - CÓDIGO CIVIL PORTUGUÊS. EXPOSIÇÃO DOCUMENTAL. CATÁLOGO. Lisboa, o Ministério, 1966.
- LEGISLAÇÃO [relativa a Comunicações]. Publicação anual. Lisboa, Secretaria-Geral do Ministério das Comunicações, 1970-1973. 5 vol. Compilação e Índices de Mário Alberto Nunes Costa.
- LEGISLAÇÃO. Publicação anual. Lisboa, Secretaria-Geral do Ministério do Equipamento Social e do Ambiente (Ministério do Equipamento Social, Ministério das Obras Públicas).
Interesse geral: 1974-1976. 3 vol
Obras Públicas: 1974-1976. 3 vol.
Habitação e Urbanismo: 1974-1976. 3 vol.
Transportes e Comunicações: 1974-1976. 3 vol.
Marinha Mercante: 1974-1975. 2 vol.
Ambiente: 1974-1975. 2 vol.
Compilação e Índices por Maria Isabel Afreixo. Coordenação de M.A.N.Costa.

6.3 - Colaboração em publicações periódicas

Além da colaboração já referida na alínea a) em "Brados do Alentejo" (Estremoz); "A Cidade de Évora"; "Boletim Cultural da Guiné Portuguesa" (Bissau); "Brasília" (Coimbra); "Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra"; "Arquivo de Bibliografia Portuguesa" (Coimbra); "Revista Portuguesa de História" (Coimbra); "Arquivo Histórico da Madeira" (Funchal); "Revista de História" (S. Paulo, Brasil); "Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira" (Lisboa); também colaborou no "Diário Popular" (Lisboa), na "Olisipo" (Lisboa) e em "O Cronista" (Lisboa).

Do publicado, destacam-se os seguintes artigos:


- As bibliotecas e arquivos devem ser centros de trabalho útil, in "Diário Popular", Lisboa, (3705) 26 Jan. 1953.

- A obra de Eugénio dos Santos em Estremoz, in "Brados do Alentejo", Estremoz, (1140) 3 Maio 1953.
- Santa Marta de Lisboa numa Carta-memorial de 1605, in "Olisipo", órgão do Grupo "Amigos de Lisboa", Lisboa, (65) Out. 1953.
- Algumas notas sobre a indústria de lanifícios no Alentejo, in "Brados do Alentejo", Estremoz, (1202) 11 Jul. 1954.
- Os 50 anos da Praça de Touros de Estremoz, in "Brados do Alentejo", Estremoz, (1210) 5 Set. 1954.
- O monumento a Afonso de Albuquerque, em Belém, in "Olisipo", órgão do Grupo "Amigos de Lisboa", Lisboa, (68) Out. 1954.
- As feiras medievais ao sul do Tejo, in "Brados do Alentejo", Estremoz, (1224) 12 Dez 1954.
- A primeira feira de Estremoz, in "O Cronista", Lisboa, 7 Maio 1955.
- As feiras de Estremoz, in "Brados do Alentejo", Estremoz, (1246 e 1247) 15 e 22 Maio 1955.
- Algumas sugestões para a definitiva edição abreviada portuguesa da classificação decimal - Nota de leitura, in "Arquivo de Bibliografia Portuguesa" Coimbra, (2) Abr. 1955.
- Estremoz e a regência da Rainha Da. Catarina, in "Brados do Alentejo", Estremoz (1258) 7 Ago. 1955.
- Manuscritos da "Crítica sobre os Estatutos da Universidade de Coimbra"- Nota de leitura, in "Arquivo de Bibliografia Portuguesa", Coimbra, (5) 1956.
- Problemas e estudos de Paleografia e de Diplomática - Nota de leitura, in "Arquivo de Bibliografia Portuguesa", Coimbra, (6) 1956.

7 - ENDEREÇO

O seu actual endereço é: Rua Vale do Milho, 66 - Algueirão 2725 Mem Martins.
 Telefone: 2912505

Algueirão, 13 Maio 1979



"CURRICULUM VITAE"
DE
MÁRIO ALBERTO NUNES COSTA

ADITAMENTO
Lisboa - 1992

3 - CARGOS E FUNÇÕES DESEMPENHADAS (Cont.)

A representação da Secretaria-Geral (ex-MCP) do Ministério da Habitação e Obras Públicas na Comissão Consultiva de Estatística do mesmo Ministério decorreu de 1977 a 1980.

Sendo técnico superior principal em Documentação, em 23 Dez. 1980 foi nomeado técnico superior acessor no mesmo domínio do quadro da Secretaria-Geral do Ministério, ao tempo, das Obras Públicas. Tomou posse desse cargo em 20 Maio 1981, continuando a exercer, em comissão de serviço, as funções de chefe da respectiva Divisão de Documentação até 22 Fevereiro de 1982. Passou, em seguida, à situação de aposentado da Função Pública, a seu pedido, após quarenta e um anos de serviço público.

As múltiplas obrigações já ao tempo assumidas em Portugal impediram-no de aceitar o convite para reger, dos dois semestres de 1966, matérias à sua escolha no Curso de Biblioteconomia da Universidade de Brasília (Ofício C/CB 65-52, de 29 de Outubro de 1965, da referida Universidade).

Desde 14 de Novembro de 1981 foi professor extraordinário contratado, mediante convite, do Departamento de Ciências Históricas da Universidade Livre de Lisboa, onde regeu a cadeira anual de Biblioteconomia e Arquivologia, uma das opções no plano de estudo da respectiva Licenciatura. Desempenhou, simultaneamente, as funções de secretário do Conselho Escolar do referido Departamento no ano escolar de 1981-1982 e foi eleito vogal substituto do Conselho Pedagógico e Científico desta Universidade no ano lectivo de 1982-1983, em representação dos Professores do citado Departamento, voltando a ser eleito com a mesma qualidade no ano lectivo de 1983-1984. De Julho a Dezembro de 1983 exerceu de modo efectivo estas funções, no impedimento do respectivo titular. Deixou de exercer funções na Universidade Livre em 1985.

Na qualidade de professor associado convidado, participou na organização inicial da Universidade Autónoma de Lisboa em 1986, no Departamento de História, tendo planeado os programas das cadeiras de Teoria das Fontes e Problemática do Saber Histórico e de Biblioteconomia e feito parte do júri de exames da 2.ª época do ano lectivo de 1985/1986 de alunos providos da Universidade Livre, entretanto extinta. Em fins de 86 suspendeu a actividade docente.

4 - ASSOCIAÇÕES (Cont.)

Além de sócio fundador da Academia Portuguesa de Ex-Libris em 1953, foi secretário da primeira Direcção dessa instituição.

Foi membro do Conseil International des Archives (Paris) desde 1955 a 1987.

Foi sócio da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (Lisboa) desde a sua fundação até Março de 1981.

Foi académico correspondente da Academia Portuguesa da História de 1979 a 1988, ano em que foi eleito académico de número, indo ocupar a cadeira número 22.

5 - CONGRESSOS E OUTRAS REUNIÕES (Cont.)

Participou ainda no VII Encontro de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas Portugueses (Lisboa, 1979); na reunião de especialistas do Technical Information Panel do AGARD (Advisory Group for Aerospace Research and Development), da NATO, sobre o tema "Information Services: Their Organisation, Control and Use" (Lisboa, 1980); e nas II Jornadas de Informação para o Desenvolvimento, subordinadas ao tema "A Informação na Perspectiva da Integração Europeia", promovidas pelo Grupo de Trabalho Permanente para a Documentação e Informação Económico-Social (GTPDIES) (Lisboa, 1981).

6 - TRABALHOS PUBLICADOS (Cont.)

6.1 - Obras individuais

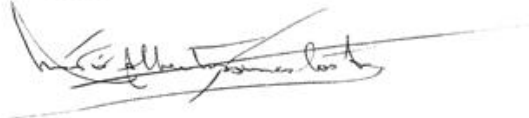
- O ENSINO INDUSTRIAL EM PORTUGAL DE 1852 a 1900: Subsídios para a sua história. Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1990. 301 p., il.

- DIOGO BARBOSA MACHADO E A BIBLIOGRAFIA PORTUGUESA. Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1986. 49 p., il. (Sep. "Anais" da Academia, 2.ª série, vol. 31).
- REFLEXÃO ACERCA DOS LOCAIS DUCENTISTAS ATRIBUÍDOS AO ESTUDO GERAL: Coimbra, Universidade, 1991. 147 p., il. (Acta Universitatis Conimbricensis Septingentesimo Natali Edita).

6.2 - Participação em obras em colaboração e obras colectivas (Cont.)

- AFONSO, Maria Stela Gonçalves Pereira; COSTA, Mário Alberto Nunes - CATÁLOGO DA COLECÇÃO DE DESENHOS AVULSOS DO ARQUIVO HISTÓRICO DO MINISTÉRIO DA HABITAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS. Lisboa, Secretaria-Geral do Ministério, 1980. 76 p., extratextos.

Lisboa, 14 de Abril de 1992.



Anexo 4 – Obra publicada e inédita

Os trabalhos assinalados com [*] foram objecto de publicação também em separata.
Os trabalhos assinalados com [**] encontram-se inéditos.

Obras individuais

-1943-

****Os suevos e Portugal: uma tese, uma crítica e uma opinião.** Coimbra: M. A. N. Costa, 1943.

[Trabalho académico].

Cota: I-A-22/23 (Instituto de Paleografia)

-1944-

Suão. Coimbra: Casa Minerva, 1944

Também publicado em:

Suão. Coimbra: Coimbra Editora, 1944

-1945-

****O que é a poesia? [Texto policopiado]: ensaio.** Coimbra: M. Costa, 1946. - 117 f.
Tese de licenciatura em Ciências Histórico-Filosóficas apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

9-(1)-1-34-8 (BGUC)

B-162-3-3 (FLUC)

-1948-

****Para um índice ideográfico da “História de Portugal” de Alexandre Herculano.** Coimbra: M. A. N. Costa, 1948.

[Trabalho apresentado na cadeira de Bibliologia e Biblioteconomia].

Cota: B-6-2-6 (Biblioteca Central)

****Para a história do jornalismo em Estremoz.** Coimbra: M. A. N. Costa, 1948.

[Trabalho apresentado na cadeira de Bibliologia e Biblioteconomia].

Cota: B-6-6-68 (Biblioteca Central)

Inventário, Catálogo e Índices de alguns documentos avulso do Arquivo da Universidade de Coimbra. Coimbra: M. A. N. C., 1948

Cota: VI-3^a-7B-5-12 (Arquivo da Universidade de Coimbra)

-1950-

***O Topónimo Estremoz.** In CONGRESSO LUSO-ESPANHOL PARA O PROGRESSO DAS CIÊNCIAS, 13, Lisboa, 1950. **7.ª Secção – Ciências Históricas e Filológicas – Actas.** Porto: Imprensa Portuguesa, tomo VIII, 1950, p. 685-694.

Também publicado em:

O topónimo Estremoz. Estremoz: Câmara Municipal de Estremoz, 1953.

-1953-

Santa Marta de Lisboa numa carta-memorial de 1605. **Olisipo: Boletim trimestral do Grupo de “Amigos de Lisboa”.** Lisboa: G. A. L., Ano XVI, n.º 64, Outubro 1953, p. 195-201.

*O promptuário das terras de Portugal: manuscrito seiscentista de Ribeiro Meirelles. **A Cidade de Évora: Boletim da Comissão Municipal de Turismo de Évora.** Évora: Comissão Municipal de Turismo, n.º 31/34, Julho/Dezembro 1953, p. 311-316.

*A fundação do Castelo do Alandroal. **Brados do Alentejo: semanário regionalista.** Estremoz, Ano XXIII, n.º 1161, 27 de Setembro de 1953, p. 1 [colns. 1-3] e p. 5 [colns. 3-4].

*A obra de Eugénio dos Santos em Estremoz. **Brados do Alentejo: semanário regionalista.** Estremoz, Ano XXIII, n.º 1140, 3 de Maio de 1953, p. 1 [colns. 1-3] e p. 3 [coln. 4].

*Para um melhor conhecimento da terra. **Brados do Alentejo: semanário regionalista.** Estremoz, Ano XXI, n.º 1124, 11 de Janeiro de 1953, p. 1 [colns. 1-3] e p. 4 [coln. 1].

*D. António e o trato inglês da Guiné: 1587-1593: estudo e leitura de documentos. **Boletim Cultural da Guiné Portuguesa.** Bissau: Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, Ano VIII, n.º 32, Outubro 1953, p.683-797.

As bibliotecas e os arquivos devem ser centros de trabalho útil. **Diário Popular,** Ano XI, n.º 3705, 26 de Janeiro de 1953, p. 1 [colns. 1-2] e p. 11 [colns. 4-5].

-1954-

O Monumento a Albuquerque, em Belém. **Olisipo: Boletim trimestral do Grupo de “Amigos de Lisboa”.** Lisboa: G. A. L., Ano XVII, n.º 68, Outubro 1954, p. 150-153.

*Algumas notas sobre a Indústria de Lanifícios de Alentejo. **Brados do Alentejo: semanário regionalista.** Estremoz, Ano XXIV, n.º 1202, 11 de Julho de 1954, p. 1 [colns. 1-5] e p. 4 [colns. 3-5].

*As Feiras Medievais ao Sul do Tejo. **Brados do Alentejo: semanário regionalista**. Estremoz, Ano XXIV, n.º 1224, 12 de Dezembro de 1954, p. 1 [colns. 1-4] e p. 5 [colns. 2-3].

*Os 50 anos da Praça de Touros de Estremoz. **Brados do Alentejo: semanário regionalista**. Estremoz, Ano XXIV, n.º 1210, 9 de Setembro de 1954, p. 1 [colns. 1-3] e p. 4 [colns. 4-5].

-1955-

Algumas sugestões para a definitiva edição abreviada portuguesa da classificação decimal: nota de leitura. **Arquivo de Bibliografia Portuguesa**. Coimbra: Atlântida. Ano 1, n.º 2, 1955, p. 159-164.

*Contribution à l'étude de la normalisation du catalogage des livres. **Arquivo de Bibliografia Portuguesa**. Coimbra: Atlântida. Ano I, n.º 3, 1955, p. 230-234.

*Fr. Teodósio da Cunha qualificador do Pe. António Vieira em 1729. **Arquivo de Bibliografia Portuguesa**. Coimbra: Atlântida. Ano I, n.º 2, 1955, p. 105-119.

*Notícia de “Cúria” em Coimbra no ano de 1254. In CONGRESSO LUSO-ESPANHOL PARA O PROGRESSO DAS CIÊNCIAS, 23, Coimbra, 1956. **7.ª Secção – Ciências Históricas e Filológicas – Actas**. Coimbra: [Gráfica de Coimbra], tomo VIII, 1957, p. 109-116.

*Os arquivos del-Rei D. António e de seus servidores: introdução, inventário, catálogo e índices. **Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra**. Coimbra: Universidade de Coimbra, vol. XXII, 1955, p. 446-538.

*Os governadores de São Paulo e o Sertão das Lages: 1766-1783. **Brasília**. Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, vol. IX, 1955, p. 313-341.

*Estremoz e a Regência da Rainha D. Catarina. **Brados do Alentejo: semanário regionalista**. Estremoz, Ano XXV, n.º 1258, 7 de Agosto de 1955, p. 1 [colns. 2-4] e p. 3 [colns. 4-5].

As Feiras de Estremoz. **Brados do Alentejo: semanário regionalista**. Estremoz, Ano XXV, n.º 1246, 15 de Maio de 1955, p. 1 [colns. 3-5] e p. 4 [coln. 1].

*As Feiras de Estremoz II. **Brados do Alentejo: semanário regionalista**. Estremoz, Ano XXV, n.º 1247, 22 de Maio de 1955, p. 1 [colns. 2-4] e p. 5 [colns. 1-2].

*A primeira feira de Estremoz. **O Cronista**. Lisboa, Ano I, n.º 24, 7 de Maio de 1955, p. 5 [colns. 1-3].

Crónica d'El Rei D. António: estudo, leitura e notas. Coimbra, Universidade de Coimbra, 1955.

-1956-

Manuscritos da “Crítica sobre os Estatutos da Universidade de Coimbra”: nota de leitura. **Arquivo de Bibliografia Portuguesa**. Coimbra: Atlântida. Ano 2, n.º 5, 1956, p. 64-65.

*Novos edifícios para arquivos: nota de leitura. **Arquivo de Bibliografia Portuguesa**. Coimbra: Atlântida. Ano 2, n.º 8, 1956, p. 379-387.

Problemas e estudos de Paleografia e de Diplomática: nota de leitura. **Arquivo de Bibliografia Portuguesa**. Coimbra: Atlântida. Ano 2, n.º 6, 1956, p. 131-134.

-1957-

*Incunábulos do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. **Arquivo de Bibliografia Portuguesa**. Coimbra: Atlântida. Ano 3, n.º 11, 1957, p. 5-17.

***A documentação e o desenvolvimento da indústria portuguesa**. In CONGRESSO DA INDÚSTRIA PORTUGUESA, 2, Lisboa, 1957 – **Actas**. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil.

-1958-

*A Provedoria de Esgueira. **Arquivo do Distrito de Aveiro**. Aveiro: F. F. Alves, vol. XXIV, n.º 93, Janeiro/ Março 1958, pp. 53-80.

*700 anos depois. **Brados do Alentejo: semanário regionalista**. Estremoz, Ano XXVIII, n.º 1395, 23 de Março de 1958, p. 1 [colns. 2-4].

A ilha de Porto Santo em 1770. **Arquivo Histórico da Madeira: boletim do Arquivo Distrital do Funchal**. Funchal: Arquivo Distrital, vol. 10, 1958, p. 9-54.

-1959-

Biblioteca e Arquivo do Ministério das Obras Públicas: remodelação de instalações e reabertura ao público em Junho de 1959. [Lisboa]: Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 1959.

Marcas de posse bibliográfica/ Marcas de autor/ marcas de impressor: apontamentos para um inventário. **Boletim da Academia Portuguesa de Ex-Libris**. Lisboa: A.P. E. L. ISSN 1647-3760. IIª série, Ano 4, n.º 11, Maio 1959, p. 22-23.

Documentos para a História da Universidade de Coimbra: 1750-1772: introdução, leitura e índices. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1959-1961. 2 vols.

-1960-

*O Arquivo da Superintendência-Geral dos Contrabandos: 1771-1834: Inventário preliminar. **Revista Portuguesa de História**. Coimbra: Universidade de Coimbra, tomo IX, 1960, p. 325-333.

-1961-

O Arquivo do Conselho de Minas: 1859-1868: Inventário preliminar. Lisboa: Edição do autor, 1961.

*Nota sobre alguns documentos relacionados com a expansão ultramarina portuguesa existentes no Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas, em Lisboa. *In* CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DOS DESCOBRIMENTOS, Lisboa, 1960 – Actas. Lisboa: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante Dom Henrique, vol. V, 2.^a parte, 1961, pp. 35-40.

Também publicado em:

Notas sobre alguns documentos relacionados com a expansão ultramarina portuguesa existentes no Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas, em Lisboa. **Revista de História**. São Paulo: [s. n.], vol. 24, n.º 49, 1969, p. 245-249.

-1962-

Medalhas e modelos de medalhas da Biblioteca e Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas. **Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Ano 3, n.º 1, 1962, p. 89-118.

*Estremoz e o seu concelho nas “Memórias Paroquiais de 1758”. **Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra**. Coimbra: Universidade de Coimbra, vol. XXV, 1962, p. 188-350.

-1963-

*Núcleos do Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas. **Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Ano 4, n.º 1, 1963, p. 115-164.

O processo Filmorex. **Cadernos de Biblioteconomia e Arquivística**. Coimbra. Vol. 1, n.º 2, 1963, p. 17-20.

Apontamentos para a unificação da terminologia arquivística na língua portuguesa [texto policopiado]. Lisboa: [s. n.], 1963.

Também publicado em:

***Apontamentos para a unificação da terminologia arquivística na língua portuguesa.** In COLÓQUIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS LUSO-BRASILEIROS, 5, Coimbra, 1963. **8.^a Secção – Ciências Históricas e Filológicas – Actas.** Coimbra: Universidade de Coimbra, vol. V, 1968, p. 205-508.

Da possibilidade e oportunidade de criação de um código de catalogação biblioteconómica para países da Língua Portuguesa [texto policopiado]. Lisboa: [s. n.], 1963.

Também publicado em:

***Da possibilidade e oportunidade de criação de um código de catalogação biblioteconómica para países da Língua Portuguesa.** In COLÓQUIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS LUSO-BRASILEIROS, 5, Coimbra, 1963. **8.^a Secção – Ciências Históricas e Filológicas – Actas.** Coimbra: Universidade de Coimbra, vol. V, 1968, p. 215-219.

-1964-

***O Arquivo da Montaria-Mor do Reino: 1583-1833: Inventário preliminar.** **Revista Portuguesa de História.** Coimbra: Universidade de Coimbra, tomo XI, vol. I, 1964, p. 151-176.

-1965-

Portugal e as convenções internacionais sobre troca de publicações. **Propriedade Urbana: repositório de informações e indicações úteis.** Lisboa: A. L. P. Ano LI, n.º 153, Julho 1965, p. 15-16.

Também publicado em:

Portugal e as convenções internacionais sobre troca de publicações. In ENCONTRO DOS BIBLIOTECÁRIOS E ARQUIVISTAS PORTUGUESES, 1, Coimbra, 1965 – **Actas.** Coimbra: Faculdade de Letras, 1966, p. 445-449.

O aproveitamento do “documento sem interesse” pela comunidade portuguesa. **Boletim de Normalização: publicação mensal da Inspeção Geral dos Produtos Agrícolas e Industriais.** Lisboa: I. G. P. A. I. Vol. 14, n.º 8/9, Agosto/Setembro 1966, p. 351-354.

Também publicado em:

O aproveitamento do “documento sem interesse” pela comunidade portuguesa. In ENCONTRO DOS BIBLIOTECÁRIOS E ARQUIVISTAS PORTUGUESES, 1, Coimbra, 1965 – **Actas.** Coimbra: Faculdade de Letras, 1966, p. 451-457.

-1966-

*Desenvolvimento da normalização da documentação em Portugal. **Boletim de Normalização: publicação mensal da Inspeção Geral dos Produtos Agrícolas e Industriais**. Lisboa: I. G. P. A. I. Vol. 15, n.º 10, Outubro 1966, p. 473-475.

Também publicado em:

Desenvolvimento da normalização da documentação em Portugal. **Boletim OM: revista de divulgação de organização e métodos**, Lisboa: G. E. O. T. A., n.º 4, 1966, p. 20-23.

Desenvolvimento da normalização da documentação em Portugal. In ENCONTRO DOS BIBLIOTECÁRIOS E ARQUIVISTAS PORTUGUESES, 2, Lisboa, 1966 – **Actas**. Lisboa: Biblioteca Nacional de Lisboa, 1968, p. 467-471.

Realizações da Comissão Técnica de Normalização de Documentação: Novembro 1964 – Março 1965. In ENCONTRO DOS BIBLIOTECÁRIOS E ARQUIVISTAS PORTUGUESES, 1, Coimbra, 1965 – **Actas**. Coimbra: Faculdade de Letras, 1966, p. 135-139.

Também publicado em:

Realizações da Comissão Técnica de Normalização de Documentação: Novembro 1964 – Março 1965. **Propriedade Urbana: repositório de informações e indicações úteis**. Lisboa: A. L. P. Ano LIII, n.º 165, Julho 1967, p. 27 e 36.

-1968-

***Normalização e organização da documentação** [mimeografado]. Lourenço Marques: South African Council for Scientific and Industrial Research: Associação Industrial de Moçambique, 1968.

Também publicado em:

Normalização e organização da documentação. **Boletim de Normalização: publicação mensal da Inspeção Geral dos Produtos Agrícolas e Industriais**. Lisboa: I. G. P. A. I. Vol. 18, n.º 2, Março/Abril 1969, p. 57-62.

***Normalização da organização do trabalho intelectual e da documentação, no Brasil e em Portugal**. In COLÓQUIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS LUSO-BRASILEIROS, 5, Coimbra, 1963. **8.ª Secção – Ciências Históricas e Filológicas – Actas**. Coimbra: Universidade de Coimbra, vol. V, 1968, p. 219-214.

-1986-

*Diogo Barbosa Machado e a Bibliografia portuguesa. **Anais**. Lisboa: Academia Portuguesa da História, II Série, vol. 31, 1986, p. 289-340.

-1990-

O ensino industrial em Portugal de 1852 a 1900: subsídios para a sua história. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1990.

-1991-

Reflexão acerca dos locais ducentistas atribuídos ao Estudo Geral. Coimbra: Coimbra Editora, 1991.

Também publicado em:

Reflexão acerca dos locais ducentistas atribuídos ao Estudo Geral. **Anais**. Lisboa: Academia Portuguesa da História, II Série, vol. 37, 1998, p. 73-169.

-1992-

*Em torno da correspondência de Diogo Barbosa Machado. **Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra**. Coimbra: Imprensa da Universidade, vol. XLI – **Homenagem ao Doutor Luís de Albuquerque (1.ª parte)**, 1992, p. 1-103.

-1993-

A Inscrição Medieval da Muralha Ducentista de Estremoz. Lisboa: Edição do autor, 1993.

Vasco Esteves de Gatz e o seu túmulo trecentista em Estremoz. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1993.

-1994-

A Real Fábrica das Alcatifas de Estremoz: 1793-1803. Lisboa: Edição do autor, 1994.

Elogio do Dr. Alberto Iria. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1994.

*A “breve recopilação... da Fundação, antiguidades e excelências... de Estremós. **Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra**. Coimbra: Universidade de Coimbra, vol. XLII – **Homenagem ao Doutor Luís de Albuquerque (1.ª parte)**, 1994, p. 101-164.

-1995-

As Caballariae Hereditates de Sousel e os seus donatários. Lisboa: Edição do autor, 1995.

-1997-

“Astroz” num testemunho singular. Lisboa: Edição do autor, 1997.

Também publicado em:

*“Astroz” num testemunho singular. **Callipole: revista de cultura.** Vila Viçosa: Câmara Municipal de Vila Viçosa, n.º 10/11, 2002/2003, p. 27-32.

-1998-

*Francisco Mailhol, um francês na Indústria Portuguesa do século XVIII. **Callipole: revista de cultura.** Vila Viçosa: Câmara Municipal de Vila Viçosa, n.º 5/6, 1997/1998, p. 103-119.

Também publicado em:

Fraternidade e abnegação: A Joaquim Veríssimo Serrão: Os amigos. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1999, Vol. 2, p. 1109-1126.

-2000-

*D. Pedro Afonso, 3.º Conde de Barcelos, e a sua presença nos termos de Estremoz e Évora-Monte. **Callipole: revista de cultura.** Vila Viçosa: Câmara Municipal de Vila Viçosa, n.º 7/8, 1999/2000, p. 23-32.

O padroado das Igrejas de Estremoz e Borba. Lisboa: Edição do autor, 2000.

O foral medieval de Estremoz e o seu Arquétipo. Lisboa. Edição do autor, 2000.

-2001-

*Em torno do Direito Consuetudinário de Estremoz e seu Alfoz. **Callipole: revista de cultura.** Vila Viçosa: Câmara Municipal de Vila Viçosa, n.º 9, 2001, p. 31-42.

-2003-

*Heurística e Historiografia na Academia Real da História Portuguesa. **Anais.** Lisboa: Academia Portuguesa da História, IIª série, Vol. 41, 2003, p. 245-307.

D. Afonso III e a propriedade do Montádigo. In **Os Reinos Ibéricos na Idade Média**. Porto: Civilização, 2003. ISBN 972-26-2135-1. p. 1153-1158.

-2005-

As Armas Autárquicas de Estremoz na Lenda e na História. Lisboa: Edição do autor, 2005.

O Montádigo em Portugal nos séculos XII a XVI. Lisboa: Edição do autor, 2005.

Também publicado em:

O Montádigo na sociedade portuguesa dos séculos XII a XVI. Lisboa: [s. n.], 2001.
[Texto policopiado].

O Montádigo em Portugal nos séculos XII a XVI. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 2006.

Participação em obras em colaboração e obras colectivas

-1958-

*Alguns documentos do Cabido de Viseu. **Anais da Bibliotecas e Arquivos de Portugal**. Lisboa: Inspecção Superior das Bibliotecas e Arquivos, 1958.

-1960 – 1973-

Monumenta Henricina. Lisboa: Comissão executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 15 vols, 1960-1974.

-1961 – 1975 -

Legislação [relativa a Obras Públicas]. Publicação anual. Lisboa: Secretaria-geral do Ministério das Obras Públicas.

1961-1972: 12 volumes. Compilação e índices de Mário Alberto Nunes Costa.

1975: 1 volume. Compilação e índices de Margarida Cardoso Guadalpi Rodrigues Gonçalves. Coordenação de Mário Alberto Nunes Costa.

-1961-

Classificação Decimal Universal. Edição em língua portuguesa. Lisboa/ Rio de Janeiro: Centro de Documentação Científica do Instituto de Alta Cultura/ Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação do Conselho Nacional de Pesquisas.

-1963 – 1966 -

ZUQUETE, Afonso (Coord.). *Dicionário Geral Luso-Brasileiro da Língua Portuguesa*. 2 vols., Lisboa: Editorial Enciclopédia, 1962-1973.

(Colaboração nos verbetes relativos Arqueologia, Arquivística, Biblioteconomia, Documentação, Diplomática, Paleografia, Bibliologia, entre outras)

-1963 – 1976-

Arquivo Histórico Ultramarino. In **Verbo: Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura**. Lisboa: Editorial Verbo, vol. 2, [Dep. Leg. 1996], colns. 1282-1283.

Arquivos dos Ministérios. In **Verbo: Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura**. Lisboa: Editorial Verbo, vol. 2, [Dep. Leg. 1996], colns. 1283-1285.

Arquivos municipais. In **Verbo: Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura**. Lisboa: Editorial Verbo, vol. 2, [Dep. Leg. 1996], colns. 1288-1290.

Arquivos das províncias ultramarinas. In **Verbo: Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura**. Lisboa: Editorial Verbo, vol. 2, [Dep. Leg. 1996], colns. 1293-1295.

Em colaboração com Maria Teresa Pinto Mendes:

Bibliotecas portuguesas. In **Verbo: Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura**. Lisboa: Editorial Verbo, vol. 3, [Dep. Leg. 1992], coln. 1270-1278.

-1966-

Portugal. Ministério da Justiça – **Código Civil Português**: Exposição documental: Catálogo. Lisboa: Ministério da Justiça, 1966.

-1970 – 1973-

Legislação [relativa a Comunicações]. Publicação anual. Lisboa: Secretaria-geral do Ministério das Comunicações.

1970-1973: 5 volumes. Compilação e índices de Mário Alberto Nunes Costa.

-1973-

Em colaboração com Maria Dulce Gaspar Alves de Sousa Leite e João Luís Nobre Falcão e Silva.

Catálogo de publicações dos séculos XVI, XVII e XVIII. Lisboa: Secretaria – Geral do Ministério, 1973.

-1974 – 1976-

Legislação. Publicação anual. Lisboa: Secretaria-geral do Ministério do Equipamento Social e do Ambiente.

Interesse geral: 1974-1976: 3 volumes.

Obras públicas: 1974-1976: 3 volumes.

Habitação e Urbanismo: 1974-1976: 3 volumes.

Transportes e Comunicações: 1974-1976: 3 volumes.

Marinha Mercante: 1974-1975: 2 volumes.

Ambiente: 1974-1975: 2 volumes.

Compilação e índices por Maria Isabel Afreixo. Coordenação de Mário Alberto Nunes Costa.

-1980-

Em colaboração com Maria Stela Afonso Gonçalves Pereira.

Catálogo de Desenhos Avulsos do Arquivo Histórico do Ministério da habitação e Obras Públicas. Lisboa: Secretaria – Geral do Ministério, 1980.

Possui, ainda, colaboração dispersa nas seguintes publicações:

A Cidade de Évora, Évora;
Arquivo de Bibliografia Portuguesa, Coimbra;
Arquivo Histórico da Madeira, Funchal;
Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, Bissau;
Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra, Coimbra;
Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira, Lisboa.
Brados do Alentejo, Estremoz;
Brasília, Coimbra;
Cadernos de Biblioteconomia e Arquivística, Coimbra
Dário Popular, Lisboa;
O Cronista, Lisboa;
Olisipo, Lisboa;
Revista de História, São Paulo;
Revista Portuguesa de História, Coimbra;

Anexo 5 – Quadro síntese da actividade docente

Data	Local/ Instituição	Curso	Docência	Observações
Desde 1947		Ensino Liceal particular	História Filosofia	
Desde a década de 1950	Lisboa	Curso Comercial Particular	História Filosofia	
1966 (Abril a Junho)	Lisboa Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa/ Instituto Nacional de Investigação Industrial	I Curso de Formação em Produtividade Administrativa	Lições sobre “Documentação e Produtividade Administrativa”	
1966 2 a 5 de Julho	Lourenço Marques	Simpósio de informação Científica e Técnica		
1966 (21 de Novembro a 5 de Dezembro)	Luanda Instituto de Investigação Científica de Angola	Curso de Técnica Bibliográfica	Lições sobre Normalização da Documentação “Normalização” – 5h;	
1968 (9 a 14 de Dezembro)	Coimbra Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra	Curso de Actualização de Técnicas Biblioteconómicas e Documentais	Lições sobre Normalização da Documentação	Sessões de 60 minutos
1981-1985	Lisboa Universidade Livre de Lisboa (Departamento de Ciências Históricas)	Licenciatura em História	Biblioteconomia e Arquivologia	Cadeira anual; Opção do plano de estudo da licenciatura em História
1986	Lisboa Universidade Autónoma de Lisboa (Departamento de História)	Licenciatura em História	Teoria das Fontes e Problemática do Saber Histórico; Biblioteconomia	Planeou os programas das cadeiras; Não chegou a exercer a actividade docente.

30.P
ARQUIVO

CURSO DE TÉCNICA BIBLIOGRÁFICA

CAD. Bib. Arq. Doc./HCA

LUANDA — 19 NOV./5 DEZ 1966

Doc. N.º 30

DATA DE DISTRIBUIÇÃO: 13-X-1966

NORMALIZAÇÃO

Plano do Curso

SUMÁRIO

- 1 - NORMALIZAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO
 - 1.1 - Normalização
 - 1.1.1 - Generalidades
 - 1.1.2 - Definição
 - 1.1.3 - Objectivos
 - 1.1.4 - Órgãos internacionais e nacionais
 - 1.1.5 - Regras de procedimento
 - 1.2 - Documentação
 - 1.2.1 - Generalidades
 - 1.2.2 - Definição
 - 1.2.3 - Objectivos
 - 1.2.4 - Órgãos internacionais e nacionais
 - 1.2.5 - Actividades internacionais e nacionais
 - 1.3 - Normalização da Documentação
 - 1.3.1 - Generalidades
 - 1.3.2 - Órgãos internacionais e nacionais
 - 1.3.3 - Campo de aplicação
 - 1.3.4 - Realizações internacionais e nacionais
- 2 - NORMALIZAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO EM PORTUGAL
 - 2.1 - Agentes e Órgãos
 - 2.1.1 - Interesse inicial
 - 2.1.2 - Acções pessoais
 - 2.1.3 - Acção das Comissões Técnicas
 - 2.1.4 - Acções suplectivas
 - 2.1.5 - A CT 7

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ARQUITETURA E URBANISMO
LABORATÓRIO DE ARQUITETURA E URBANISMO
RUA MARQUÊS DE SÃO CARLOS, 225
Cidade Maracanã, Rio de Janeiro, RJ, Brasil
22251-900

2.2 - Trabalhos normativos

2.2.1 - De aplicação comum

- 2.2.1.1 - Suporte documental
- 2.2.1.2 - Estrutura de textos
- 2.2.1.3 - Números
- 2.2.1.4 - Símbolos
- 2.2.1.5 - Conversão de caracteres
- 2.2.1.6 - Correções gráficas

2.2.2 - De aplicação especial

- 2.2.2.1 - Normas
- 2.2.2.2 - Papeis de escrita
- 2.2.2.3 - Desenho técnico
- 2.2.2.4 - Material para arquivo
- 2.2.2.5 - Publicações
- 2.2.2.6 - Reprodução de documentos
- 2.2.2.7 - Fichas e ficheiros

2.3 - Acção normalizada

2.3.1 - Progressos

2.3.2 - Perspectivas

- 2.3.2.1 - Possibilidades
- 2.3.2.2 - Necessidade
- 2.3.2.3 - Acção conjunta de âmbito nacional

M.O.P.
ARQUIVO

CURSO DE TÉCNICA BIBLIOGRÁFICA

CAD. Bib. Arq. Doc./IIICA

LUANDA — 19 NOV./5 DEZ. 1966

Doc. N.º 57

DATA DE DISTRIBUIÇÃO: 23/11/1966

NORMALIZAÇÃO

Plano do Curso - Desenvolvimento

1 - NORMALIZAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO

1.1 - NORMALIZAÇÃO

1.1.1 - Generalidades

- a) Pluralidade e diversidade
(Casos concretos. Ex^{os}: pregos e publicações periódicas)
- b) Algumas vantagens da diversidade:
Para o produtor;
Para o utilizador.
- c) Alguns inconvenientes da diversidade
Para o produtor;
Para a circulação dos produtos;
Para o utilizador.
- d) Soluções em casos concretos:
 - a) Diversidade;
 - b) Limitação da diversidade;
 - c) Unidade.

1.1.2 - Definição (Veja Bol.Norm., Lisboa, 12 (11/12) Nov.- Dez. 1963, p.432-433)

1.1.2.1 - A definição

- a) Linguagem comum; terminologia.
Princípios científicos da normalização, a STACO e a terminologia
- b) Definição de Normalização (STACO) - Acção de estabelecer e de aplicar regras a fim de realizar uma ordem num dado domínio para o benefício e com o concurso de todos os interessados e, em particular, para a obtenção de uma economia de conjunto óptima, respeitando as exigências funcionais e de segurança.
- c) Fundamento da Normalização: resultados certos adquiridos pela ciência, pela técnica e pela experiência.
- d) Método: ordem pela cooperação, com respeito pelas exigências funcionais e de segurança.

e) Principais domínios de aplicação:

- Unidades de medida
- Terminologia e representação por símbolos
- Produtos e processos
- Segurança de pessoas e de bens

1.1.2.2 - Simplificação e unificação com formas de normalização (STACO).
Simplificação - Redução do número de tipos de um produto a uma gama, susceptível de cobrir as necessidades que prevalecem em determinada época.

Unificação - acção de combinar, numa única, duas ou mais especificações, de maneira a que os produtos obtidos sejam intermutáveis quando em uso.

1.1.2.3 - Normalização e especialização

Especialização (STACO)- processo pela qual unidades de produção particulares concentram os seus fabricos num número limitado de tipos de produtos.

1.1.2.4 - Norma, padrão e especificação (STACO)

Norma - resultado de uma normalização realizada num certo domínio e aprovada para uma actividade reconhecida. É publicada sob a forma de um documento contendo uma série de requisitos que devem ser preenchidos.

Padrão - materialização de uma unidade ou de uma constante da base. Ex^o metro padrão.

Especificação - indicação precisa de um conjunto de condições a preencher por um produto, um material ou um processo, incluindo se necessário os processos que permitam determinar se esses requisitos foram preenchidos.

Pode ser uma norma, uma parte de uma norma ou distinta de uma norma e, na medida do possível, deve exprimir numericamente as condições requeridas, com as unidades convenientes e incluir as tolerâncias.

1.1.3 - Objectivos principais:

Realização de uma ordem em dados domínios

Obtenção de uma economia de conjunto óptima, com implícito aumento de produtividade.

1.1.4 - Órgãos internacionais e nacionais

1.1.4.1 - Órgãos internacionais

1.1.4.1.1 - Antecedentes

a) AISA

Constituição (1926), participação (ca. 20 países), vantagens e extinção (1942)

b) A UNSCC

Constituição (1944), participação (18 países aliados)

1.1.4.1.2 - A ISO (Veja Bol.Norm., Lisboa, 11 (5/6) Mai.-Jun. 1962, p.145-152.

Constituição (1946), participação (58 países em 1966), objectivo (coordenação das principais actividades humanas para criar um maior entendimento nos domínios intelectual, científico, técnico e económico), atribuições (formulação de recomendações de norma e normas internacionais e cooperação), membros nacionais, estatuto, regras de procedimento, estrutura (Assembleia Geral, Conselho e comissões dependentes, como a STACO e várias outras, Secretariado-Geral e Comissões Técnicas, actualmente 118, com domínio de trabalho, programa de trabalho, sub-comissões e Grupos de Trabalho, nos quais intervêm os membros participantes e observadores. Actividade desenvolvida pelo ISO (ISO/PR, ISO/R, TC e Sub-Comissões Técnicas existentes, variedade de domínio de trabalho e participação de Portugal nesses trabalhos).

1.1.4.2 - Órgãos nacionais

1.1.4.2.1 - Razões dos vários países para, após a 2ª Grande Guerra, organizarem os seus órgãos e objectivos. Criação de serviços oficiais ou particulares. Exemplos.

1.1.4.2.2 - O caso português (Veja Bol.Norm., Lisboa, 12 (1/2) Jan.-Fev.1963 e últimos fascículos publicados).

a) Criação da Repartição de Normalização do Conselho de Normalização (Decreto-Lei 36 935, de 24-6-1948).

b) Clima inicial de incompreensão (1948-1952)

c) Enraizamento e frutificação, a partir da publicação do Estatuto da Normalização (Dec.-Lei nº.38801, de 25 de Junho de 1952), com a criação do Centro de Normalização (do qual são sócios vários organismos oficiais e particulares de Angola), o alargamento da composição do Conselho de Normalização e a remodelação da Repartição de Normalização.

d) Órgãos actuais

-Inspeção -Geral dos Produtos Agrícolas e Industriais

-Repartição de Normalização desta Inspeção-Geral

-Centros de Normalização

-Conselhos de Normalização

-Comissões Técnicas Portuguesas de Normalização (36)

1.1.5 - Regras de procedimento

1.1.5.1 - Ao nível internacional

- a) Funcionamento das Comissões Técnicas da ISO
- b) As "Directives for the Technical Work of ISO"
(Doc. ISO/DIR (GS-20) 20)
- c) Realização dos estudos de normas internacionais
- d) Difusão: o "Memento ISO" e as ISO/R, a cooperação com os países ou comissões nacionais membros.

1.1.5.2 - Ao nível nacional

1.1.5.2.1 - Soluções específicas dos países, inclusivé as de difusão (Boletins, catálogos, normas, fichas de norma, etc.).

1.1.5.2.2 - O caso português

- a) As "Directrizes" (Veja Bol. Norm., Lisboa, 14 (1/2)Jan.-Feb. 1965, p. 8-10).
- b) O Estatuto de Normalização (art.^{os} 3-11 do Decreto-Lei acima citado, em especial) e a realização das normas portuguesas
Estatuto
Inquérito
Norma Provisória
Norma Definitiva
- c) Difusão
 - "Boletim de Normalização" (antes: "Gazeta de Normalização") e sua distribuição
 - Normas Portuguesas (ca. 580) e sua distribuição
 - Catálogo de Normas Portuguesas (1964) e seu suplemento (1965) (Distribuído aos participantes)
 - Fichas de Normas Portuguesas e sua distribuição

1.2 - DOCUMENTAÇÃO (Confronte o curso especial sobre este assunto)

1.2.1- Generalidades

a) Noção de documento

- Qualquer objecto elaborado pelo homem com o fim de reproduzir ou representar uma pessoa, coisa ou facto (PORTUGAL.Ministério da Justiça - Projecto de Código Civil, Lisboa, o Ministério, 1966, art.^o 362)
- Toda a base de conhecimento fixada materialmente e susceptível de ser utilizada para consulta, estudo ou prova (Union Française des Organismes de Documentation).

b) Produção de documentos; explosão documental.

c) Recuperação de documentos e investigação documental.

1.2.2 - Definição

- a) Conceitos vários de documentação
- b) Definição FID: Reunião e armazenamento, classificação e selecção, difusão e utilização de todos os tipos de informação (Estatutos da FID, cf. "Linhas Gerais de uma Política a Longo Prazo da FID", trad.port. 1960. Publicação FID, 325)

1.2.3 - Objectivos

- a) Segundo a definição da FID
- b) Segundo a acção programada pela FID

1.2.4 - Órgãos internacionais e nacionais

1.2.4.1 - Aspectos internacionais

- a) Da diversidade de conceitos à multiplicidade de órgãos;
- b) Alguns exemplos;
- c) Aspectos cooperativos.

1.2.4.2 - Aspectos nacionais

- a) Diversidade de soluções;
- b) O caso português.

1.2.5 - Realizações internacionais e nacionais

1.2.5.1 - Aspectos internacionais

Esforços pessoais; o caso típico da FID

1.2.5.2 - Aspectos nacionais

- a) Preponderância das classificações, em especial da CDU
- b) Edições da CDU
- c) Outras realizações, no caso português.

1.3 - NORMALIZAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO

1.3.1 - Generalidades

- a) Compatibilidade da normalização e da documentação
- b) Possibilidade e oportunidade da normalização da documentação

1.3.2 - Órgãos internacionais e nacionais

1.3.2.1 - Órgãos internacionais

- a) A ISO e o seu TC/46-documentation;
- b) a ISO/TC 46/SC-1 - Reprodução de documentos;
- c) a ISO/TC 46/SC-2 - Conversão de linguagens escritas

1.3.2.2 - Órgãos nacionais

- a) ABNT e IBBD (Brasil)
- b) CT's (caso português)

- 1.3.3 - Campo de aplicação
 - 1.3.3.1 - No nível internacional
Temática geral e temáticas de grupos de trabalho.
 - 1.3.3.2 - No nível nacional
 - a) Definição nacional;
 - b) O caso português.
- 1.3.4 - Realizações internacionais e nacionais
 - 1.3.4.1 - Realizações a nível internacional
 - a) As ISO/R preparadas pelo ISO/TC46
 - b) Outras ISO/R
 - 1.3.4.2 - Realizações a nível nacional
 - a) Trabalhos com base em ISO/R ou em documentos preparatórios de ISO/R;
 - b) Trabalhos de iniciativa nacional (Veja SCHUCHMANN, M. - Bibliographie der Normen für das Gebiet der Dokumentation, reprint, La Haye, Fédération Internationale de Documentation, 1961; e seu suplemento).

2 - NORMALIZAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO EM PORTUGAL

- 2.1 - AGENTES E ÓRGÃOS
 - 2.1.1 - Interesse inicial
 - a) Antepassados remotos
 - b) Impulso inicial
 - 2.1.2 - Ações pessoais
 - a) Individuais
 - b) Colectivas
 - 2.1.3 - Ação das Comissões Técnicas
 - a) CT-1 - Desenho
 - b) CT-6 - Papel
 - c) CT-7 - Documentação (Veja COSTA, M.A.N. - Desenvolvimento da Normalização da Documentação em Portugal. Lisboa, Biblioteca Nacional, 1966, distribuído aos participantes).
 - d) CT-20 - Documentação no domínio bancário e de seguros
 - 2.1.4 - Ações suplectivas
 - A repartição de Normalização
 - 2.1.5 - A CT-7
 - a) Acção desenvolvida
 - b) Campo de aplicação



NORMALIZAÇÃO

CURSO DE TÉCNICA BIBLIOGRÁFICA

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS
Elementos essenciais

CAD. Bib. Arq. Doc. IICA

LUANDA — 19 NOV./5 DEZ 1966

Doc. N.º 60

DATA DE DISTRIBUIÇÃO: 26/xi/66

1 - LIVROS, FOLHETOS E FOLHAS

Exemplos:

- CORREIA, Araújo - Ensaios de Economia Aplicada. Lisboa, Imprensa Nacional, 1948.
- HERCULANO, Alexandre - História de Portugal ..., 8ª ed., vol. 5, Lisboa, Aillaud & Bertrand, s.d.
- CASTILHO, Júlio de - Lisboa Antiga. Bairros Orientais, 2ª ed. rev. e ampl., vol. 9, Lisboa, Câmara Municipal, 1937, p.51.
- PORTUGAL. Inspeção-Geral dos Produtos Agrícolas e Industriais - Referências Bibliográficas. Elementos Essenciais. Lisboa, a Inspeção-Geral, 1966.

2 - PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS (considerado o conjunto publicado)

Exemplos:

- Diário de Notícias, Lisboa, 1865 →
- Arquivo Teatral, Lisboa, 1838-1845.

3 - PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS (considerada parte da publicação)

Exemplos:

- Studium Generale, Porto, 3 (1-2) 1956.
- Boletim de Normalização, Lisboa, vol. 7-8, 1958-1959.
- Revista da Faculdade de Engenharia, Porto, 22 (1) Jan.-Jun. 1957; 23, 1958.

4 - PUBLICAÇÕES EM SÉRIE (considerado o conjunto publicado)

Exemplos:

- Biblioteca Social e Corporativa. Lisboa, Junta da Acção Social, 1958 →
- Advances in Documentation and Library Science. Londres, J.Wiley & Sons, 1958 →

M.O.P.
ARQUIVO

5 - PUBLICAÇÕES EM SÉRIE (considerada parte da série)

Exemplos:

Chemistry of Natural Products, nº. 4. Londres, J. Wiley & Sons, 1960.

Norma Portuguesa NP - 301 (1965). Lisboa, Inspeção-Geral dos Produtos Agrícolas e Industriais, 1966.

British Standard BS 3253:1960; BS 3255:1960. London, British Standard Institution.

American Society for Testing and Materials Standard ASTM A 47-61; ASTM A 74-42; ASTM A 370-65, Philadelphia, the Society.

6 - CONTRIBUIÇÕES EM TRABALHOS COLECTIVOS, MISCELÂNEAS, ETC.

Exemplo

CASTELO BRANCO, Camilo - Aquela Cessa Triste, in : "Os Melhores Contos Portugueses", 3ª. ed. Lisboa, Livraria Portuguesa, 1959, p. 41-66.

7 - ARTIGOS EM PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS

Exemplos:

HAMEL, G.A. - O Centro Europeu de Traducções. "Boletim de Normalização", Lisboa, 14 (6/7) Jun.-Jul. 1965, p.291-294.

ANN MÜLLER, Heinz - Cálculo da Altura do Escocamento em Descarregadores de Superfície. "Boletim Mensal de Informação", Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa, 17 (3) Mar. 1965, p. 17-27

8 - NOTA AOS EXEMPLOS DAS SECÇÕES 1 a 7

É permitido:

- a) A não utilização de todos os elementos indicados como essenciais, sem prejuízo da identificação bibliográfica das publicações.

Exemplos (além dos casos já contidos na secção 5, acima:

BERTRAND - Tratado da Água relativamente à Economia Rustica ... Lisboa, 1801.

Portugal Futurista, Lisboa, 1917

AMEAL, João - Inteligência e Acção. "Diário de Notícias", Lisboa, 17 Mar. 1963, p.1.

- b) O esclarecimento de elementos ambíguos ou deficientes na referência bibliográfica

Exemplos:

DUBOIS, Frédéric - Récits de la guerre 1914-1918 ...

Estatística Industrial [Portugal Continental e Ilhas Adjacentes] 1963, Lisboa



9 - OBSERVAÇÕES ACERCA DOS AUTORES NAS REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

a) Autores individuais (Exemplos):

CAMÕES, Luís de - Os Lusíadas ...

CASTELO BRANCO, Camilo - O Bem e o Mal ...

HERCULANO, Alexandre - Eurico, o Presbítero ...

b) Colectividades e nsideradas como autores (Exemplos):

AFONSO VIEIRA & IRMÃO. Porto - Lista de Preços ...

BANCO LISBOA & AÇORES. Lisboa - Depósitos à Ordem ...

COMPANHIA UNIÃO FABRIL. Centro de Documentação. Lisboa - Lista de Publicações ...

FÁBRICAS TRIUNFO. Coimbra - Produção no Ano de ...

HOSPITAL ESCOLAR DE S. JOÃO. Porto - Instruções ...

LABORATÓRIO NACIONAL DE ENGENHARIA CIVIL. Lisboa - Trabalhos mais importantes ...

LIVRARIA BERTRAND. Lisboa - Catálogo das Edições ...

MUSEU MACHADO DE CASTRO. Coimbra - Guia do Visitante.

UNIVERSIDADE. Porto - Editais ...

ENCONTRO DOS BIBLIOTECÁRIOS E ARQUIVISTAS PORTUGUESES (2º). Lisboa, 1966 - Circular ...

ORGANISATION INTERNATIONALE DE NORMALISATION. Genève.
Réunion du Comité Technique 46 Documentation (10.ème).
Budapest, 1964 - Rapports et résolutions ...

c) Compilador (exemplo):

CASTRO, José de, compil. - ...

d) Dois autores (exemplo):

ABECASSIS, F.M.; QUINTELA, A.C. - Hysteresis in steady free-surface flow. Lisbon, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 1964.

e) Mais de 2 autores (exemplo):

BORGES, J.Ferry et al. - Matrix analysis of suspension bridges ...

f) Colectividade com nomes oficiais em várias línguas (exemplo):

ORGANISATION INTERNATIONALE DE NORMALISATION. Genève - Présentation des périodiques, 1.ère ed. Genève, l'Organisation, 1955.

g) Estados e outras entidades territoriais (Exemplos):

PORTUGAL. Ministério da Educação Nacional - ...

PORTUGAL. Ministério das Obras Públicas, Secretaria-Geral - ...

PORTUGAL. Inspeção-Geral dos Produtos Agrícolas e Industriais - ...

MOÇAMBIQUE (Província). Governo Geral - ...

LUANDA. Câmara Municipal - ...



h) Constituições, leis, tratados e outras obras da mesma natureza (Exemplos):

PORTUGAL. Leis, decretos, etc.

BRASIL. Tratados.

10 - OBSERVAÇÕES ACERCA DOS TÍTULOS NAS REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

a) Obras que têm um título de uso corrente e que devem ser referenciadas pelo título (exemplos):

Amadis de Gaula...

Corpus Juris Civilis, Pandectae...

Biblia, N.T., ed. lat. ...

L'Architecture d'aujourd'hui, Paris ...

Fomento, Lisboa ...

b) Tratados e convenções internacionais multilaterais (solução facultativa)(exemplos):

Tratados...

Convenções...

c) Títulos em línguas cuja tradução ou transliteração se recomenda (exemplos):

... - Zarys dziejów bibliografii w Polsce [Esboço de História da Bibliografia na Polónia] ...



CURSO DE TÉCNICA BIBLIOGRÁFICA

CAD. Bib. Arq. Doc. IIIA

LUANDA — 19 NOV. / 5 DEZ 1966

Doc. N.º 62

DATA DE DISTRIBUIÇÃO: 28-XI-1966

MESAS REDONDAS

NORMALIZAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO

28-Nov.-1966, às 18 e 30

1 - CONDIÇÕES PRÉVIAS

1.1 - Director da mesa redonda: Dr. Mário Nunes Costa

1.2 - Informadores de base: Drs. Mário Costa e Moura Pires

1.3 - Discussão geral

1.3.1 - Moderador: Drª. D. Julieta Guerreiro

1.3.2 - Animadores (5 minutos cada)

1.3.3 - Relator: Drª D. Maria Teresa Pinto Mendes

2 - INFORMAÇÃO DE BASE (Máximo 10 minutos cada)

2.1 - Tendências de Normalização da Documentação em Portugal

2.1.1 - Estudos e projectos

2.1.2 - Perspectivas de coordenação

2.2 - Normalização da Documentação em Angola.

2.2.1 - Estado actual

2.2.2 - Perspectivas de coordenação entre a Métrópole e o Ultramar.

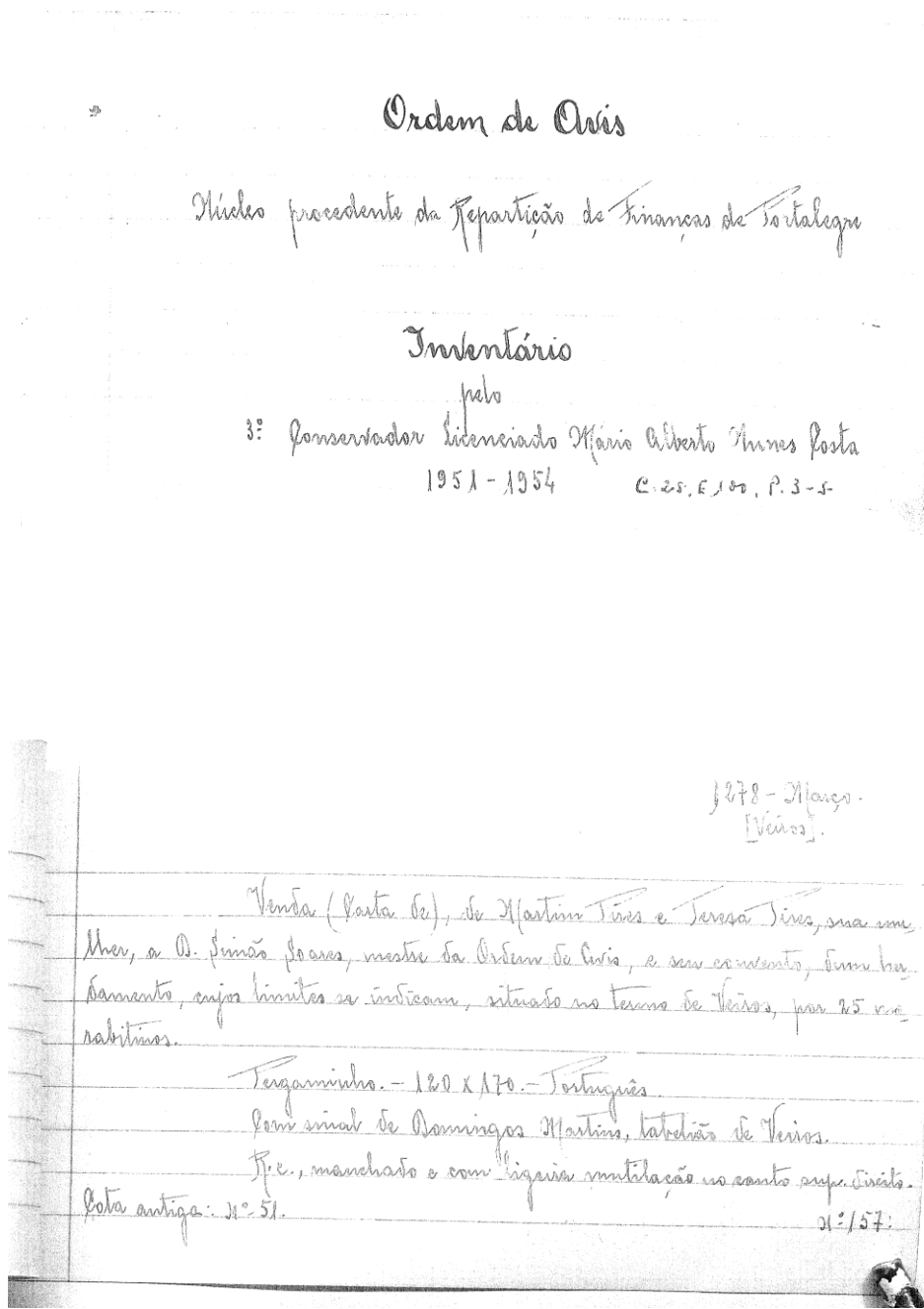
Anexo 7 – Comunicações apresentadas à Academia Portuguesa da História

Sessão plenária	Título da comunicação	Académico
4 de Dezembro de 1981	Subsídios para a história do Ensino Industrial em Portugal na segunda metade do século XIX (1. ^a parte)	Correspondente
26 de Fevereiro de 1982	Subsídios para a história do Ensino Industrial em Portugal na segunda metade do século XIX (2. ^a parte)	Correspondente
25 de Fevereiro de 1983	Diogo Barbosa Machado e a bibliografia portuguesa	Correspondente
30 de Janeiro de 1987	Em torno da correspondência de Diogo Barbosa Machado	Correspondente
1 de Julho de 1988	Vasco Estevez “de Gatuz”. Certezas e interrogações	Número
9 de Novembro de 1990	Reflexão acerca dos locais ducentistas atribuídos ao Estudo Geral de Lisboa	Número
13 de Janeiro de 1993 (sessão extraordinária)	Elogio do Presidente de Honra da Academia, Dr. Alberto Iria pelo seu sucessor na cadeira n.º 22	Número
18 de Outubro de 1995	Heurística e Historiografia na Academia Real da História Portuguesa	Número

Anexo 8 – Prémios alcançados enquanto académico da Academia Portuguesa da História

Prémio	Trabalho	Data de atribuição	Observações
Prémio de História Calouste Gulbenkian <i>História de Portugal dos séculos XVI a XX</i>	Subsídios para a história do ensino industrial na segunda metade do século XIX.	1984	
Prémio Dr. Possidónio Mateus Laranjo Coelho	Diogo Barbosa Machado e a Bibliografia Portuguesa.	1984	<i>Ex-aequo</i> com Alberto Iria
Prémio Augusto Botelho da Costa Veiga	Reflexão acerca dos locais ducentistas atribuídos ao Estudo Geral	1991	
Prémio de História Calouste Gulbenkian <i>Presença de Portugal no Mundo</i>	Vasco Estevez “De Gatzuz” e o túmulo trecentista em Estremoz	1994	
Prémio Aboim de Sande Lemos	A breve recopilação... da fundação antiguidades e excelências... de Estremós	1996	
Prémio de História Calouste Gulbenkian <i>História Regional</i>	O Montádigo na sociedade portuguesa dos séculos XII a XVI	2001	<i>Ex-aequo</i> com Manuela Mendonça

Anexo 10 – Exemplo de verbete da documentação da Ordem de Avis elaborado por Mário Costa



Anexo 11 – Quadro síntese de participação em congressos

Data	Local	Designação	Título da Comunicação
1949 (18-24 Abril)	Lisboa/ Porto	XVI Congresso Internacional de História da Arte	
1950 (23-29 Outubro)	Lisboa	XX Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências	O topónimo Estremoz
1955 (11-18 Setembro)	Bruxelas	Congrès International des Bibliothèques et des Centres de Documentation	Contribution à l' Étude de la normalisation du catalogage des livres
1956 (1-5 Junho)	Coimbra	XXIII Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências	Notícia de “Curia” em Coimbra no ano de 1254
1956 (25-29 Setembro)	Florença	III Congresso Internacional de Arquivos	
1957 (26 Maio – 1 Junho)	Lisboa	II Congresso da Industria Portuguesa	A documentação e o desenvolvimento da indústria portuguesa
1959	Lisboa	I Colóquio de Normalização	
1960	Lisboa	Congresso Internacional de História dos Descobrimentos	Notas sobre alguns documentos relacionados com a expansão ultramarina portuguesa existentes no Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas, em Lisboa
1963 (2-8 Setembro)	Coimbra	V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros	Apontamentos para a unificação da terminologia arquivística na Língua Portuguesa
			Normalização da organização do trabalho intelectual e da documentação, no Brasil e em Portugal
			Da possibilidade e oportunidade de criação de um código de catalogação biblioteconómica para países da Língua Portuguesa
1965 (1-3 Abril)	Coimbra	I Encontro dos Bibliotecários e Arquivistas Portugueses	O aproveitamento do “documento sem interesse” pela comunidade portuguesa
			Portugal e as convenções internacionais sobre trocas de publicações
			Realizações da Comissão Técnica de Normalização de Documentação: Novembro 1964 – Março 1965

1966 (30 Março – 3 Abril)	Lisboa	II Encontro dos Bibliotecários e Arquivistas Portugueses	Desenvolvimento da Normalização da Documentação em Portugal
1966 Dezembro	Lisboa	36.ª reunião do GEOTA Grupo de Estudos de Organização do Trabalho Administrativo	Palestra sobre: “Normalização, o que é, quem a realiza, onde e como”
1968 (2-5 Julho)	Lourenço Marques	66th Annual Congress of the South African Association for the Advancement of Science	Normalização e organização da Documentação
1968 (3-7 Setembro)	Madrid	VI Congresso Internacional de Arquivos	
1968 (10-13 Outubro)	Porto/ Braga	III Encontro dos Bibliotecários e Arquivistas Portugueses	
1969 (20-25 Outubro)	Estocolmo	Reuniões de trabalho do Technical Committee n.º 46 da International Standard Organization (ISO/ TC 46)	
1970 (31 Março-4 Abril)	Lisboa	XXIX Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências	
1971 (3-7 Maio)	Lisboa	Reuniões de trabalho do Technical Committee n.º 46 da International Standard Organization (ISO/ TC 46)	
1972	Lisboa	Ciclo de Palestras sobre Documentação em matéria de ensino	
1973	Lisboa	I Jornadas de Informação e documentação para o Desenvolvimento	
1973 (4-7 Dezembro)	Coimbra	IV Encontro dos Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas Portugueses	
1977 (15-17 Março)	Aveiro	VI Encontro dos Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas Portugueses	
1979 (14-17 Novembro)	Lisboa	VII Encontro dos Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas Portugueses	
1980 (5-6 Novembro)	Lisboa	Reunião de especialistas do Technical Information Panel do AGARD (advisory Group for Aerospace Research and Development), da NATO	

1981 Lisboa II Jornadas de Informação para o Desenvolvimento
(9-11 Dezembro)

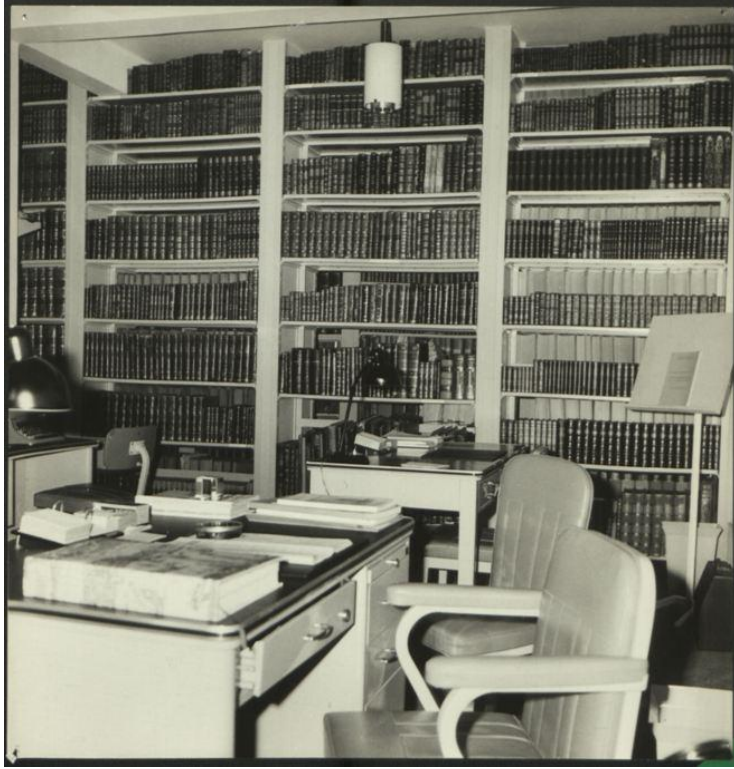
Anexo 12 – Remodelação das instalações da BAHMOP, em 1958

Aspecto antes das obras



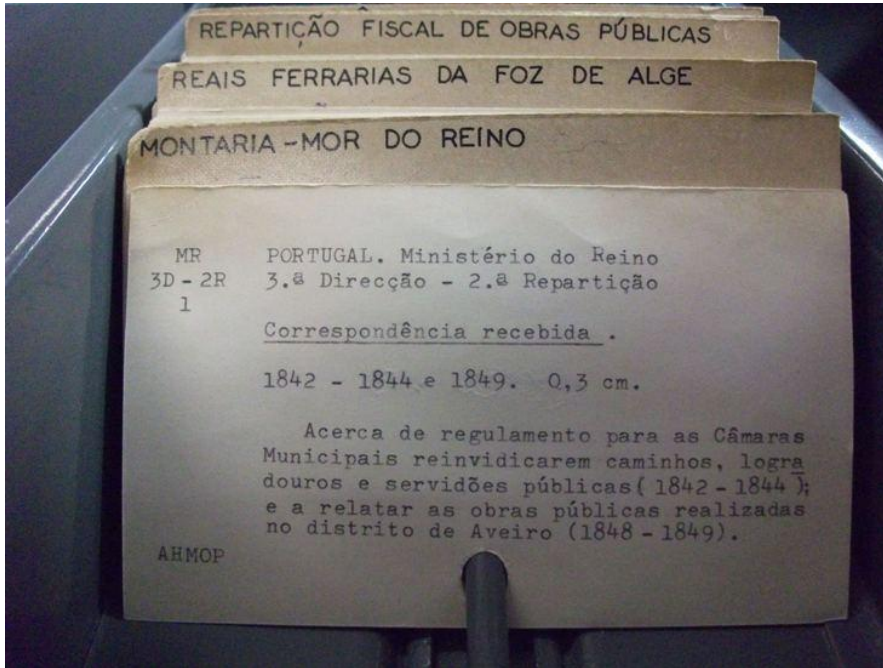
Aspecto após a remodelação





Anexo 13 – Ficheiro Manual





Anexo 14 – Quadro síntese da actividade da Comissão Técnica Portuguesa de Normalização da Documentação

Actividade no campo da Normalização Nacional			Observações	Actividade no campo da Normalização Internacional		Observações
Ano	Parecer	Assunto		Parecer	Assunto	Outros trabalhos
	Norma P-380 (1963)	Publicações periódicas. Apresentação				Apreciação e troca de impressões sobre a reunião da comissão técnica n.º 46
	Inquérito de Norma I-522 (1964)	Microcópias. Escalas para microfilmes de 35mm				
	Inquérito de Norma I-523 (1964)	Microcópias. Dimensões				
	Estudo de Norma E-603	Transliteração de caracteres árabes				
1965	Estudo de Norma E-602	Transliteração de caracteres hebraicos				
	Norma NP-138 (1959)	Legendas bibliográfica				
	Estabelecimento de uma Norma Portuguesa das estatísticas da edição de livros e publicações periódicas com elaboração do respectivo Estudo de Norma					
	Norma NP-405 (1963)	Referências bibliográficas. Elementos essenciais				
	Norma P-417 (1964)	Sumário de publicações				

	Norma P-418 (1964)	Análises bibliográficas e resumos de autor			
	P-469 (1964)	Apresentação de artigos em publicações periódicas			
	Estudo de Norma	Folha de Título de publicações não periódicas			Não foi solicitada a intervenção da CT7
	Inquérito de Norma I-31 (1951)	Fichas bibliográficas (fase de passagem a Norma provisória)			
1966	Norma P-492 (1965)	Microcópias. Escalas para microfilmes de 35mm (fase de passagem a Norma provisória)			
	Norma P-493 (1965)	Microcópias em suportes transparentes. Dimensões dos suportes (fase de passagem a Norma provisória)			
	Estudo de Norma	Índices de publicações			
1967	Estudo de Norma	Índices de publicações (Continuação)	Projecto de Recomendação ISO n.º 1056	Microcópias. Medição de luminância dos “ecrãs” dos aparelhos de leitura	Parecer sobre a formação de um grupo ad hoc para tratar do sistema internacional de numeração de livros
	Inquérito de Norma I-696	Transliteração de caracteres Hebraicos (fase de passagem a Norma	Projecto de Recomendação	Apresentação de Traduções	

	provisória)		
Inquérito de Norma I-697	Transliteração de caracteres Árabes (fase de passagem a Norma provisória)	Projecto de Recomendação ISO n.º 1278 (Revisão da Recomendação ISO/R 4-1953)	Código Internacional para abreviatura de títulos dos periódicos
Inquérito de Norma I-698	Estatística da Edição de Publicações (fase de passagem a Norma provisória)	Projecto de Recomendação ISO n.º 1243 (Revisão da Recomendação ISO/R 9-1954)	Sistema internacional para a transliteração de caracteres cirílicos
Estudo de Norma	Carácter Tipográfico Convencional para Ensaio de Legibilidade Carácter ISSO (Carácter ISO)	Projecto de Recomendação ISO n.º 1294	Abreviaturas de nomes genéricos nos títulos de periódicos
Estudo de Norma	Microcópias. Ensaio de Legibilidade. Descrição da Mira ISO e sua Utilização na reprodução Fotográfica de Documentos	Anteprojecto de Recomendação ISO	Microfilmes de 16mm e 35mm
Estudo de Norma	Símbolos de Línguas, de Países e de Autoridades	Projecto de Recomendação ISO n.º 1281	Abreviaturas das palavras típicas nas referências bibliográficas
Estudo de Norma	Aparelhos para a Leitura de Microfilmes de 35mm. Características Essenciais	Recomendação ISO/R 214-1961	Análises e resumos de autor (texto inglês)
Estudo de Norma	Abreviaturas de palavras Típicas nas referências Bibliográficas	4.º Anteprojecto de Recomendação ISO	Folhas de título de um livro
Estudo de Norma	Repertórios de Bibliotecas	4.º Anteprojecto de Recomendação ISO	Índices de uma publicação
		Anteprojecto de Recomendação ISSO	Repertórios de bibliotecas

	Norma I-770	Folhas de Título de Publicações não Periódicas	Projecto de Recomendação ISO n.º 1527	Folhas de título de um livro	A elaboração de Estudos de Norma acerca de vocabulários, com base em projectos de Recomendações preparadas pela CT n.º 37 da ISSO ocupou a maioria das reuniões.
1968	Estudo de Norma	Vocabulários. Regras de elaboração e apresentação	Projecto de Recomendação ISO n.º 1528	Microfilmes de 16mm e 35mm	Participação no Simpósio Regional da Africa Austral sobre Informação Técnica e Científica, onde esteve presente o Presidente e três vogais.
	Estudo de Norma	Vocabulário da terminologia	Projecto de Recomendação ISO n.º 1416	Índices de uma publicação	
	Norma em revisão NP-4 (1960)	Papel. Aplicações dos formatos da série A	Documento da Comissão Técnica n.º 46 – Documentação	Sistema Internacional de publicações não periódicas	
	Norma em revisão NP-5 (1960)	Ofício ou carta. Formato A4. Primeira página	Documento da Comissão Técnica n.º 37 – Terminologia (Princípios e coordenação)	Vocabulários. Sua normalização e publicação	

Norma em revisão NP-6 (1960)	Ofício ou carta. Formato A4. Páginas “continuação”			
Norma em revisão NP-8 (1960)	Ofício ou carta. Formato A5			
Norma em revisão NP-10 (1960)	Fichas e ficheiros			
Norma em revisão NP-13 (1960)	Sobrescritos. Sua impressão e utilização			
Norma em revisão NP-17 (1960)	Formatos dos papéis			
Norma em revisão NP-24 (1960)	Material para arquivo			
Norma em revisão NP-26 (1960)	Revista formato A4. Dimensões da composição. Largura das gravuras			
Norma I-806	Índices de Publicações	Projecto de Recomendação ISO n.º 1527	Folhas de título de um livro	Participação nos trabalhos da Comissão Técnica n.º 46, na 12.ª reunião em Estocolmo, de 20 a 25 de Outubro de 1969
1969				
Norma I-698	Estatística da edição de publicações	Projecto da Ordem do Dia da 12.ª Reunião da Comissão Técnica n.º 46 (Estocolmo)		
Norma P-582	Terminologia da indústria do papel	Carta Circular da Comissão Técnica n.º 46 da ISO	Estatística de Bibliotecas	
Norma I-696	Transliteração de caracteres hebraicos	Documentos do grupo de trabalho n.º 3 da Comissão	Terminologia da documentação	

Norma I-697	Transliteração de caracteres árabes
Estudo de Norma	Transliteração de Caracteres gregos
Norma em revisão NP-47	
Estudo de Norma	Vocabulário da terminologia
Estudo de Norma	Aparelhos para leitura de microcópias. Ensaio de legibilidade
Norma I-899	Símbolos de línguas, países e autoridades competentes
Norma I-900	Aparelhos para leitura de microfilmes de 35mm. Características essenciais
Norma I-901	Microcópias. Ensaios de legibilidade. Descrição da mira ISO e sua utilização na reprodução fotográfica de documentos
Norma I-902	Carácter tipográfico convencional para ensaios de legibilidade (Carácter ISO)
Estudo de Norma (revisão)	Repertórios de bibliotecas, centros de documentação e centros de informação
Norma P-586	Fichas bibliográficas

	Estudo de Norma	Ordenação de símbolos, numerais e palavras	Colaboração nos trabalhos do Grupo de Trabalho ISO/TC 46/GT 4 e da ISO/TC 46 N 896E	Automatização na documentação; “Bibliographic Information Interchange on Magnetic Tape”
	Inquérito I-899 (críticas)	Símbolos de línguas, países e autoridades competentes	Acta da Reunião plenária da Comissão Técnica ISO/TC 46 Documentação realizada em Estocolmo em 1969; Resoluções 1 a 17 da referida reunião	
	Inquérito I-900 (críticas)	Aparelhos para leitura de microfilmes de 35mm. Características essenciais	Documento ISO/TC 46 N 953E	Projecto de relatório e resoluções da reunião de Estocolmo realizada em 1969
1970	Inquérito I-901 (críticas)	Microcópias. Ensaios de legibilidade. Descrição da mira ISO e sua utilização na reprodução fotográfica de documentos	Documento ISO/TC 46 N 957E	UNISIST Guidelines for the Establishment and Development of Scientific and technical for Information Retrieval
	Inquérito I-902 (críticas)	Caracter tipográfico convencional para ensaios de legibilidade (caracter ISO)	Documento ISO/TC 46 N 889E; Documento ISO/TC 46 N 890E	Documentation card. Documentation reference of Written Documents; Documentation Card. Graphic Layout;
	Estudo de Norma	Unificação internacional de conceitos e de termos. Princípios		
	Estudo de Norma	Unificação de conceitos e de termos numa língua. Princípios.		

Anexo 15 – Quadro síntese da actividade desenvolvida no âmbito da Terceira Secção da JNE

Pontos	Competências da 3.º Secção da JNE (Decreto n.º 46349 - artigo 20º, § único)	Actividade desenvolvida por Mário Alberto Nunes Costa no âmbito das atribuições da JNE	Data	Sessão da JNE
1º	Propor regras técnicas e uniformes para a catalogação das espécies para adopção em todas as bibliotecas do Estado, corpos administrativos, organismos paraestatais e entidades subsidiados pelo Estado; Estimular a adopção voluntária pelos particulares de modo a obterem-se e a publicarem-se as <i>Regras Portuguesas de Publicações</i>	Membro do <u>Grupo de Trabalho</u> que procedeu à elaboração das <u>Regas Portuguesas de Catalogação</u> <u>Composição do Grupo:</u> Jorge Adalberto Ferreira Peixoto Mário Alberto Nunes Costa Joaquim Alberto Iria Júnior Rosalina Branca da Silva Cunha	16 Janeiro 1967	Acta n.º 4 Fls. 7v-8.
2º	Propor a normalização dos impressos de expediente a usar nas bibliotecas e arquivos portugueses			
3º	Propor a remodelação: - do <i>Depósito Legal</i> de impressos, livros, discos, fitas, estampas - das normas de distribuição das espécies e suas fichas pelas bibliotecas e organismo que gozem, ou venham a gozar, do benefício do <i>Depósito Legal</i> .			
4	Propor as medidas adequadas à realização do catálogo colectivo das bibliotecas portuguesas	Autoria do Projecto de directrizes do catálogo colectivo das bibliotecas portuguesas	16 Outubro 1967	Acata n.º 11 Fls. 18-19.
5	Propor a inventariação ou emitir parecer sobre as propostas de inventariação dos manuscritos iluminados, incunábulo e espécies xilográficas e paleotípicas, cartulários e quaisquer outros códices, pergaminhos e papéis avulsos de interesse diplomático, paleográfico ou histórico, livros e folhetos raros ou preciosos e núcleos bibliográficos de valor pelos seus cimélios ou como colecção			
6	Pronunciar-se, em relação às espécies inventariadas, sobre: a) O tratamento a que se pretende sujeitar as espécies e fazer acompanhar por delegados, sempre que o Ministro da			

	Educação Nacional o determine, a execução dos trabalhos; b) A alienação das espécies e a conveniência de, quanto às não pertencentes ao Estado, este usar do direito de preferência			
7	Propor a exclusão ou emitir parecer sobre as propostas de exclusão do inventário a que se refere o n.º 5			
8	Emitir parecer sobre os pedidos de autorização para a exportação definitiva ou temporárias de livros ou documentos valiosos, ainda que não inventariados bem como sobre o pedido de isenção de direitos de importação de espécies com valor que justifique a inventariação	Parecer sobre um pedido de cedência temporária de um exemplar do Catálogo de Manuscritos da Biblioteca Pública de Évora, solicitado pela firma University Microfilms Limited, Tylers Green	21 Outubro 1968	Acta n.º 21 Fls. 32-32v.
9	Pronunciar-se, em relação às bibliotecas e arquivos do Estado, corpos administrativos, organismos paraestatais e entidades subsidiadas pelo Estado, sobre: a) a criação de novos estabelecimentos, a modificação dos existentes e a alteração do seu regime legal; b) a classificação dos estabelecimentos e, em harmonia com ela, os planos de incorporação de livros e documentos; c) a aquisição de espécies, sempre que ela exija dotações excepcionalmente avultadas ou importe a aceitação de dotações e legados com encargos; d) a transferência definitivas ou por tempo indeterminado de espécies de um estabelecimento para outro ou para qualquer serviço público e a cedência para exposições no estrangeiro; e) a localização, construção, aquisição, adaptação ou modificação de edifícios ou dependências destinados a bibliotecas e arquivos.	Alínea b) Parecer sobre a solução apresentada pela Direcção Geral da Administração Política e Civil para o Depósito dos Arquivos dos Governos Civis Alínea d) Proposta de parecer sobre a livre circulação de livros através do mundo, de acordo com as indicações da UNESCO Alínea e) Análise do processo relativo às medidas elementares de prevenção contra risco de incêndio a observar nos edifícios pertencentes ao património das autarquias locais	18 Janeiro 1971 21 Julho 1969 16 Janeiro 1967 15 Maio 1967	Acta n.º 40 Fls. 54-54v. Acta n.º 27 Fls. 38-38v. Acta n.º 4 Fls. 6v-7. Acta n.º 8 Fl. 14.
10	Pronunciar-se sobre a escolha dos directores dos estabelecimentos a que se refere o número anterior, sempre que essa escolha não possa recair em diplomado com o curso de bibliotecário-arquivista			
11	Propor a concessão de subsídios materiais do estado, sob a forma que em cada caso se mostre mais conveniente, a bibliotecas e			

	arquivos pertencentes a corpos administrativos, organismos paraestatais e entidades subsidiadas pelo Estado.
12	Propor as medidas adequadas à higiene e conservação das bibliotecas e arquivos, extensivas em particulares no que se torne indispensável à defesa do património documental e bibliográfico da Nação
13	Promover, de acordo com o Instituto de Alta Cultura, a realização no País de exposições bibliográficas, paleográficas, esfragísticas e de congressos, colóquios e conferências sobre assuntos respeitantes a bibliotecas e arquivos
14	Promover tudo o que possa contribuir para o aperfeiçoamento dos serviços bibliotecários e arquivísticos
15	Exercer os poderes conferidos pela legislação anterior à Junta Consultiva das Bibliotecas e Arquivos que não tenham passado para outro órgão ou serviço